



Jornal Oficial do Município de Descalvado

Órgão criado pela Lei Municipal nº 1.291, de 29 de Dezembro de 1992

Descalvado, 28 de Novembro de 2014

Ano XXII - Número: 415

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.857, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

REVOGA A LEI Nº 3.192, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2.009, QUE AUTORIZOU O PODER EXECUTIVO COMPROMISSAR E DOAR IMÓVEL DE SUA PROPRIEDADE À EMPRESA “M.D.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. EPP”, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 3.192, de 01 de dezembro de 2.009, que autorizou o Poder Executivo compromissar e doar bem imóvel de seu patrimônio à empresa “M.D.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. EPP”, inscrita no CNPJ sob o número 06.029.006/0001-78.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Aos 12 de Novembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 12 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.858, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoria: Vereador Edevaldo Benedito Guilherme Neves

DENOMINA “IDA AGOSTINI BORDON” A ATUAL RUA 04 DO LOTEAMENTO JARDIM CAMBARÁ II, NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO - SP.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se “IDA AGOSTINI BOR-

DON” a atual Rua 04 do Loteamento Jardim Cambará II, no Município de Descalvado - SP.

Art. 2º - Passarão a ter a mesma denominação seus eventuais prolongamentos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Aos 12 de Novembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 12 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.859, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoria: Vereador Edevaldo Benedito Guilherme Neves

DENOMINA “PAULO BORDON” A ATUAL RUA 05 DO LOTEAMENTO JARDIM CAMBARÁ II, NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO - SP.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se “PAULO BORDON” a atual Rua 05 do Loteamento Jardim Cambará II, no Município de Descalvado - SP.

Art. 2º - Passarão a ter a mesma denominação seus eventuais prolongamentos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Aos 12 de Novembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 12 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI Nº 3.860, DE
12 DE NOVEMBRO DE 2.014****Autoria: Vereador Adilson Gonçalves**

INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO O EVENTO “ADORA DESCALVADO”, A SER REALIZADO, ANUALMENTE, NA PRIMEIRA SEMANA DO MÊS DE ABRIL.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Município o evento “Adora Descalvado”, a ser realizado, anualmente, na primeira semana do mês de abril.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Aos 12 de Novembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 12 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI Nº 3.861, DE
12 DE NOVEMBRO DE 2.014****Autoria: Vereador Sebastião José Ricci**

CRIA O PROGRAMA “ADOTE UM PONTO DE ÔNIBUS”, NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado, no âmbito do município de Descalvado, o Programa “Adote um Ponto de Ônibus”.

Art. 2º - O Programa “Adote um Ponto de Ônibus” compreende a construção de coberturas, a instalação de bancos e iluminação, a manutenção e a conservação dos pontos de ônibus existentes no Município de Descalvado.

§ 1º - Poderão participar do Programa apenas pes-

soas jurídicas, preferencialmente as que tenham sede neste Município.

§ 2º - Fica vedada a participação de pessoas jurídicas que exerçam atividades nocivas à saúde, tais como as relacionadas a produtos fumíferos e alcoólicos, bem como atividades que atentem contra a moral e bons costumes.

Art. 3º - A adoção será por, no máximo, 02 (dois) anos, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período.

Parágrafo único – Caso não haja outras pessoas jurídicas interessadas em participar do Programa quando exaurido o prazo previsto no caput do artigo anterior, fica permitida mais uma renovação.

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal poderá rescindir a adoção quando verificada a infração ao disposto na presente Lei.

Parágrafo único – A rescisão prevista no caput deste artigo será precedida de notificação, que descreverá a irregularidade para que a infração seja sanada no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de rescisão.

Art. 5º - Cabe ao Poder Executivo Municipal estabelecer o padrão dos equipamentos a serem utilizados pelas pessoas jurídicas participantes do programa, bem como estabelecer os pontos de ônibus que poderão ser adotados, devendo dar preferência aos pontos localizados na área central e aqueles com maior fluxo de pessoas.

Art. 6º - As pessoas jurídicas participantes poderão expor e divulgar suas marcas e produtos no(s) ponto(s) de ônibus adotado(s), desde que respeitada a legislação pertinente ao assunto.

Art. 7º - A participação das pessoas jurídicas no Programa “Adote um Ponto de Ônibus” não poderá, em qualquer hipótese, gerar ônus e/ou custos ao Poder Público Municipal.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei, através de Decreto.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Aos 12 de Novembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 12 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI Nº 3.862, DE
19 DE NOVEMBRO DE 2.014**

REVOGA A LEI Nº 3.659, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2.012, QUE AUTORIZOU O PODER EXECUTIVO COMPROMIS-

SAR E DOAR IMÓVEL DE SUA PROPRIEDADE À EMPRESA “CERGON AUTOMAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA. ME”, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 3.659, de 27 de dezembro de 2.012, que autorizou o Poder Executivo compromissar e doar bem imóvel de seu patrimônio à empresa “CERGON AUTOMAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA ME”, inscrita no CNPJ sob o número 11.409.233/0001-69.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Aos 19 de Novembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 19 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.863, DE
19 DE NOVEMBRO DE 2.014

DENOMINA RUA “WILSON BAIÃO”, AS ÁREAS PÚBLICAS QUE INTERLIGAM A RUA SÃO CARLOS, NO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, COM A RUA 05, DO PARQUE UNIVERSITÁRIO II.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se “RUA WILSON BAIÃO” as áreas públicas que interligam a Rua São Carlos, no Bairro São Sebastião, com a Rua 05, do Parque Universitário II.

Art. 2º - Passarão a ter a mesma denominação seus eventuais prolongamentos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Aos 19 de Novembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 19 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.864, DE
19 DE NOVEMBRO DE 2.014

Autoria: Vereador Luis Carlos Vick Francisco

DETERMINA AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS A AFIXAÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS DO HORÁRIO E TELEFONE DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam os órgãos públicos municipais, que prestem serviço de atendimento ao público, obrigados a afixarem, em local de fácil visualização, placa indicativa do horário e telefone de atendimento.

§ 1º - Nos dias fixados como de atendimento ao público não poderá haver a interrupção do atendimento.

§ 2º - Em caso de interrupção do atendimento mediante motivo justificável deverá ser mantido ao menos um servidor de plantão.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Aos 19 de Novembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 19 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.865, DE
25 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO PARA EFETIVAR, EM TRÊS CAPÍTULOS, DESAFETAÇÕES DE ÁREAS URBANAS, DOAÇÕES E PERMUTA COM Dação EM PAGAMENTO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara dos Vereadores de Descalvado, Estado de São Paulo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DESAFETAÇÕES

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover as DESAFETAÇÕES das áreas urbanas a seguir descritas e caracterizadas, que passam à categoria de bens dominicais:

I - Área 02 (Remanescente) – Matrícula nº 16.385: Uma gleba de terras, designada “área 02”, representando o remanescente daquela com igual descrição, contendo 3.474,54 m² no seguinte perímetro: inicia do ponto de tangência de curva de raio 9,00 ms., formado pela Rua João Augusto Cirelli com a Rua Luiz Mazzola (no lugar da Rua 2 (área 02)), localizado junto ao alinhamento predial da Rua João Augusto Cirelli, distante 57,60 ms. da cerca divisória da propriedade de Socil Pró-Pecuária S/A. Deste ponto, segue pelo desenvolvimento da curva com uma distância de 14,14 ms. e atinge o outro ponto de tangência da curva. Daí, segue em linha reta com um rumo de 67°44’28” NW e com uma distância de 204,90 ms., atinge o ponto de confluência com a Área 2.1, Área 05.1 e a Rua Bezerra Paes – Área 05.2, confrontando até aqui com a Área Remanescente – Gleba “C” e com a Área 02.1. Daí, deflete à esquerda, segue com um rumo de 22°15’32” SW, dividindo com a Rua Bezerra Paes – Área 05.2 e com uma distância de 25,00 ms. atinge o ponto de tangência da curva de raio 9,00 ms. formada pela Rua Bezerra Paes – Área 05.2 com a Rua Luiz Mazzola (no lugar da Rua 2 – (Área 02)), confrontando nesta extensão com a Rua Bezerra Paes – Área 05.2. Daí, segue em desenvolvimento de curva (à direita) com uma distância de 14,14 ms. e atinge o outro ponto de tangência. Deste ponto segue com rumo de 67°44’28” SE e com uma distância de 195,90 ms. atinge o ponto de tangência da curva de raio 9,0 ms. formada pela Rua João Augusto Cirelli e a Rua Luiz Mazzola (no lugar da Rua 2 (Área 02)). Daí, segue pelo desenvolvimento da curva (à direita) com uma distância de 14,14 ms. e atinge o outro ponto de tangência, junto ao alinhamento predial da Rua João Augusto Cirelli, confrontando até aqui com a Área Remanescente – Gleba “D”. Deste ponto, deflete à esquerda e segue com um rumo de 22°15’32” NE e com uma distância de 34,00 ms. atinge o ponto inicial da referida poligonal divisória, confrontando nesta extensão com a Rua João Augusto Cirelli;

II – Trecho 01 (destaque) do prolongamento da Rua Luiz Mazzola – Matrícula nº 16.298 – Uma Gleba de Terras, localizada neste município e comarca de Descalvado – SP., identificada como Trecho 01 do prolongamento da Rua Luiz Mazzola, contendo a área de 1.393,38 metros quadrados, caracterizada dentro das seguintes medidas e confrontações: Inicia-se no marco 11-D, situado na confluência com a linha divisória da Área Remanescente “08” de propriedade do Espólio de Mathilde de Freitas Cirelli e outros e a Gleba 02 de propriedade de SocilGuyomarc’h Industria e Comércio Ltda. (Matrícula nº 11.132). Partindo do marco 11-D, segue com o rumo de 67°44’28”SE e com a distância de 86,00 metros, atinge o marco 11-E, situado na confluência da Área 05.2-1 e a Área 05.1, confrontando nessa extensão com a Gleba 02 de propriedade de SocilGuyomar’h Indústria e Comércio Ltda. (Matrícula nº 11.132). Partindo do marco 11-E, deflete à direita, segue com o rumo de 22°15’32”SW e com a distância de 25,00 metros atinge o ponto situado no início de tangência de curva, na confluência com a linha divisória da Gleba “09-F”, confrontando nessa extensão com a Área 05.2-1. Deste ponto, deflete à direita, segue com 14,14 metros em curva à esquerda de raio 9,00 metros, AC 90°00’00”, confrontando com a Gleba “09-F”, atinge o outro ponto de tangência da curva; daí, segue com uma distância de 77,00 metros, ainda confrontando com

a Gleba “09-F, atinge o ponto situado na confluência da Área Remanescente “09” de propriedade do Espólio de Mathilde de Freitas Cirelli e outros e o prolongamento da Rua Luiz Mazzola. Daí, deflete à direita, segue com uma distância de 16,00 metros, confrontando com o prolongamento da Rua Luiz Mazzola, atinge o marco 11-D, início dessa descrição, fechando assim o perímetro e a área mencionada;

III – Área 05.2-1 (destaque) – Matrícula nº 16.382 – Uma Gleba de Terras, localizada neste município e comarca de Descalvado – SP., designada “Área 05.2-1”, destacada da Rua Bezerra Paes - Área 05.2, contendo a área de 420,00 metros quadrados, caracterizada dentro do seguinte perímetro e confrontações: Inicia no ponto situado na confluência com a linha divisória da Rua Luiz Mazzola (Área 02), Área 02.1 e a Área 05.1. Deste ponto, segue com um rumo de 22°15’32”SW e, com a distância de 25,00 metros, atinge o ponto situado na confluência com a Gleba “D.2”, confrontando nesta extensão com a Rua Luiz Mazzola (Área 02). Daí, segue com um rumo de 22°15’32”SW e com uma distância de 5,00 metros, atinge o ponto situado na confluência com a linha divisória da área Remanescente - Gleba “D” e a Rua Bezerra Paes - Remanescente da Área 05.2, confrontando nesta extensão com a área Remanescente - Gleba “D”. Daí, deflete à direita, segue com um rumo de 67°44’28”NW e com uma distância de 14,00 metros, atinge o ponto situado na confluência com a linha divisória da Gleba “09-F” e a Área Remanescente “09” de propriedade do Espólio de Mathilde de Freitas Cirelli e outros, confrontando nesta extensão com a Rua Bezerra Paes - Remanescente da Área 05.2. Daí, deflete à direita, e segue com um rumo de 22°15’32”NE e com uma distância de 29,99 metros, atinge o ponto situado na confluência com a linha divisória da Área 05.1, confrontando por 5,00 metros com a Gleba “09-F” e por 24,99 metros com o Trecho 01 – do prolongamento da Rua Luiz Mazzola. Daí, deflete à direita e segue, com um rumo de 67°44’28”SE e com uma distância de 14,00 metros, confrontando com a Área 05.1, atinge o ponto inicial da referida poligonal divisória, fechando assim o perímetro e a área mencionada.

CAPÍTULO II DAS DOAÇÕES

Art. 2º - Fica, ainda, autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder o complemento de doação objeto da Lei Municipal nº 1.673, de 10 de Junho de 1.997 à empresa **IN VIVO NUTRIÇÃO E SAÚDE ANIMAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 06.066.837/0010-00, localizada nesta cidade, na Rua João Augusto Cirelli, nº 278 – Bosque do Tamanduá, para ampliação de seu parque fabril, complementação esta que incide sobre as seguintes áreas urbanas de categoria dominical, descritas e na sequência:

I – Gleba “D.2” – Matrícula nº 11.087, objeto da Desapropriação contida no Decreto nº 4.204, de 12 de novembro de 2.014 – “Contendo a área de 2.942,75 metros quadrados, caracterizada dentro do seguinte perímetro e confrontações: Inicia-se no ponto de tangência da curva de raio 9,00 metros, situado na confluência da Área “02”, Rua Luiz Mazzola e a Área Remanescente - Gleba “D”. Deste ponto, segue com uma distância de 12,12 metros, AC 90°00’00”, em desenvolvimento de curva à direita, confrontando com a Área Remanescente - Gleba “D”, atinge o outro ponto de tangência da curva. Daí, segue com um rumo de 67°44’28”NW e com uma distância de 204,90 metros, ainda confrontando com a Área Remanescente - Gleba “D”, atinge o ponto situado na confluência com a linha divisória da Rua Bezerra Paes - Remanescente da Área 05.2 e a Área 05.2-1; daí, deflete à direita, segue com um rumo de 22°15’32”NE e

com uma distância de 5,00 metros, atinge o início de tangência da curva de raio 9,00 metros, situado na confluência da Área 05.2-1 e a Área “02”, Rua Luiz Mazzola, confrontando nessa extensão com a Área 05.2-1. Daí, segue desenvolvendo curva de raio 9,00 metros à direita com uma distância de 14,14 metros, confrontando com a Área “02”, Rua Luiz Mazzola, atinge o outro ponto de tangência da curva.; daí, segue com um rumo de 67°44’28”SE e com uma distância de 195,90 metros, ainda confrontando com a área “02”, Rua Luiz Mazzola, atinge o início de tangência da curva; daí, segue pelo desenvolvimento da curva de raio 9,00 metros à direita com uma distância de 12,12 metros, AC 90°00’00”, ainda confrontando com a Área “02”, Rua Luiz Mazzola, atinge o ponto inicial da referida poligonal divisória, fechando assim o perímetro e a área mencionada, avaliada em R\$ 185,12 o metro quadrado, totalizando R\$ 544.761,88;

II – Gleba “09-F” – Matrícula nº 17.051, objeto da Desapropriação contida no Decreto nº 4.204, de 12 de novembro de 2.014 – “Contendo a área de 1.186,62 metros quadrados, caracterizada dentro do seguinte perímetro e confrontações: Inicia-se no ponto situado na confluência da Área 05.2-1 e o Trecho 01 do prolongamento da Rua Luiz Mazzola. Deste ponto, segue com um rumo de 22°15’32” SW e com uma distância de 5,00 metros, confrontando com a Área 05.2-1, atinge o ponto situado na confluência da Rua Bezerra Paes -Remanescente da Área 05.2 e a Área Remanescente “09” de propriedade do Espólio de Mathilde de Freitas Cirelli e outros; deste, deflete à direita em ângulo reto, segue com uma distância de 86,00 metros, confrontando com a área Remanescente “09” de propriedade do Espólio de Mathilde de Freitas Cirelli e outros; ponto em que deflete à direita em ângulo reto, e segue com uma distância de 14,00 metros, confrontando ainda com a Área Remanescente “09” de propriedade do Espólio de Mathilde de Freitas Cirelli e outros, atinge o ponto situado na confluência com o Trecho 01 do prolongamento da Rua Luiz Mazzola e o Remanescente a Gleba de Terras destinada ao prolongamento da Avenida Independência, da Rua Manoel Ferreira Gaio, da Rua Luiz Mazzola, da Rua Coronel Manoel Leme, da Rua Coronel Rafael Tobias e à abertura da Rua “A”; deste, deflete à direita em ângulo reto, segue com uma distância de 77,00 metros, confrontando com o Trecho 01 do prolongamento da Rua Luiz Mazzola, atinge o ponto situado no início de tangência de curva; daí, segue com uma distância de 14,14 metros em curva à direita de raio de 9,00 metros, AC 90°00’00”, confrontando ainda com o Trecho 01 do prolongamento da Rua Luiz Mazzola, atinge o ponto inicial da referida poligonal divisória, fechando assim o, perímetro e a área mencionada, avaliada em R\$ 185,12 o metro quadrado, totalizando R\$ 219.667,09”;

III - Área 02 (Remanescente) – Matrícula nº 16.385: Uma gleba de terras, designada “área 02”, representando o remanescente daquela com igual descrição, contendo 3.474,54 m² no seguinte perímetro: inicia do ponto de tangência de curva de raio 9,00 ms., formado pela Rua João Augusto Cirelli com a Rua Luiz Mazzola (no lugar da Rua 2 (área 02)), localizado junto ao alinhamento predial da Rua João Augusto Cirelli, distante 57,60 ms. da cerca divisória da propriedade de Socil Pró-Pecuária S/A. Deste ponto, segue pelo desenvolvimento da curva com uma distância de 14,14 ms. e atinge o outro ponto de tangência da curva. Daí, segue em linha reta com um rumo de 67°44’28” NW e com uma distância de 204,90 ms., atinge o ponto de confluência com a Área 2.1, Área 05.1 e a Rua Bezerra Paes – Área 05.2, confrontando até aqui com a Área Remanescente – Gleba “C” e com a Área 02.1. Daí, deflete à esquerda, segue com um rumo de 22°15’32” SW, dividindo com a Rua Bezerra Paes – Área 05.2 e com uma distância de 25,00 ms.

atinge o ponto de tangência da curva de raio 9,00 ms. formada pela Rua Bezerra Paes – Área 05.2 com a Rua Luiz Mazzola (no lugar da Rua 2 – (Área 02)), confrontando nesta extensão com a Rua Bezerra Paes – Área 05.2. Daí, segue em desenvolvimento de curva (à direita) com uma distância de 14,14 ms. e atinge o outro ponto de tangência. Deste ponto segue com rumo de 67°44’28” SE e com uma distância de 195,90 ms. atinge o ponto de tangência da curva de raio 9,0 ms. formada pela Rua João Augusto Cirelli e a Rua Luiz Mazzola (no lugar da Rua 2 (Área 02)). Daí, segue pelo desenvolvimento da curva (à direita) com uma distância de 14,14 ms. e atinge o outro ponto de tangência, junto ao alinhamento predial da Rua João Augusto Cirelli, confrontando até aqui com a Área Remanescente – Gleba “D”. Deste ponto, deflete à esquerda e segue com um rumo de 22°15’32” NE e com uma distância de 34,00 ms. atinge o ponto inicial da referida poligonal divisória, confrontando nesta extensão com a Rua João Augusto Cirelli, avaliada em R\$ 185,12 o metro quadrado, totalizando R\$ 643.151,30;

IV – Área 05.2-1 (destaque) – Matrícula nº 16.382 – Uma Gleba de Terras, localizada neste município e comarca de Descalvado – SP., designada “Área 05.2-1”, destacada da Rua Bezerra Paes - Área 05.2, contendo a área de 420,00 metros quadrados, caracterizada dentro do seguinte perímetro e confrontações: Inicia no ponto situado na confluência com a linha divisória da Rua Luiz Mazzola (Área 02), Área 02.1 e a Área 05.1. Deste ponto, segue com um rumo de 22°15’32”SW e, com a distância de 25,00 metros, atinge o ponto situado na confluência com a Gleba “D.2”, confrontando nesta extensão com a Rua Luiz Mazzola (Área 02). Daí, segue com um rumo de 22°15’32”SW e com uma distância de 5,00 metros, atinge o ponto situado na confluência com a linha divisória da área Remanescente - Gleba “D” e a Rua Bezerra Paes - Remanescente da Área 05.2, confrontando nesta extensão com a área Remanescente - Gleba “D”. Daí, deflete à direita, segue com um rumo de 67°44’28”NW e com uma distância de 14,00 metros, atinge o ponto situado na confluência com a linha divisória da Gleba “09-F” e a Área Remanescente “09” de propriedade do Espólio de Mathilde de Freitas Cirelli e outros, confrontando nesta extensão com a Rua Bezerra Paes - Remanescente da Área 05.2. Daí, deflete à direita, e segue com um rumo de 22°15’32”NE e com uma distância de 29,99 metros, atinge o ponto situado na confluência com a linha divisória da Área 05.1, confrontando por 5,00 metros com a Gleba “09-F” e por 24,99 metros com o Trecho 01 – do prolongamento da Rua Luiz Mazzola. Daí, deflete à direita e segue, com um rumo de 67°44’28”SE e com uma distância de 14,00 metros, confrontando com a Área 05.1, atinge o ponto inicial da referida poligonal divisória, fechando assim o perímetro e a área mencionada, avaliada em R\$ 185,12 o metro quadrado, totalizando R\$ 77.750,40;

V - Trecho 01 (destaque) do Prolongamento da Rua Luiz Mazzola – Matrícula nº 16.298 – Uma Gleba de Terras, localizada neste município e comarca de Descalvado – SP., identificada como Trecho 01 do prolongamento da Rua Luiz Mazzola, contendo a área de 1.393,38 metros quadrados, caracterizada dentro das seguintes medidas e confrontações: Inicia-se no marco 11-D, situado na confluência com a linha divisória da Área Remanescente “08” de propriedade do Espólio de Mathilde de Freitas Cirelli e outros e a Gleba 02 de propriedade de SocilGuyomarc’h Industria e Comércio Ltda. (Matrícula nº 11.132). Partindo do marco 11-D, segue com o rumo de 67°44’28”SE e com a distância de 86,00 metros, atinge o marco 11-E, situado na confluência da Área 05.2-1 e a Área 05.1, confrontando nessa extensão com a Gleba 02 de propriedade de SocilGuyomar’h Indústria e Comércio Ltda. (Matrícula nº 11.132)

. Partindo do marco 11-E, deflete à direita, segue com o rumo de 22°15'32"SW e com a distância de 25,00 metros atinge o ponto situado no início de tangência de curva, na confluência com a linha divisória da Gleba "09-F", confrontando nessa extensão com a Área 05.2-1. Deste ponto, deflete à direita, segue com 14,14 metros em curva à esquerda de raio 9,00 metros, AC 90°00'00", confrontando com a Gleba "09-F", atinge o outro ponto de tangência da curva; daí, segue com uma distância de 77,00 metros, ainda confrontando com a Gleba "09-F", atinge o ponto situado na confluência da Área Remanescente "09" de propriedade do Espólio de Mathilde de Freitas Cirelli e outros e o prolongamento da Rua Luiz Mazzola. Daí, deflete à direita, segue com uma distância de 16,00 metros, confrontando com o prolongamento da Rua Luiz Mazzola, atinge o marco 11-D, início dessa descrição, fechando assim o perímetro e a área mencionada, avaliada em R\$ 185,12 o metro quadrado, totalizando R\$ 257.942,50.

Art. 3º - A complementação da doação referida no artigo 4º se dará com encargos e ficará vinculada ao atendimento, pela donatária, das seguintes obrigações:

I – promover, dentro de 06 (seis) meses o isolamento das áreas objeto da complementação das demais áreas que não pertençam à In Vivo Nutrição e Saúde Animal Ltda.;

II – concluir as obras destinadas à ampliação do parque fabril dentro do prazo e iniciar a execução do plano de expansão dentro de 20 (vinte) meses a contar da imissão na posse das áreas supra mencionadas, ficando as mesmas gravadas das cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade até a comprovação efetiva da implantação da expansão empresarial junto ao Poder Executivo Municipal;

III – gerar 60 (sessenta) novos postos diretos de trabalho e aproximadamente 180 (cento e oitenta) empregos indiretos para execução do serviço de ampliação e montagem da nova área produtiva, devendo os 60 (sessenta) postos gerados ser mantidos por, no mínimo, 01 (um) ano do início das atividades nas áreas doadas;

IV - responsabilizar-se pelo pagamento dos tributos, custas, emolumentos, registros e averbações que incidirem sobre a transação tratada nesta Lei.

§ 1º - O descumprimento individual de qualquer dos prazos estabelecidos implicará na rescisão da complementação da doação e na retomada imediata do imóvel ao patrimônio público.

§ 2º - A outorga da escritura pública será concedida após comprovação pela donatária do cumprimento de todas as obrigações impostas por esta autorização.

CAPÍTULO III DA AUTORIZAÇÃO DE PERMUTA COM DAÇÃO EM PAGAMENTO DE ÁREAS DECRETADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

Art. 4º - Por força do Decreto nº 4.204, de 12 de novembro de 2.014 o Poder Executivo decretou de utilidade e necessidade pública e interesse social as áreas denominadas "Gleba D.2" e "Gleba 09-F".

Art. 5º - Fica, por esta Lei o Poder Executivo Municipal autorizado a oferecer ao "Grupo Cirelli", compreendendo **M.A. Ci-**

relli Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 06.067.705/0001-02, estabelecida na cidade de Gurinhata, Minas Gerais, na Fazenda Barro Preto, zona rural; **Jefran Cirelli Empreendimentos e Participações**, inscrita no CNPJ sob nº 01.417.702/0001-38, estabelecida nesta cidade, na Avenida Bom Jesus, nº 711; J.A. Cirelli Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 67.592.477/0001-84, estabelecida nesta cidade, na Rua Bezerra Paes, nº 894-Fundos; **ERNESTO CIRELLI**, brasileiro, viúvo, industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.884.911-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 140.910.898-87, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua XV de Novembro, nº 637; e **ESPÓLIO DE MATHILDE DE FREITAS CIRELLI**, representado por seu inventariante Ernesto Cirelli, anteriormente qualificado, como forma de permuta com dação em pagamento a área pertencente ao Município a seguir descrita e caracterizada:

"Área Remanescente da Gleba "A.1" - Matrícula 20.140 – sem benfeitorias, contendo a área de 5.539,32 m² (cinco mil, quinhentos e trinta e nove metros e trinta e dois centímetros quadrados), caracterizada dentro das seguintes medidas e confrontações: "Inicia-se no marco 14-D, situado na confluência da linha divisória do remanescente da Gleba "A", com a linha divisória da área tomada pela Avenida Antonio Garbuio. Partindo do marco 14-D, segue com um rumo de 41°33'58" NW e com a distância de 46,56 metros até o marco 14-C.1, situado na confluência da área tomada pela Avenida Antonio Garbuio e a Gleba "A.1.A", confrontando nesta extensão com a área tomada pela Avenida Antonio Garbuio (matrícula nº 20.138). Partindo do marco 14-C.1, segue com um rumo de 46°06'56" NE e com a distância de 58,411 metros até o marco 14-A.2; deste, segue com um rumo de 43°53'04" NW e com a distância de 50,00 metros até o marco 14-A.1, situado na confluência com a linha divisória da propriedade de Sandra Caucabene Scchirolli e outros (matrícula nº 7.349), confrontando do marco 14-C.1 ao marco 14-A.1 com a Gleba A-1.A (matrícula nº 20.139). Partindo do marco 14-A.1, segue com um rumo de 46°06'56" NE e com a distância de 50,724 metros atinge o marco 15, situado na confluência com a cerca divisória da propriedade de Dra. Cleide Nilza Mourão (matrícula nº 6.774), confrontando nessa extensão com a propriedade de Sandra Caucabene Scchirolli e outros (matrícula nº 7.349). Partindo do marco 15, segue com um rumo de 47°32'48" NE e com a distância de 4,980 metros, atinge o marco 15-A, situado na confluência com a cerca divisória do remanescente da propriedade de Mário Cirelli e outros (Granja Cirelli – matrícula nº 10.462), confrontando nessa extensão com parte da propriedade de Dra. Cleide Nilza Mourão (matrícula nº 6.774). Partindo do marco 15-A, segue com um rumo de 67°44'28" SE e com a distância de 41,252 metros, atinge o marco 13-D, situado na confluência com a linha divisória do remanescente da Gleba "A", confrontando do marco 15-A ao marco 13-D com o remanescente da propriedade de Márcio Cirelli e outros (Granja Cirelli – matrícula nº 10.462). Partindo do marco 13-D, segue com um rumo de 22°15'32" SW e com a distância de 145,08 metros, atinge o marco 14-D, que é início da referida poligonal divisória, confrontando nessa extensão com o remanescente da Gleba "A"; fechando assim, o perímetro descrito e a área mencionada, avaliada em R\$ 138,00 o metro quadrado, totalizando R\$ 764.426,16 (setecentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais e dezesseis centavos).

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, Em 25 de Novembro de 2014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 25 de Novembro de 2014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO
LEI Nº 3.866, DE
28 DE NOVEMBRO DE 2014

“DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I
Do Âmbito de Aplicação desta Lei

Art. 1º - Esta Lei disciplina a estrutura e reorganiza o quadro dos profissionais integrantes do Magistério Público da Educação Básica do Município de Descalvado, nos termos dos artigos 24, 34 e 67 da Lei Federal nº - 9394, de 20 de dezembro de 1996; e em cumprimento ao artigo 40 da Lei Federal nº - 11.494, de 20 de junho de 2007 e a Lei Federal nº - 11.738, de 16 de julho de 2008, segundo diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº - 02, de 28 de maio de 2009 e Parecer CNE/CEB nº - 09/2012, aprovado em 12 de abril de 2012, sem prejuízo das disposições do regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em especial o artigo 318, a Lei Municipal nº 3179, de 18 de novembro de 2009 e demais disposições constitucionais e legais vigentes.

§ 1º - Esta Lei abrange, exclusivamente, os profissionais que exercem atividades de docência, referidos no artigo 2º - da Lei Federal nº - 11.738, de 16 de junho de 2008 e os que oferecem suporte pedagógico à docência, com atribuições de dirigir ou administrar, planejar, inspecionar, orientar e coordenar as atividades vinculadas à Educação Básica no âmbito da Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, em qualquer nível ou modalidades de provimento mencionadas nesta Lei Complementar.

§ 2º - Os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica estão diretamente ligados aos interesses dos educandos, com situações peculiares, estabelecendo, assim, ordem e estrutura jurídica própria que exigem normas específicas.

§ 3º - Os dispositivos desta Lei não se aplicam aos profissionais que integram o quadro de apoio escolar (QAE), regidos exclusivamente pela Lei Municipal nº - 3.276, de 28 de abril de 2010 e pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

CAPÍTULO II
Dos Objetivos

Art. 2º - Constituem objetivos desta Lei:

I - regulamentar a relação funcional deste quadro no âmbito da Administração Pública Municipal;

II - estabelecer normas que definem e regulamentam as condições de ingresso e o processo de movimentação na carreira, através da evolução funcional e a correspondente progressão da remuneração;

III - promover a valorização dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica de acordo com as necessidades e as diretrizes do sistema municipal de ensino; e

IV - promover a melhoria gradual e contínua da qualidade de ensino.

CAPÍTULO III
Dos Conceitos Básicos

Art. 3º - Para os fins desta Lei considera-se:

I – servidor público: todos os agentes que se vinculam à administração pública, independentemente do regime de trabalho e da forma de provimento, desenvolvendo atividade profissional;

II – emprego permanente: emprego ocupado por Profissional do Magistério Público da Educação Básica, com atribuições específicas e função regular, cuja admissão é condicionada à prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, com provimento efetivo em função permanente e subordinado à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

III – emprego temporário: emprego ocupado por Profissional do Magistério Público da Educação Básica, com atribuições específicas e função regular, cuja admissão é condicionada à prévia classificação em processo seletivo, com admissão por prazo determinado (temporário) subordinado à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

IV – empregado público: servidor ocupante de emprego de provimento permanente ou admitido por prazo determinado (temporário);

V – função gratificada: o núcleo de funções transitórias a ser preenchido exclusivamente por empregado público permanente, que passa a ocupar um posto de trabalho mediante indicação ou seleção, referendado pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura e designado pelo Chefe do Poder Executivo, percebendo gratificação pelo exercício da função, nos termos da lei;

VI – provimento efetivo: preenchimento de emprego público permanente, em caráter definitivo, sem transitoriedade, ocupado por candidato aprovado em concurso público de provas e títulos, admitido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

VII – provimento ou designação em comissão: preenchimento de emprego público ou posto de trabalho por ocupante transitório, da confiança da autoridade nomeante, nos termos dos incisos II e V do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

VIII – Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB): o conjunto de empregos permanentes, temporários ou em comissão e postos de trabalho, contemplando Profissionais do Magistério Público da Educação Básica das Classes Docente ou de Suporte Pedagógico;

IX – classe: o conjunto de empregos permanentes ou temporários da mesma natureza e igual denominação, correspondentes a categorias profissionais semelhantes;

X – docente: professor; profissional que ministra aulas ou cursos em todos os níveis educacionais compreendidos no sistema municipal de ensino, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos; profissional em efetivo exercício da docência, ocupando emprego público permanente ou temporário;

XI – suporte pedagógico: atribuição de profissional especialista em Educação, que exerce atividades de planejamento, direção, coordenação ou orientação, ocupando emprego público de provimento em comissão ou posto de trabalho de função gratificada;

XII – carreira: o conjunto de empregos de provimento permanente condicionado à prévia aprovação em concurso de provas e títulos, escalonados de acordo com o nível de complexidade, grau de responsabilidade e titulação mínima exigida, organizado em categorias de funções análogas e/ou compatíveis de uma mesma profissão;

XIII – plano de carreira: conjunto de normas que definem e regulam as condições de ingresso, bem como o processo de progressão funcional dos integrantes em uma determinada carreira;

XIV – evolução funcional: progressão do integrante do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) na Escala Remuneratória (ER), em seus diferentes níveis e letras;

XV – nível: é a subdivisão da Escala Remuneratória (ER), de acordo com a progressão vertical e considerando a titulação ou habilitação do empregado, pela via acadêmica;

XVI – letra: é a subdivisão da Escala Remuneratória (ER), de acordo com a progressão horizontal e considerando dados indicadores de crescimento profissional e o resultado da avaliação de desempenho do empregado, pela via não acadêmica;

XVII – enquadramento: posicionamento automático do Profissional do Magistério Público da Educação Básica na Escala Remuneratória (ER), por letra na coluna vertical, e nível na linha horizontal;

XVIII – via não-acadêmica: termo utilizado para identificar a progressão funcional meritória, com deslocamento em letras, considerando-se a assiduidade, atualização e aperfeiçoamento profissional e o resultado da avaliação de desempenho do empregado no cumprimento das atribuições de seu emprego, num dado período prefixado;

XIX – via acadêmica: termo utilizado para identificar a progressão funcional que se dá pela formação do empregado em estabelecimento de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC ou Conselho Estadual de Educação – CEE, nos níveis de graduação, pós-graduação ‘lato ou stricto sensu’, com deslocamento em níveis, na conformidade do regulamento próprio;

XX – remuneração: valor correspondente ao salário acrescido das demais vantagens pecuniárias e verbas pagas a qualquer título, incorporadas ou não, percebidas mensalmente pelo servidor público;

XXI – salário: é a retribuição pecuniária fixada em Lei e paga mensalmente ao empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelo exercício das atribuições inerentes ao seu emprego;

XXII – salário de ingresso: é a retribuição pecuniária fixada de acordo com o enquadramento na letra “A”, considerado inicial, e no nível correspondente à titulação do ingressante;

XXIII – salário de enquadramento: é aquele decorrente da evolução funcional do servidor integrante do Quadro do magistério da Educação Básica (QMEB);

XXIV – sistema municipal de ensino: conjunto de instituições e órgãos que realizam atividades de Educação no âmbito de Secretaria da Educação e Cultura – SEEC, sob orientação educa-

cional e legislação pertinente.

TÍTULO II DO QUADRO DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (QMEB) CAPÍTULO I Da Composição

Art. 4º - Vinculam-se a esta Lei apenas os profissionais em efetivo exercício do magistério na Educação Básica que:

I - exerçam funções docentes; ou

II - ofereçam suporte pedagógico direto ao exercício da docência, em atividades educativas de assessoramento pedagógico, administração, planejamento, orientação educacional e coordenação pedagógica.

Art. 5º - As classes são constituídas na seguinte conformidade:

I – Classe Docente:

a) Professor de Educação Básica I (PEB I);

b) Professor de Educação Básica II (PEB II);

c) Professor Assistente de Educação Básica I (PAEB I); e

d) Professor Assistente de Educação Básica II (PAEB II).

II – Classe de Suporte Pedagógico e Gestão Educacional:

a) Gestor da Educação Básica;

b) Orientador Educacional;

c) Gestor de Escola;

d) Coordenador Pedagógico;

e) Coordenador de Núcleo ou de Projeto.

§ 1º - As funções gratificadas de Diretor de Departamento de Educação, Supervisor de Ensino, Diretor de Escola de Educação Básica e Assessor Coordenador de Escola de Educação Básica ficam red denominados, respectivamente, como Gestor de Departamento da Educação Básica, Orientador Educacional, Gestor de Escola e Coordenador Pedagógico.

§ 2º - As atribuições de cada categoria integrante das classes descritas nos incisos I e II deste artigo encontram-se no Anexo I desta Lei.

§3º - Em casos excepcionais, o servidor público, titular de emprego efetivo de Professor Assistente de Educação Básica I (PAEB I) e/ou Professor de Educação Básica II (PAEB II), poderá ocupar posto de trabalho da Classe de Suporte Pedagógico, mediante anuência expressa da Secretaria da Educação e Cultura e designação do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO II Do Campo de Atuação

Art. 6º - Os empregados públicos permanentes ou temporários, atuantes na docência, exercerão suas atividades nos seguintes campos de atuação:

I – Professor de Educação Básica I (PEB I) e Professor Assistente de Educação Básica I (PAEB I): nas classes ou turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais, nas modalidades de Educação Inclusiva e Educação de Jovens e Adultos (EJA), em unidades escolares pertencentes ao sistema municipal de ensino;

II – Professor de Educação Básica II (PEB II) e Professor Assistente de Educação Básica II (PAEB II): nas classes

ou turmas dos anos finais do Ensino Fundamental regular; nos anos iniciais do Ensino Fundamental regular em aulas de disciplinas específicas - componente curricular, quando for o caso, e nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva;

§ 1º - O empregado público temporário, contratado nos termos da lei, terá seu campo de atuação estabelecido pelo respectivo contrato de trabalho, observada a habilitação mínima necessária para sua atuação em cada nível ou modalidade de ensino, de acordo com o estabelecido na Resolução do Processo de Atribuição de Classes e/ou Aulas de cada ano letivo.

§ 2º - Quando se optar pela presença do Professor de Educação Básica II (PEB II) para ministrar aula de sua especialidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental, fica assegurado ao Professor de Educação Básica I (PEB I) titular da regência da classe, a possibilidade de cumprir horas de trabalho pedagógico escolar (HTPE) integrante de sua jornada neste período, na conformidade do calendário adotado.

Art. 7º - Os integrantes da Classe de Suporte Pedagógico e Gestão Educacional terão os seguintes campos de atuação:

I – Gestor da Educação Básica e Orientador Educacional: no âmbito da gestão administrativa e pedagógica da Secretaria da Educação e Cultura – SEEC, com atuação também nas escolas municipais de Educação Básica (EMEB's), no Núcleo de Atualização Educacional (NAE), no Núcleo de Educação Pré-escolar (NEPE) e demais órgãos e/ou unidades vinculadas ao sistema municipal de ensino;

II – Gestor de Escola e Coordenador Pedagógico: nos Centros de Educação Infantil (CEI's), nas escolas municipais de Educação Básica (EMEB's), no Núcleo de Educação Pré-Escolar (NEPE) e/ou outras unidades educacionais vinculadas ao sistema municipal de ensino.

III - Coordenador de Núcleo ou de Projeto: nos postos de trabalho integrantes do aludidos núcleos ou projetos, estabelecidos em legislação própria vinculados à Secretaria de Educação e Cultura – SEEC.

TÍTULO III

DO INGRESSO A EFETIVAÇÃO

CAPÍTULO I

Das Formas de Provimento

Art. 8º - O provimento de empregos e postos de trabalho do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) dar-se-á das seguintes formas:

I – por admissão de caráter permanente, com provimento efetivo: mediante concurso público de provas e títulos para emprego permanente da Classe Docente;

II – por admissão em caráter temporário, com provimento precário: mediante processo seletivo para emprego temporário da Classe Docente, para substituição de empregado permanente nos termos da lei;

III – por nomeação ou designação em comissão, com provimento precário: mediante nomeação para emprego público em comissão ou mediante designação para função gratificada da Classe de Suporte Pedagógico, conforme delimitam os Anexos II e III desta Lei Complementar.

§ 1º - Na destituição do cargo em comissão ou do posto de trabalho, o empregado público permanente retornará ao emprego de origem, garantida sua participação no processo de atribuição de classes e aulas para cada ano letivo.

§ 2º - O Secretário Municipal de Educa-

ção e Cultura solicitará ao Chefe do Poder Executivo, de modo justificado, a abertura de processo seletivo para contratação de empregado temporário, acompanhando sua realização até a final classificação dos candidatos.

Art. 9º - Os cargos comissionados e postos de trabalho para suporte pedagógico serão providos quando comprovada a real necessidade e com uma jornada obrigatória de 40 horas semanais junto à Municipalidade e serão lotados conforme o módulo para criação de vagas, estabelecido no Anexo III integrante desta Lei Complementar.

Art. 10 - Os requisitos, exigências mínimas e formas de provimento dos empregos e postos de trabalho do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) estão estabelecidos nos Anexos II e III, integrantes desta Lei.

CAPÍTULO II

Dos Concursos

Art. 11 - O provimento de empregos permanentes do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) será realizado pelo Chefe do Poder Executivo, mediante concurso público de provas e títulos, devidamente previsto e detalhado em edital, publicado pela imprensa escrita, disponibilizado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal e afixado na Secretaria de Educação e Cultura - SEEC.

Art. 12 - O prazo de validade do concurso público será de no máximo dois anos, a contar da data da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Art. 13 - A chamada dos aprovados em concurso respeitará a ordem crescente de classificação dos candidatos aprovados, para provimento do número de vagas previstas no edital; daquelas novas, criadas para atender a demanda do sistema municipal de ensino; ou, ainda, das decorrentes de vacância, nos termos do artigo 36 da Lei Municipal nº 3.276, de 28 de abril de 2010.

Art. 14 - O concurso público de que trata o artigo 11 será realizado pela Administração Pública e reger-se-á por instruções especiais, contidas em edital amplamente divulgado e publicado, onde constarão, no mínimo, os seguintes itens:

I – quantidade de vagas em cada emprego objeto do concurso;

II – bibliografia básica;

III – requisitos mínimos exigidos para a admissão no respectivo emprego;

IV – a natureza dos títulos a serem computados, e respectivos valores de pontuação;

V – prazo de validade do concurso;

VI – número de empregos reservados a pessoas com deficiência aprovados, na forma do artigo 15 desta Lei, sem prejuízo da observância da legislação de regência;

VII – critérios para aprovação e classificação; e

VIII – salário de ingresso.

Art. 15 - O Edital do concurso preverá o número de vagas, o modo de classificação e contratação de pessoas com deficiência, nos termos da legislação específica.

Parágrafo Único. No ato da inscrição, o candidato com deficiência obrigatoriamente a declarará, para que a comissão responsável pela aplicação da prova possa fornecer-lhe adequada condição de participação.

CAPÍTULO III Da Nomeação

Art. 16 - Os requisitos mínimos para a nomeação ficam estabelecidos em conformidade com o Anexo II, integrante desta Lei.

§ 1º - A experiência no magistério prevista no Anexo II se refere àquela adquirida em sala de aula por professores (experiência docente) e/ou as inerentes a direção e/ou gestão, ou administração, orientação e coordenação técnico-pedagógica.

§ 2º - As regras de preenchimento, nomeação, posse e exercício previstas na Lei Municipal nº 3.276, de 28 de abril de 2010 se aplicam, no que couber, aos servidores do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB).

Art. 17 - Perderá o direito à nomeação o candidato que não preencher os requisitos mínimos exigidos na data da convocação; não apresentar condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do emprego, comprovadas em inspeção realizada por órgão médico oficial e declarada em laudo; ou deixar de preencher quaisquer das exigências previstas no Edital do concurso público ou processo seletivo a que se submeter, ou nesta Lei Complementar.

Art. 18 - As exigências para a nomeação obedecerão aos seguintes critérios:

I – a existência da vaga a ser provida;

II – a comprovação de bons antecedentes, na forma prevista no Edital do concurso de provas e títulos ou no processo seletivo respectivos;

III – o atendimento, pelo candidato, das exigências mínimas estabelecidas nesta Lei Complementar;

IV – para empregos permanentes, somente após aprovação e classificação em concurso público de provas e títulos;

V – para empregos temporários, somente após classificação no processo seletivo, para o atendimento de uma das hipóteses elencadas no artigo 27 desta Lei;

VI – para cargos em comissão ou função gratificada, de acordo com a forma de provimento e requisitos informados no Anexo II, somente quando comprovada a real necessidade, nos termos do artigo 9º - e do Anexo III, integrantes desta Lei.

Art. 19 - Quando o número de classes da unidade escolar não formar o módulo exigido no Anexo III para configurar a necessidade de designação de um Gestor de Escola ou de Coordenador Pedagógico, poderá ser utilizado o número de até 2 (duas) unidades escolares, preferencialmente próximas, cujas atribuições do servidor serão designadas por Portaria da Secretaria da Educação e Cultura - SEEC.

Art. 20 - A nomeação para emprego permanente da Classe Docente implicará o enquadramento na letra “A”, considerada inicial, e no nível correspondente à titulação, conforme Anexo V, integrante desta Lei.

Parágrafo Único. A admissão para emprego temporário da Classe Docente não comportará enquadramento em Escala Remuneratória (ER), sendo o contratado remunerado pelo correspondente ao salário inicial da função para a qual for contratado, ou seja, nível “I” e letra “A”, de acordo com a jornada contratada.

Art. 21 - A nomeação para a Classe de Suporte Pedagógico se dará por designação para função gratificada, nos termos dos incisos II e V do artigo 37 da Constituição da República, desde que preencha os requisitos constantes do Anexo II desta Lei.

Parágrafo Único. O docente afastado junto ao Convênio da “Ação de Parceria Estado-Município para o atendimento do Ensino Fundamental” no âmbito dessa rede de ensino, está apto a preencher qualquer posto ou cargo de suporte pedagógico, nos termos do § 2º - do artigo 3º - do Decreto Estadual nº - 51.673, de 19 de março de 2007, desde que preenchidos os requisitos constantes do Anexo II desta Lei.

CAPÍTULO IV Das Substituições

Art. 22 - Observados os requisitos legais, haverá substituição durante o impedimento legal e temporário de integrante da Classe Docente ou da Classe de Suporte Pedagógico.

§ 1º - Também será considerada substituição a designação temporária do empregado permanente para ocupar cargo, posto de trabalho ou emprego vago.

§ 2º - Aos servidores do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) não se aplicam as regras de substituição previstas na Lei Municipal nº - 3.276, de 28 de abril de 2010.

Art. 23 - O emprego de docente admite substituição a partir de um (01) dia de impedimento do professor regente ou titular da sala, por ser o atendimento ao educando de excepcional interesse público.

§ 1º - Quando a substituição se fizer necessária por um período máximo de 15 (quinze) dias consecutivos ou intercalados num interstício de 60 (sessenta) dias, o pagamento do professor substituto, sem vínculo com a Municipalidade, poderá ser feito por Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA).

§ 2º - Para fins de retribuição pecuniária na substituição de docente, o integrante do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) receberá sempre pelo valor do seu enquadramento, na proporção da jornada efetivamente cumprida.

§ 3º - Na ausência do Professor de Educação Básica II (PEB II) para aula específica de sua habilitação, e inexistindo a possibilidade de sua substituição por professor igualmente habilitado, respeitadas as disposições da Indicação nº - 53, de 1º - de dezembro de 2005, do Conselho Estadual da Educação de São Paulo, o Professor de Educação Básica I (PEB I) poderá substituí-lo, comprometendo-se trabalhar o conteúdo estipulado pelo Coordenador Pedagógico.

Art. 24 - Os empregos e postos de trabalho da Classe de Suporte Pedagógico comportam substituição quando o afastamento do titular for superior a 15 (quinze) dias.

§ 1º - Para a substituição de que trata o “caput” deste artigo, o Secretário Municipal de Educação e Cultura indicará servidor do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) de sua confiança, cabendo o ato de substituição ser promovido pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º - No impedimento legal do Gestor de Escola ou do Coordenador Pedagógico por período máximo de 15 (quinze) dias, suas funções serão assumidas “pro tempore” pelo integrante do núcleo de direção da unidade escolar que permanecer em atividade.

§ 3º - Para fins de retribuição pecuniária na substituição de suporte pedagógico superior a 15 (quinze) dias, o designado fará jus:

I - ao padrão remuneratório do substituído, quando ocupante de cargo;

II - ao percentual estipulado em lei para a grati-

ficação de função, incidente sobre o seu salário de enquadramento, acrescido de eventual diferença de duração entre as jornadas, quando ocupante de posto de trabalho;

III – manter a remuneração relativa ao seu emprego de origem, quando mais vantajosa, em qualquer caso.

Art. 25 - Qualquer que seja o período de substituição, o empregado permanente que a tiver exercido retornará, após seu término, ao seu emprego de origem, não gerando direito a efetivação no emprego ou fixação no posto de trabalho objeto da substituição ou qualquer incorporação salarial decorrente deste exercício, sob nenhuma hipótese.

Art. 26 - A substituição de servidor da Classe Docente poderá ser exercida por outro da Classe Docente ou por docente contratado por prazo determinado (empregado temporário), observadas as regras classificatórias da Resolução de atribuição de aulas, baixada anualmente pela Secretaria de Educação e Cultura – SEEC.

CAPÍTULO V

Da Contratação por Prazo Determinado

Art. 27 - Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a administração poderá contratar profissional da Educação Básica por prazo determinado, com contrato regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nos termos da Lei Municipal nº - 3.276, de 28 de abril de 2010.

§ 1º - Além das previsões legais citadas no “caput” deste artigo, considerar-se-á necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino:

I – a regência de turmas, classes ou ministração de aulas, cujo número reduzido, especificidade e/ou peculiaridades do atendimento, ou transitoriedade não justifiquem a criação de emprego permanente;

II – a ampliação do atendimento, pela reforma/ampliação do número de salas de aula, pela inauguração de unidade escolar ou por determinação judicial de atendimento imediato de demanda;

III – a execução de serviços técnicos por profissionais especializados na docência ou no suporte pedagógico;

IV - substituição de licenças, afastamentos e impedimentos;

V - projetos não permanentes ou cuja duração ou demanda sejam incertas;

VI - número de aulas livres insuficiente para o preenchimento de emprego;

VII - assistência temporária a aluno com deficiência;

VIII - substituição a docentes afastados para funções de suporte pedagógico;

IX - aulas destinadas a clientela sazonal; ou

X - impedimento judicial ou legal de realização de concurso público ou de contratação efetiva.

§ 2º - Os requisitos para a contratação por prazo determinado serão os mesmos exigidos para os respectivos empregos permanentes, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 28 - Não se aplica às contratações temporárias de docentes, realizadas no âmbito da rede pública municipal de ensino, o dispositivo do § 3º - do artigo 130, da Lei Municipal nº - 3.276/2010.

Art. 29 - A contratação por prazo determinado será firmada pelo tempo estritamente necessário para atender a qualquer das hipóteses elencadas na legislação própria ou no § 1º - deste artigo, enquanto perdurar a necessidade excepcional, por prazo máximo de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, observados os artigos 445 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e a Lei Municipal nº - 3.179/2009.

§ 1º - O candidato classificado em processo seletivo que declinar das aulas que lhe forem oferecidas, apresentar impedimento de qualquer natureza ou não comparecer à sessão de atribuição de classes e/ou aulas, somente será convocado novamente em caso de reutilização da lista classificatória, durante a vigência do certame.

§ 2º - A convocação de candidata classificada em gozo de licença maternidade ficará temporariamente suspensa, devendo ocorrer na sessão de atribuição subsequente ao seu retorno às atividades docente.

Art. 30 - Aos professores contratados por prazo determinado não se aplicam, por incompatíveis à natureza de sua contratação, os direitos à sede de exercício, composição de jornada, remoção e outras formas de movimentação, enquadramento, evolução funcional, recesso escolar, afastamentos, adicionais atribuíveis ao pessoal permanente, exceto os previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outras concessões expressamente previstas nesta Lei.

CAPÍTULO VI

Do Estágio Probatório

Art. 31 - Entende-se por estágio probatório o período de 3 (três) anos, durante os quais o integrante do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB), admitido para ocupar emprego permanente mediante concurso público, terá avaliado o seu desempenho devidamente registrado, do qual dependerá sua permanência no serviço público municipal considerando:

I – cumprimento dos deveres estabelecidos neste plano de carreira e no regimento escolar municipal;

II – atendimento dos artigos 10, 11 e 12 da Lei Municipal nº - 3.276/2010.

Parágrafo Único. Nas hipóteses de acumulação lícita de cargos, empregos e/ou funções públicos, previstas no inciso XVI do artigo 37 da Constituição da República, o disposto no “caput” deste artigo será cumprido em relação a cada um deles separadamente, inclusive no caso de acumulação de cargos, empregos ou postos de trabalho de mesma denominação, vedado o aproveitamento de prazos ou de pontuações decorrentes de períodos de estágio probatório anteriormente avaliados.

Art. 32 - O estágio probatório dos servidores do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) obedecerá aos critérios de regulamentação específica, considerando, em especial, o disposto nos incisos do artigo 31 desta Lei.

Art. 33 - A avaliação em estágio probatório é obrigatória como condição para a continuação do empregado no serviço público e será aplicada de acordo com as disposições do artigo 2º - da Lei Municipal nº - 3.530, de 08 de novembro de 2011.

Art. 34 - No final de 3 (três) anos de estágio probatório, o empregado que comprovadamente não demonstrar competência, não atendendo satisfatoriamente ao que dispõe o artigo 31 e na conformidade da Lei Municipal nº - 3.276/2010, será demitido por ato do

Chefe do Poder Executivo, após parecer opinativo da Comissão Permanente de Gestão da Carreira (CPGC).

TÍTULO IV
DA JORNADA DE TRABALHO
CAPÍTULO I
Da Classe Docente

Art. 35. A jornada de trabalho semanal do integrante da Classe Docente compõe-se de hora-aula (HA) e hora de trabalho pedagógico (HTP), esta última calculada na razão de 1/3 da jornada total, consideradas como inteiro as frações iguais ou superiores a 0,5 (cinco décimos), desprezando-se as menores.

§ 1º - A hora-aula (HA) é o período efetivamente destinado à docência, em atividades com alunos, com duração de 60 (sessenta) minutos.

§ 2º - A hora de trabalho pedagógico (HTP) tem duração de 60 (sessenta) minutos, e é o período dedicado pelo docente para:

I – Planejar, preparar e avaliar o trabalho didático próprio ou dos alunos;

II – Participar de reuniões pedagógicas e de articulação com a comunidade;

III – Aperfeiçoar seu trabalho profissional; e

IV - Promover formação continuada.

§ 3º - O período total de HTP será dividido em horas de trabalho pedagógico coletivo (HTPC), horas de trabalho pedagógico escolar (HTPE), ambas cumpridas na unidade escolar, e horas de trabalho pedagógico livre (HTPL) cumpridas em local de livre escolha do docente.

Art. 36 - A Classe Docente observará as seguintes jornadas, de acordo com o nível e modalidades de ensino:

I – Jornadas para todos servidores públicos titulares do emprego de Professor de Educação Básica I (PEB I) e Professor Assistente de Educação Básica I e II (PAEB I e II), a saber:

a) Jornada Inicial

Atividades docentes: 20 horas semanais

Horas de Trabalho Pedagógico semanal: 2 HTPC

+ 5 HTPL + 3 HTPE

Total: 30 horas semanais;

Remuneração: 150 horas mensais

b) Jornada Básica :

Atividades Docentes: 22 horas semanais

Horas de Trabalho Pedagógico semanal: 2 HTPC

+ 5HTPL + 5 HTPE

Total: 34 horas semanais;

Remuneração: 170 horas mensais

Parágrafo Único: Ficará a cargo da gestão escolar a ampliação para a jornada Básica para enriquecimento curricular, de acordo com análise do projeto pedagógico apresentado para as referidas aulas na sua unidade escolar com a anuência da secretaria da educação.

II – Jornada de Trabalho Variável, para os servidores públicos titulares de emprego de Professor de Educação Básica II (PEB II) e Professor Assistente de Educação Básica II (PAEB II), a saber:

a) Jornada mínima:

Atividades docentes: 16 horas semanais (história, geografia, inglês, arte e educação, física)

Horas de Trabalho Pedagógico semanal: 2 HTPC

+ 4 HTPL + 3 HTPE

Total: 25 horas semanais;

Remuneração: 125 horas mensais

b) Jornada variável (ciências)

Atividades Docentes: 17 horas semanais

Horas de Trabalho Pedagógico semanal: 2 HTPC

+ 4 HTPL + 3HTPE

Total: 26 horas semanais;

Remuneração: 130 horas mensais

c) Jornada reduzida: (Português, Matemática)

Atividades Docentes: 19 horas semanais

Horas de Trabalho Pedagógico semanal: 2 HTPC

+ 5 HTPL + 3HTPE

Total: 29 horas semanais;

Remuneração: 145 horas mensais

d) Jornada Máxima:

Atividades docentes: 24 horas semanais

Horas de Trabalho Pedagógico semanal: 2 HTPC

+ 5HTPL + 5 HTPE

Total: 36 horas semanais

Remuneração: 180 horas mensais

§1º - O Professor de Educação Básica II (PEB II) e o Professor Assistente de Educação Básica II (PAEB II) poderão aderir à Jornada Máxima, descrita alínea d do inciso II deste artigo, observada a área de atuação do emprego que é titular, mediante manifestação expressa do docente durante a primeira fase do processo inicial de atribuição de classes e/ou aulas, desde que existam aulas livres para tanto, sendo-lhe vedado o retorno para a jornada mínima, estabelecida em resolução própria.

§2º - Ao servidor público fica garantida a jornada de trabalho estabelecido em Edital de concurso público de ingresso.

§3º - O Professor de Educação Básica II – PEB II- e o Professor Assistente de Educação Básica II - PAEB II - que, terminado o processo de atribuição de classes e/ou aulas, não completar a Jornada Mínima (adido), cumprirá a diferença atuando em projetos especiais na própria unidade escolar ou no âmbito da Secretaria de Educação e Cultura - SEEC.

§4º - O ingresso do Professor de Educação Básica II (PEB II) e Professor Assistente de Educação Básica II (PAEB II) far-se-á sempre na Jornada Mínima, de 25 (vinte e cinco) horas semanais, podendo ser ampliada no ato de ingresso, mediante manifestação de interesse do servidor e desde que existam aulas livres.

§5º - Ao professor cedido pelo Convênio de Parceria Estado Município (municipalização), será aplicada a jornada de trabalho nos termos estabelecidos no modelo DRHU- Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo a partir da parceria estabelecida na municipalização.

§6º - Para atendimento do que dispõe o artigo 36 desta Lei, poderão ser criadas novas jornadas ou ainda alteradas as existentes, a critério da Secretaria de Educação e Cultura, em conformidade com a necessidade do serviço.

Art. 37 - A jornada de trabalho do profissional do magistério público da Educação Básica, contratado por prazo determinado (temporário) para função-atividade será de acordo com a necessidade da Administração, aplicando-se a tabela prevista pelo Anexo VII, desta Lei.

CAPÍTULO II

Das Horas de Trabalho Pedagógico

Art. 38 - As horas de trabalho pedagógico (HTP) serão desenvolvidas na seguinte conformidade:

I - em unidade escolar ou em qualquer outro lugar determinado pela Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, em atividades organizadas pelo Coordenador Pedagógico ou outros membros integrantes da direção, para atender as horas de trabalho pedagógico coletivo (HTPC), em:

- a) reunião de orientação técnico-pedagógica;
- b) discussão de problemas educacionais;
- c) elaboração de planos com a participação do Gestor de Escola e de outros integrantes da Classe de Suporte Pedagógico;
- d) reunião de professores para preparação e avaliação do trabalho pedagógico, com a participação do Gestor de Escola, ou Coordenador Pedagógico e, excepcionalmente, com o Coordenador de Núcleo ou de Projeto ou com o Orientador Educacional;
- e) atendimento a pais e alunos;
- f) articulação com a comunidade;
- g) aperfeiçoamento profissional de acordo com o Projeto Político Pedagógico;

h) atividades educacionais organizadas pela Secretaria de Educação e Cultura - SEEC.

II - Durante o trabalho docente na unidade escolar (HTPE) e em local de livre escolha (HTPL) o docente deverá desenvolver os seguintes trabalhos:

- a) pesquisa;
- b) preparação de aulas e instrumentos de avaliação;
- c) análise de trabalhos de alunos;
- d) elaboração, correção de provas e aplicação aos alunos;
- e) preenchimento de fichas e documentos; e
- f) atendimento a pais e alunos, durante o HTPE.

Parágrafo Único. Para atender o Programa de Capacitação Permanente, reuniões e outros compromissos planejados e realizados pela Secretaria da Educação e Cultura - SEEC, os professores poderão ser, excepcionalmente, convocados dentro da jornada de horas de trabalho pedagógico livre (HTPL), não excedendo a duas convocações por mês.

CAPÍTULO III

Da Classe de Suporte Pedagógico

Art. 39 - Os profissionais da Classe de Suporte Pedagógico terão jornada de 40 (quarenta) horas semanais destinadas ao cumprimento de suas atividades específicas.

§ 1º - Dada a natureza de suas funções, a jornada do integrante da Classe de Suporte Pedagógico contemplará horas de trabalho pedagógico (HTP).

§ 2º - O integrante da Classe Docente que evidenciar acúmulo legal de empregos e for designado para ocupar posto de trabalho da Classe de Suporte Pedagógico afastar-se-á de ambos e assumirá o posto de trabalho, devendo ter a sua remuneração fixada pelo enquadramento de maior valor acrescido da diferença de jornada e do percentual de gratificação da função, de acordo com o Anexo V, tendo a contagem do tempo de efetivo exercício no magistério válido para ambos os empregos, em função da jornada integral laborada.

§ 3º - Caso haja compatibilidade de horários, o integrante da Classe Docente a que se refere o § 2º deste artigo poderá manter a acumulação.

CAPÍTULO IV

Do Acúmulo de Cargos e/ou Empregos

Art. 40 - Será possível a acumulação remunerada de dois empregos de professor, bem como a de um emprego de professor com outro emprego ou cargo de natureza técnica ou científica, conforme determinam as alíneas "a" e "b" do inciso XVI do artigo 37 da Constituição da República, desde que haja compatibilidade de horários, sendo vedado ao docente declinar das horas de trabalho pedagógico coletivo (HTPC).

§ 1º - Na hipótese de acumulação de que trata esta seção, a carga horária total que corresponde a Jornada Docente com aluno, a Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo - HTPC, a Hora de Trabalho Pedagógico Livre HTPL e a Hora de Trabalho Pedagógico Escolar - HTPE, não poderá ultrapassar o limite de 64 (sessenta e quatro) horas semanais entre empregos junto à Prefeitura Municipal de Descalvado.

§ 2º - Para efeito de acúmulo de cargo considerar-se-á a jornada do trabalho docente de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

§ 3º - Regulamentação própria disporá sobre os limites de tempo e distância considerados compatíveis para fins de acumulação.

TÍTULO V

DA CARREIRA

CAPÍTULO I

Dos Princípios Básicos

Art. 41. A carreira dos profissionais do magistério público da Educação Básica tem como princípios básicos:

I - profissionalização, que pressupõe dedicação ao magistério e qualificação profissional;

II - valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento; e

III - melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, cumprindo as diretrizes curriculares municipais.

Art. 42. A valorização dos profissionais do magistério público da Educação Básica será assegurada através de:

I - formação contínua e sistemática promovida e/ou oferecida pela Secretaria de Educação e Cultura - SEEC ou instituições legalmente reconhecidas por órgãos públicos da Educação Básica ou credenciadas na própria Secretaria;

II - perspectivas de progressão na carreira;

III - realização de concursos públicos de ingresso sempre que necessário;

IV - exercício de todos os direitos e vantagens compatíveis com as atribuições do magistério; e

V - garantia de retribuição pecuniária ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica, compatível com o estabelecido pela legislação vigente.

CAPÍTULO II

Da Remuneração

Art. 43 - A remuneração dos integrantes do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) é constituída de salário base, vantagens pessoais e outras vantagens pecuniárias estabelecidas nesta lei, considerando:

I - o valor da retribuição mensal, no nível e letra posicionado;

II - de 1/12 (um doze avos) do 14º salário;

III - de 1/60 (um sessenta avos) da importância re-

lativa aos 03 (três) meses da licença-prêmio; e

IV – gratificações, adicionais e outras vantagens pecuniárias ou verbas pagas a qualquer título, na forma da legislação vigente.

§ 1º - A remuneração dos integrantes do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) será feita mensalmente, considerando-se cada mês constituído de cinco semanas, compreendido no valor mensal o descanso semanal remunerado.

§ 2º - Compete ao órgão responsável pela folha de pagamento, requerer ao Chefe do Poder Executivo municipal a atualização da Escala Remuneratória (ER) das classes docente e de suporte pedagógico, de acordo com a legislação específica, toda vez que esta estiver sendo descumprida.

§ 3º - Institui-se como data-base para todas as categorias profissionais compreendidas nesta Lei a mesma adotada para as demais categorias profissionais integrantes dos quadros do Poder Executivo do Município de Descalvado.

§ 4º - Os reajustes salariais decorrentes se darão através de índice único, aplicado a todos os profissionais abrangidos por esta Lei Complementar, incidente sobre o salário-base.

CAPÍTULO III

Das Gratificações e outras Vantagens Pecuniárias

Art. 44 - Será concedida gratificação por desempenho aos integrantes do Quadro do Magistério da Educação Básica, cujos critérios de avaliação e requisitos de aprovação estão descritos em na Lei Municipal nº - 3.530, de 08 de novembro de 2011.

Art. 45 - Além das gratificações previstas nesta seção, os integrantes do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) farão jus a outros adicionais, abonos e vantagens pecuniárias previstos por esta legislação e de acordo com as disponibilidades orçamentárias.

Art. 46 – A diferença de remuneração dos profissionais que exercerem funções da Classe de Suporte Pedagógico e Gestão Educacional não será incorporada em nenhuma hipótese.

CAPÍTULO IV

Das Letras, dos Níveis e do Enquadramento

Art. 47 - O servidor será enquadrado em nível e letra, correspondentes a sua formação acadêmica e evolução funcional meritória, respectivamente, de acordo com o disposto no Anexo V desta Lei.

Parágrafo Único - O funcionário recém admitido será enquadrado, necessariamente, na letra “A” e no nível correspondente à sua titulação, segundo os critérios de evolução funcional da sua categoria.

Art. 48 – Os profissionais do magistério serão enquadrados em diferentes níveis, a depender de sua titulação, a saber:

I - Para os titulares de empregos de Professor de Educação Básica I (PEB I) e de Professor Assistente de Educação Básica I (PAEB I):

a) NÍVEL I ESPECIAL - Formação em nível médio, na modalidade normal;

b) NÍVEL I - Formação em nível superior, em curso de licenciatura plena em Pedagogia, específica para a atuação na Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos iniciais;

c) NÍVEL II - Formação em nível de pós-graduação, em cursos na área de educação, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas; e

d) NÍVEL III - Formação em nível de Mestrado e/

ou Doutorado, na área de educação.

II - Para os titulares de empregos de Professor de Educação Básica II (PEB II) e de Professor Assistente de Educação Básica II (PAEB II):

a) NÍVEL I - formação de nível superior, em curso de licenciatura plena, ou outra graduação correspondente a áreas específicas do currículo, nos termos da legislação vigente;

b) NÍVEL II - formação em nível de pós-graduação, em cursos na área de educação, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas; e

c) NÍVEL III - Formação em nível de Mestrado e/ou Doutorado, na área de educação.

Art. 49 - Os profissionais do magistério serão distribuídos e enquadrados nas letras A, B, C, D, E, F, G, H, I do Plano de Carreira, correspondente à sua evolução funcional pela via não acadêmica, através das notas obtidas na avaliação de desempenho da categoria, respeitado o interstício mínimo para cada uma das promoções, da seguinte forma:

I - Da classe A para B= 04 (quatro) anos;

II - Da classe B para C= 04 (quatro) anos;

III - Da classe C para D= 04 (quatro) anos;

IV - Da classe D para E= 04 (quatro) anos;

V - Da classe E para F= 04 (quatro) anos;

VI - Da classe F para G= 05 (cinco) anos;

VII - Da classe G para H= 05 (cinco) anos;

VIII - Da classe H para I= 05 (cinco) anos.

Parágrafo Único. A passagem do servidor público titular de emprego permanente para a letra subsequente respeitará o interstício mínimo estabelecido por este artigo, mediante realização de avaliação anual de desempenho, a ser regulamentada em lei própria.

Art. 50 - Os atuais integrantes do Quadro do Magistério da Educação Básica serão enquadrados dentro do período previsto pelo artigo 49, respeitado o período aquisitivo decorrido após o último enquadramento; e as próximas evoluções se consagrarão depois de cumpridos os interstícios previstos no artigo anterior para as mudanças de letras.

Parágrafo Único. Permanecerá inalterada o enquadramento dos servidores abrangidos por esta lei, assegurado o período aquisitivo e respectivos interstícios segundo regulamentados no artigo 49 desta Lei e a disponibilidade orçamentária.

Art. 51 - Os atos complementares necessários para o enquadramento serão regulamentados pela Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, considerando os Anexos IV e V e VI integrantes desta Lei Complementar.

Parágrafo Único. O departamento de pessoal, responsável pela elaboração da folha de pagamento, vinculado à Secretaria de Administração, criará referências próprias para cada enquadramento previsto nos Anexos IV, V e VI desta Lei, inclusive para os servidores que, não participando do enquadramento, recebam salário ou subsídio próprio ao cargo em comissão que ocupem.

CAPÍTULO V

Da Progressão Funcional

Art. 52 - A progressão funcional é a passagem para letra e/ou nível de enquadramento de retribuição superior, do empregado permanente, o que se dá mediante a avaliação de sua progressão acadêmica e/ou indicadores de crescimento da sua capacidade profissional.

Parágrafo Único - A progressão processar-se-á nas seguintes modalidades:

I - a mudança de nível se dará pela via acadêmica, considerando os títulos acadêmicos ou habilitação em curso de nível superior, quando não for escolaridade exigida pelo emprego, e pós-graduação referente ao campo de atuação; mestrado e/ou doutorado na área da Educação;

II - através da mudança de letra, pela via não acadêmica, considerando a avaliação do desempenho.

Art. 53 - A progressão funcional pela via acadêmica tem por objetivo reconhecer a formação acadêmica do integrante do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB), no respectivo campo de atuação, como um dos fatores relevantes para a melhoria da qualidade de seu trabalho e da Educação.

Art. 54 - A mudança de nível se dará considerando o grau de titulação, nos seguintes casos:

I - na passagem do grau médio para graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia quando a exigência mínima for de grau médio;

II - na passagem da graduação para pós-graduação referente ao campo de atuação, quando a exigência mínima for de graduação ou graduação com habilitação diversa; e

III - na passagem para mestrado ou doutorado na área da Educação.

§ 1º - A progressão funcional via acadêmica sempre será considerada a partir do grau de exigência mínima para a admissão no referido emprego, e, para cada nível, apenas um título será considerado.

§ 2º - Cada título será considerado apenas uma vez em cada emprego, e somente para a progressão via acadêmica, vedada a somatória da sua carga horária para pontuação na avaliação de desempenho da progressão via não-acadêmica relativamente ao mesmo emprego.

§ 3º - A progressão funcional pela via acadêmica se dará com a apresentação da documentação referente aos títulos elencados por este artigo à Secretaria da Educação e Cultura - SEEC, a qual analisará o cumprimento dos requisitos estabelecidos pela legislação específica para a validação de títulos.

§ 4º - Ao integrante do Quadro do Magistério da Educação Básica que estiver afastado de seu emprego de origem para exercício de posto da Classe de Suporte Pedagógico, será assegurada participação nas diferentes modalidades da evolução funcional.

§ 5º - A evolução alcançada pelo docente a que se refere o parágrafo anterior se dará sobre o seu salário base resultando em enquadramento superior.

§ 6º - Não participarão de nenhuma das modalidades da progressão funcional os empregados temporários e empregados que, nomeado em comissão, não sejam titulares de qualquer outro emprego permanente.

§ 7º - Os percentuais de aumento referentes às progressões funcionais aplicar-se-ão sobre o salário base do servidor.

Art. 55 - A mudança de um nível para outro observará o interstício mínimo descrito pelo artigo 48 desta Lei, desde que o servidor atinja a pontuação mínima exigida na avaliação de desempenho, a ser definida em legislação específica.

Art. 56 - A mudança de um nível para outro corresponderá ao aumento de 5% (cinco por cento), incorporando-se diretamente ao salário-base do empregado efetivo, para todos os fins.

Art. 57 - A progressão funcional pela via não-acadêmica tem por objetivo reconhecer o esforço do integrante do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB), em manter-se atualizado e comprometido com o processo educacional, verificada através da avaliação de desempenho, conforme regulamentação específica.

Art. 58 - A progressão funcional pela via não-acadêmica ocorrerá, desde que o servidor apresente presença mínima a ser estipulada em legislação específica e observando os seguintes fatores indicadores de crescimento:

I - comprometimento e envolvimento técnico e pedagógico;

II - participação efetiva nas horas de trabalho pedagógico, nos momentos de formação continuada e nos projetos de interesse da Secretaria de Educação e Cultura - SEEC;

III - pontualidade;

IV - conduta profissional e funcional

Parágrafo Único. As horas de trabalho pedagógico coletivo (HTPC's) serão consideradas para preenchimento do componente de formação continuada apenas quando o período despendido ultrapassar o estipulado na jornada de trabalho do servidor.

Art. 59 - Interromper-se-á o interstício necessário à progressão de letras em virtude de afastamento ou licença do servidor, com exceção das licenças previstas no artigos 79, 80 e dos afastamentos previstos nos incisos I e V do artigo 81 desta Lei.

Art. 60 - Mudará de nível nos termos do Anexo V desta Lei, o candidato que atingir a qualquer tempo, respeitado o interstício mínimo previsto no artigo 49.

Parágrafo Único. O integrante do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) poderá requerer a avaliação de desempenho a qualquer tempo, desde que observado o interstício mínimo determinado por esta Lei.

Art. 61 - A progressão funcional, tanto pela via acadêmica quanto pela não acadêmica, ocorrerá sempre sob a observância do limite legal de gastos com pessoal, previsto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 62 - O servidor que satisfizer as condições exigíveis para progressão funcional, em qualquer de suas modalidades, perceberá a retribuição pecuniária respectiva a partir do mês subsequente à comunicação do seu superior imediato.

Parágrafo Único. Ficará responsável pela análise dos requisitos ensejadores à progressão funcional, o superior imediato do servidor, supervisionado pela Secretaria de Educação e Cultura - SEEC.

Art. 63 - O Secretário Municipal de Educação e Cultura organizará Comissão Permanente de Gestão de Carreira - CPGC, formada por representantes dos diversos segmentos da Educação pública municipal, na forma a ser estabelecida em regulamento próprio.

CAPÍTULO VI

Dos Programas de Qualificação Profissional ou Formação Continuada

Art. 64 - A Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, no cumprimento das Diretrizes e Base da Educação Nacional, envia esforços para promover o desenvolvimento profissional do integrante do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB), oferecendo programas de qualificação profissional ou formação continuada que compreendam:

I – cursos de capacitação, atualização pedagógica ou aperfeiçoamento, e também de extensão;

II – encontros de orientação técnico-pedagógica.

§ 1º - Serão reconhecidos como programas de qualificação profissional ou formação continuada, aqueles desenvolvidos por instituições de ensino superior devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação - MEC, órgãos da estrutura básica da Secretaria Municipal ou demais órgãos oficiais da Educação em âmbito estadual ou federal, instituições públicas e entidades particulares, desde que devidamente credenciadas junto à Secretaria de Educação e Cultura - SEEC.

§ 2º - Instituições públicas e entidades particulares que possuam credenciamento junto a órgãos oficiais da educação em âmbito estadual ou federal, desde que comprovada esta condição, terão suas ações de qualificação profissional ou formação continuada reconhecidos pela Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, sem necessidade de credenciamento prévio.

§ 3º - O credenciamento de instituições promotoras de ações de qualificação profissional ou formação continuada dar-se-á através do atendimento a critérios traçados em legislação específica.

§ 4º - As ações de qualificação profissional ou formação continuada, nas modalidades curso e orientação técnico-pedagógica, são definidas como:

I – curso de capacitação, atualização pedagógica ou aperfeiçoamento, extensão e extensão universitária: conjunto de estudos, oficinas, vivências, encontros, fóruns, seminários, workshops, videoconferências, aulas, conferências, palestras ou outros, presenciais ou à distância, que tratem de determinada unidade temática, constituinte de um todo previamente definido e estruturado, com conteúdo programático ou programa;

II – encontro de orientação técnico-pedagógica: ação articulada ou reunião, de caráter sistemático ou circunstancial, que subsidie a atuação profissional na implementação de diretrizes e procedimentos técnico-administrativos e técnico-pedagógicos e curriculares da Educação Básica.

§ 5º - Os cursos de capacitação ou atualização pedagógica de que trata o inciso I do § 4º - deste artigo, são aqueles que têm como objetivo a ampliação de conhecimentos em determinada(s) disciplina(s) ou área de estudos, desenvolvido por instituições de ensino superior e outros reconhecidos pela Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, com duração mínima de 30 (trinta) horas, conforme a legislação vigente.

§ 6º - Os encontros de orientação técnico-pedagógica de que trata o inciso II do § 4º, são aqueles que têm como objetivo complementar a formação do profissional no respectivo campo de atuação, ampliando e aprimorando conhecimentos, com duração mínima de 08 (oito) horas, acumuláveis quando realizados periódica e sistematicamente no ano em curso.

§ 7º - Os programas de qualificação profissional e formação continuada previstos neste artigo deverão ser desenvolvidos considerando o Projeto Político Pedagógico das unidades escolares, atendendo às necessidades apontadas pelo corpo docente em cada campo de atuação.

§ 8º - Para a finalidade de pontuação em processo de progressão funcional pela via não-acadêmica (artigo 58), ou em processo de classificação para atribuição de classes e/ou aulas (artigo 65 e seguintes) somente serão considerados válidos os certificados de programas de qualificação profissional ou formação continuada promovidos pelos órgãos e/ou instituições de que trata este artigo, na conformidade dos seus parágrafos 1º - , 2º - e 3º.

§ 9º - As horas de trabalho pedagógico (HTP), por integrarem a jornada de trabalho docente, não serão consideradas como encontros de orientação técnico-pedagógica.

TÍTULO VI

DA MOVIMENTAÇÃO

CAPÍTULO I

Da Atribuição de Aulas

Art. 65 - Será expedido pela Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, no momento oportuno, ato estabelecendo cronograma e diretrizes para a inscrição, classificação e atribuição de classes e/ou aulas para o ano letivo subsequente.

Art. 66 - Cada unidade escolar procederá à inscrição de seus professores e as enviará, juntamente com a relação das classes e/ou aulas a serem atribuídas, à Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, que procederá à classificação segundo os critérios regulamentados em instrumento próprio.

CAPÍTULO II

Da Disponibilidade

Art. 67 - Será considerado excedente e em disponibilidade remunerada o docente empregado permanente que após a atribuição ficar sem classe e/ou aulas.

§ 1º - O empregado em disponibilidade remunerada deverá, a critério da administração, ser designado para substituição ou para o exercício de atividades inerentes ou correlatas às do magistério, respeitada a sua habilitação docente.

§ 2º - Consideram-se atividades inerentes ou correlatas às do magistério:

I - aquelas relacionadas com a docência em todas as modalidades de ensino;

II - as de natureza técnica, exercidas em unidades, setores ou órgãos do Sistema Municipal de Ensino relativas ao desenvolvimento de estudos, reforço escolar e desenvolvimento de projetos educacionais.

§ 3º - Constituirá falta grave do integrante da Classe Docente em disponibilidade, sujeita às penalidades legais, sua recusa a exercer as atividades para as quais for regularmente designado.

CAPÍTULO III

Da Lotação e Sede de Exercício

Art. 68 - Todo integrante do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) terá lotação específica, estabelecida em ato próprio, junto à Secretaria da Educação e Cultura - SEEC.

§ 1º - A definição da lotação do integrante da Classe Docente constará do respectivo ato de admissão, tendo sede de exercício fixada nesse mesmo instrumento.

§ 2º - A sede de exercício corresponde a qualquer das unidades escolares do município, na própria sede da Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, sendo modificável através dos processos de atribuição de classes e/ou aulas ou remoção.

§ 3º - A lotação do integrante da Classe de Suporte Pedagógico, do titular de emprego permanente de Professor Assistente de Educação Básica I (PAEB I) e Professor Assistente de Educação Básica II (PAEB II) o será, por definição, a Secretaria da Educação e Cultura - SEEC, com exercício em locais a serem definidos através de Resolução de Atribuição.

§ 4º - O Professor de Atendimento Educacional Especializado terá como sede fixa a Secretaria de Educação e Cultura - SEEC e será deslocado para as unidades escolares onde exista a necessidade desta modalidade de ensino.

Art. 69 - O servidor que acumular dois empregos da Classe Docente terá duas lotações diversas, ainda que tenha a sede de exercício fixada no mesmo estabelecimento, e responderá por cada qual individualmente, como se duas pessoas distintas fosse.

CAPÍTULO IV DA REMOÇÃO

Art. 70 – Os integrantes do Quadro do Magistério da Educação Básica terão sede de exercício modificada através de processo de remoção, que se dará por:

I – Concurso, nos termos a serem regulamentados em instrumento próprio;

II – Permuta, desde que atenda aos interesses da Secretaria de Educação e Cultura – SEEC;

III – “Ex officio”, mediante necessidade do serviço e a qualquer tempo.

CAPÍTULO V DA CRIAÇÃO DE EMPREGOS

Art. 71 – A criação de emprego da Classe Docente dar-se-á somente mediante comprovação da existência de aulas livres, para atendimento de demanda confirmada; para designação de posto de trabalho da Classe de Suporte Pedagógico será observados o módulo descritos no Anexo III desta Lei.

TÍTULO VI DO CALENDÁRIO ESCOLAR

CAPÍTULO I Do Ano Letivo e do Calendário Escolar

Art. 72 - O calendário escolar, a ser estabelecido ao final de cada ano letivo para o subsequente, deverá observar as disposições do artigo 24, inciso I da Lei Federal nº - 9.394/1996.

Parágrafo Único. Consideram-se como de efetivo trabalho escolar os dias em que, com a presença dos alunos e sob orientação dos professores, sejam desenvolvidas atividades regulares de aula e/ou outras programações didático-pedagógicas, que assegurem efetiva aprendizagem dos conteúdos curriculares.

Art. 73 - O calendário escolar deve conter, além da previsão dos dias letivos, das férias e do recesso escolar:

I – as atividades de planejamento, avaliação, revisão e consolidação do Projeto Político Pedagógico;

II – datas das comemorações cívicas e feriados oficiais.

Parágrafo Único - Os dias letivos e/ou as aulas programadas que deixarem de ocorrer por qualquer motivo deverão ser repostos, conforme a legislação vigente.

Art. 74 - O calendário escolar será elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, apreciado pelo conselho municipal de educação e homologado pelo Secretário de Educação e Cultura.

Art. 75 - A elaboração do calendário escolar atenderá, o quanto possível, aos interesses dos pais e dos educandos, buscando racionalizar os gastos com transporte escolar e merenda.

CAPÍTULO II Das Férias e do Recesso Escolar

Art. 76 - Os integrantes da Classe Docente ocupantes de emprego permanente gozarão férias preferencialmente no mês de janeiro.

§1º - Qualquer outro período sem aula, considerado férias para os alunos, será tido como recesso para o docente regente da classe e/ou aulas; exceto àqueles contratados por prazo determinado (temporários), que poderão ser realocados a critério da Secretaria de Educação e Cultura - SEEC.

§2º - No recesso, o docente poderá ser convocado para planejamento, replanejamento, seminários, cursos e outras atividades referentes ao seu emprego ou função.

CAPÍTULO III DAS FALTAS

Art. 77 - As ausências ao trabalho ou faltas dos integrantes do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) serão regidas, no que couber, pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Art. 78 - Os professores regularmente convocados para o exercício de atividades inerentes ou correlatas ao magistério que não atenderem a qualquer convocação feita pelo seu superior imediato ficarão sujeitos a descontos da remuneração correspondentes às horas de duração da atividade para a qual foram convocados, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

CAPÍTULO IV Das Licenças

Art. 79 - As licenças requeridas pelo integrante do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) serão concedidas com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no artigo 38 da Lei Municipal nº 3.276, de 28 de abril de 2010.

Art. 80 - Serão considerados como de efetivo exercício as seguintes licenças/afastamentos:

I – férias;

II – casamento, por 8 (oito) dias consecutivos;

III – luto, até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento de tios, padrasto, madrastra, cunhado, genros ou noras;

IV – luto, até 8 (nove) dias consecutivos em caso de falecimento de ascendentes, descendentes, cônjuge, irmãos ou companheiro declarado em sua carteira de trabalho e previdência social que viva sob sua dependência econômica;

V- licença compulsória;

VI- por um dia, em cada doze meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovado;

VII – convocação decorrentes do serviço militar;

VIII- pelo tempo que se fizer necessário quando tiver que comparecer a Juízo;

IX- desempenho por mandato eletivo federal, estadual ou municipal;

X- licença prêmio;

XI- licença gestante;

XII- licença paternidade;

XIII- licença àquele(a) acidentado em serviço para tratamento de saúde ou acometido de doença profissional ou doença grave;

XIV- licença para adoção, por igual prazo concedido para licença maternidade ou paternidade.

XV- participação em delegação esportiva oficial devidamente autorizada pela autoridade competente;

XVI- missão ou estudo de interesse do município em outros pontos do território nacional ou no exterior quando o afastamento houver sido autorizado pela autoridade competente.

§1º - Os atestados médicos e demais com-

provantes relativos às faltas justificadas deverão ser entregues à equipe gestora da sua sede de exercício, dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) da sua ausência, sob pena do pedido não ser concedido.

§2º - As licenças/afastamentos de que trata o inciso I deste artigo obedecerão a regulamentação expressa na Lei Municipal nº - 3.276, de 28 de abril de 2010.

CAPÍTULO V Dos Afastamentos

Art. 81 - Os afastamentos poderão ocorrer, respeitado o interesse da Administração Pública, a pedido da Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, nas seguintes situações:

I – para prover cargo de provimento em comissão ou posto de trabalho em funções do Magistério, próprias ou correlatas, no âmbito do município, enquanto perdurar a designação;

II - para servir em outra unidade administrativa do município em função impertinente ao Magistério, ou em outro órgão da esfera estadual ou federal, em cargo de provimento em comissão, enquanto perdurar a nomeação;

III - para atividade política de cargo eletivo, enquanto durar o mandato;

IV – para tratar de interesses particulares, por no máximo 1 (um) ano, conforme disposto na Lei Municipal nº - 3.276, de 28 de abril de 2010;

V – para desempenho de mandato classista, enquanto durar o mandato;

§ 1º - Os afastamentos previstos neste artigo deverão ser requeridos ao Chefe do Poder Executivo, que, após parecer técnico exarado pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, que decidirá.

§ 2º - Os afastamentos previstos nos incisos II, III e IV deste artigo implicam na suspensão de todos os direitos e benefícios inerentes à carreira, ressalvada a hipótese do inciso III, quando não houver incompatibilidade de horário.

§ 3º - O afastamento de que trata o inciso IV deste artigo será regido pelo o que dispõe os artigos 56 e seguintes da Lei Municipal nº - 3.276, de 28 de abril de 2010.

§ 4º - Para o integrante do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB), a suspensão a que alude o § 2º deste artigo corresponde ao direito aos salários, à lotação, à contagem do tempo de efetivo exercício no magistério para todos os fins e à participação no processo de evolução funcional, além de outros que venham a ser previstos.

Art. 82 - Os integrantes do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) nomeados para cargos em comissão ou designados para posto de trabalho terão os efeitos da nomeação encerrados, retornando ao emprego permanente de origem, quando houver alguma destas hipóteses:

I – a pedido do contratado; ou

II – ex-offício, por ato de livre iniciativa da autoridade nomeante.

Art. 83 - Aplicar-se-ão aos integrantes do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB), no que couber, as disposições relativas a outros afastamentos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou de lei aplicável aos demais servidores.

CAPÍTULO VII DA VACÂNCIA

Art. 84 - A vacância dos empregos do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) ocorrerá por:

I - falecimento;

II - exoneração ou demissão.

CAPÍTULO VIII DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Art. 85 - Os empregados abrangidos por esta Lei estão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), devendo observar, quanto aos seus direitos previdenciários, as normas pertinentes a esse regime reguladas por legislação própria.

TÍTULO VIII DOS DIREITOS E DOS DEVERES CAPÍTULO I Dos Direitos

Art. 86 - São direitos dos integrantes do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB), além de outros previstos nesta Lei:

I - ter ao seu alcance informações educacionais, bibliografia, materiais didáticos e outros instrumentos;

II - contar com assistência técnico-pedagógica que auxilie e estimule a melhoria de seu desempenho profissional e ampliação de seus conhecimentos;

III - ter assegurada o acesso a cursos de forma, atualização e aperfeiçoamento profissional, promovidos pela Secretaria de Educação e Cultura - SEEC;

IV - dispor no ambiente de trabalho, de instalações e materiais técnicos pedagógicos suficientes e adequados para que possa desenvolver com eficiência e eficácia suas funções;

V - dispor de instrumento de avaliação do processo de ensino e aprendizagem, dentro dos princípios didáticos, objetivando alicerçar o respeito à pessoa e à construção do bem comum;

VI - receber remuneração de acordo com a Classe, nível de habilitação, tempo de serviço e jornada de trabalho;

VII - ter assegurada a igualdade de tratamento no plano técnico-pedagógico;

VIII - receber através dos serviços especializados de educação, assistência ao exercício profissional;

IX - participar das deliberações que afetam a vida e as funções da unidade escolar e do desenvolvimento eficiente do processo educacional;

X - participar do processo de planejamento, replanejamento, execução e avaliação das atribuições escolares;

XI – participar de reuniões, comissões e conselhos escolares;

Art. 87 - Além dos direitos previstos nesta Lei, o servidor integrante do Quadro do Magistério fará jus a todas as vantagens e benefícios concedidos aos demais servidores do município, com exceção daqueles que já estejam previstos de forma específica nesta Lei Complementar.

CAPÍTULO II Dos Deveres

Art. 88 - O integrante do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB) tem o dever constante de considerar a relevância social de sua profissão em razão da qual, além das obrigações previstas em outras normas, deverá:

I - conhecer e respeitar as Leis, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº - 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA) e a legislação educacional;

II - preservar os princípios e respeitar os ideais e

fins da Educação Brasileira, através do seu desempenho profissional;

III - participar das atividades educacionais que lhe forem atribuídas por força de suas funções;

IV - comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando suas tarefas com eficiência, zelo e presteza;

V - manter espírito de cooperação e solidariedade com a equipe escolar e a comunidade em geral;

VI - assegurar o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política do educando;

VII - respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia de seu aprendizado;

VIII - comunicar à autoridade imediata, as irregularidades de que tiver conhecimento na sua área de atuação, ou às autoridades superiores no caso de omissão por parte da primeira;

IX - participar do processo de planejamento, replanejamento, execução e avaliação das atividades escolares;

X - guardar sigilo sobre assuntos e fatos ocorridos no âmbito profissional;

XI - cumprir ordens superiores, representando contra elas se ilegais ou abusivas;

XII - comparecer a todas as atividades extraclasses e comemorações cívicas, quando convocado;

XIII - participar da elaboração da Projeto Político Pedagógico da unidade escolar a que estiver vinculado;

XIV - elaborar e cumprir plano de trabalho segundo Projeto Político Pedagógico da unidade escolar;

XV - zelar pela aprendizagem dos alunos;

XVI - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

XVII - ministrar os dias letivos estabelecidos e demais atividades previstas pelo calendário escolar;

XVIII - colaborar com atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

XIX - aceitar e colaborar com a aplicação da avaliação externa dos alunos;

XX - fornecer elementos para a permanente atualização de seu prontuário funcional;

XXI - participar dos cursos de formação continuada destinados à atualização e aperfeiçoamento;

XXII - zelar pela guarda, conservação e racionalidade dos bens e serviços colocados a sua disposição no exercício da profissão;

XXIII - adotar metodologia que acompanhe o progresso educacional, inclusive sugerir medidas que visem o aperfeiçoamento da aprendizagem; e

XXIV - comprometer-se a exercer as funções que lhe são próprias com dedicação e probidade.

TÍTULO IX

REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

Das Infrações e das Penalidades

Art. 89 – O regime disciplinar e seu procedimento, no tocante aos servidores abrangidos por esta Lei, dar-se-á em conformidade com o que dispõem os artigos 88 e seguintes da Lei Municipal nº 3276 de 28 de abril de 2010.

Art. 90 – Constituirá infração disciplinar punida com a pena de repreensão, sem prejuízo das demais medidas judiciais, a ofensa ao Estatuto da Criança e do Adolescente por integrante do Quadro do Magistério da Educação Básica (QMEB).

TÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 91 - Fica autorizado o Poder Executivo a baixar atos regulamentares, portarias ou decretos necessários à execução desta Lei.

Art. 92 - Os servidores já admitidos, abrangidos por esta Lei Complementar, serão enquadrados nos níveis remuneratórios, de acordo a formação acadêmica que ostentar presentemente, e na letra adequada ao salário atualmente percebido, sendo vedada a redução de salário.

§ 1º - Para os fins do caput deste artigo, a Comissão Permanente de Gestão da Carreira (CPGC) analisará os prontuários de cada servidor, podendo convocá-los a apresentar diplomas e/ou certificados de conclusão de cursos originais ou autenticados.

§ 2º - Se do enquadramento funcional eventualmente resultar diferença para maior, favorável ao servidor, esta lhe será paga sob a denominação de resíduo de natureza salarial, a qual será considerada integrante do seu salário-base para todos os fins.

TÍTULO XI

Das Disposições Finais

Art. 93 - O órgão competente da Administração Pública, com a colaboração da Comissão Permanente de Gestão da Carreira (CPGC) e/ou da Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, apostilará os títulos e fará as devidas anotações nos prontuários dos servidores abrangidos por esta Lei.

Art. 94 – Fica assegurado ao servidor abrangido por esta Lei as incorporações e demais vantagens de efeito pecuniário decorrentes da Lei Municipal 3206, de 19 de dezembro de 2009, e de qualquer outro diploma.

Art. 95 - Os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII, constituem parte integrante da presente Lei.

Art. 96 - Os empregos permanentes, cargos em comissão e postos de trabalho do Quadro do Magistério inseridos nos Anexos desta Lei ficam excluídos do Quadro Geral de Servidores Públicos do Município.

Art. 97 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir junto a Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, créditos suplementares para atender as despesas decorrentes da implantação da presente Lei.

Art. 98 - Esta Lei entrará em vigor em 01 de fevereiro de 2.015, início do ano letivo, revogando-se as disposições contrárias, em especial a Lei Municipal nº 3.206, de 15 de dezembro de 2009.

Prefeitura Municipal de Descalvado, Em 28 de novembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada no Gabinete do Prefeito, em 28 de novembro de 2.014.

SÍLVIO BELLINI
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CLASSE DOCENTE E DE SUPORTE PEDAGÓGICO

TABELA I – ATRIBUIÇÕES DA CLASSE DOCENTE

I – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I (PEB I)	
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA Promovem educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças da educação infantil e ensino fundamental. Ensinam, cuidam, orientam a construção do conhecimento, elaboram projetos pedagógicos, planejam ações didáticas e avaliam o desempenho dos alunos. Preparam material pedagógico, organizam o trabalho. No desenvolvimento das atividades, mobilizam um conjunto de capacidades comunicativas, planejam a prática educacional e avaliam as práticas pedagógicas. Organizam atividades, pesquisam, interagem com a família e a comunidade.</p> <p>FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA Para professores de Educação Básica I, a exigência é de nível médio de formação para o magistério e ou formação de nível superior na área de educação – Pedagogia. Concurso público de provas e títulos para o ingresso.</p> <p>CONDIÇÕES GERAIS DE EXERCÍCIO Trabalham em instituições de ensino da esfera pública. Atuam de forma individual, com orientação permanente, em ambientes fechados e a céu aberto. O regime jurídico do vínculo é celetista. Podem estar expostos à ação de ruído intenso, no desenvolvimento de algumas atividades.</p>	
<p>RELATÓRIO DE ÁREAS DE ATIVIDADES – DOCÊNCIA NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: (CEIS E EMEIS) A - PROMOVER A EDUCAÇÃO DOS ALUNOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO B - PROMOVER A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM C - CUIDAR DOS ALUNOS D - ELABORAR PROJETOS PEDAGÓGICOS E - PLANEJAR A PRÁTICA EDUCACIONAL F - PLANEJAR AÇÕES DIDÁTICAS E ORGANIZAR AS ATIVIDADES G - PESQUISAR H - AVALIAR AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS I - COMUNICAR-SE J - INTERAGIR COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE</p>	<p>RELATÓRIO DE ÁREAS DE ATIVIDADES – DOCÊNCIA NAS UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL- 1º AO 5º ANO A - PROMOVER A EDUCAÇÃO DOS ALUNOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO B - PROMOVER A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM C - CUIDAR DOS ALUNOS D - ELABORAR PROJETOS PEDAGÓGICOS E - PLANEJAR A PRÁTICA EDUCACIONAL F - PLANEJAR AÇÕES DIDÁTICAS E ORGANIZAR AS ATIVIDADES G - PESQUISAR H - AVALIAR AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS I - COMUNICAR-SE J - INTERAGIR COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE</p>
<p>DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL- 1º AO 5º ANO INCLUINDO, ENTRE OUTRAS, AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES COMUNS:</p>	
01	Elaborar plano de trabalho que contemple as especificidades da demanda existente na unidade, atendidas as novas diretrizes de educação inclusiva;
02	Promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos/linguísticos e sociais da criança, de acordo com sua faixa etária, entendendo que ela é um ser total, completo e indivisível;
03	Exercer atividades e planejamento do ano letivo, discutindo a proposta da escola, participando da definição da proposta pedagógica, fixando metas, definindo objetivos e cronogramas;
04	Preparar aulas, pesquisando e selecionando materiais e informações;
05	Diagnosticar a realidade dos alunos e avaliar seu conhecimento, acompanhando o processo de desenvolvimento dos alunos e aplicando diferentes instrumentos de avaliação;
06	Interagir com a comunidade escolar, buscando conscientizá-la sobre temas fundamentais para a cidadania e a qualidade de vida;
07	Cumprir planos de trabalho segundo as Diretrizes Curriculares do Município;
08	Integrar os conselhos de classes/ciclos/séries e participar das horas de trabalho pedagógico coletivo e outras atividades programadas pela escola/município;
09	Zelar pela aprendizagem dos alunos;
10	Estabelecer e implementar planos e estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
11	Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
12	Desenvolver suas atividades de forma individual e em equipe;

13	Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis à plena realização dos fins educacionais da escola e ao sucesso do processo de ensino-aprendizagem;
14	Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidas;
15	Cumprir outras atividades correlatas à sua função, determinadas pelo seu superior hierárquico.

II - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II (PEB II)

Professor de ciências do ensino fundamental
 Professor de arte do ensino fundamental
 Professor de educação física do ensino fundamental
 Professor de geografia do ensino fundamental
 Professor de história do ensino fundamental
 Professor de língua estrangeira do ensino fundamental
 Professor de língua portuguesa do ensino fundamental
 Professor de matemática do ensino fundamental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Promovem educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças da educação infantil e ensino fundamental. Ensinam, cuidam, orientam a construção do conhecimento, elaboram projetos pedagógicos, planejam ações didáticas e avaliam o desempenho dos alunos. Preparam material pedagógico, organizam o trabalho. No desenvolvimento das atividades, mobilizam um conjunto de capacidades comunicativas, planejam a prática educacional e avaliam as práticas pedagógicas. Organizam atividades, pesquisam, interagem com a família e a comunidade.

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA

Para professores de Educação Básica II, a exigência é curso superior na área de atuação.

CONDIÇÕES GERAIS DE EXERCÍCIO

Trabalham em instituições de ensino da esfera pública. Atuam de forma individual, com orientação permanente, em ambientes fechados e a céu aberto. O regime jurídico do vínculo é celetista. Podem estar expostos à ação de ruído intenso, no desenvolvimento de algumas atividades.

RELATÓRIO DE ÁREAS DE ATIVIDADES - DOCÊNCIA NAS UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 6º AO 9º ANO

- A - PROMOVER A EDUCAÇÃO DOS ALUNOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO
- B - PROMOVER A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM
- C - CUIDAR DOS ALUNOS
- D - ELABORAR PROJETOS PEDAGÓGICOS
- E - PLANEJAR A PRÁTICA EDUCACIONAL
- F - PLANEJAR AÇÕES DIDÁTICAS E ORGANIZAR AS ATIVIDADES
- G - PESQUISAR
- H - AVALIAR AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
- I - COMUNICAR-SE
- J - INTERAGIR COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE

DOCÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL - 6º AO 9º ANO INCLUINDO, ENTRE OUTRAS, AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:

01	Elaborar plano de trabalho que contemple as especificidades da demanda existente na unidade, atendidas as novas diretrizes de educação inclusiva;
02	Promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos/linguísticos e sociais da criança, de acordo com sua faixa etária, entendendo que ela é um ser total, completo e indivisível;
03	Exercer atividades e planejamento do ano letivo, discutindo a proposta da escola, participando da definição da proposta pedagógica, fixando metas, definindo objetivos e cronogramas;
04	Preparar aulas, pesquisando e selecionando materiais e informações;
05	Diagnosticar a realidade dos alunos e avaliar seu conhecimento, acompanhando o processo de desenvolvimento dos alunos e aplicando diferentes instrumentos de avaliação;
06	Interagir com a comunidade escolar, buscando conscientizá-la sobre temas fundamentais para a cidadania e a qualidade de vida;
07	Cumprir planos de trabalho segundo as Diretrizes Curriculares do Município;
08	Integrar os conselhos de classes/ciclos/séries e participar das horas de trabalho pedagógico coletivo e outras atividades programadas pela escola/município;
09	Zelar pela aprendizagem dos alunos;

10	Estabelecer e implementar planos e estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
11	Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
12	Desenvolver suas atividades de forma individual e em equipe;
13	Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis à plena realização dos fins educacionais da escola e ao sucesso do processo de ensino-aprendizagem;
14	Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidas;
15	Cumprir outras atividades correlatas à sua função, determinadas pelo seu superior hierárquico.

III - PROFESSOR ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO BÁSICA I E II (PAEB I E II)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Substitui o docente titular de emprego nas diferentes classes da unidade escolar em que seu emprego estiver lotado durante o impedimento do titular. Auxilia no planejamento, na execução, acompanhamento e avaliação das ações de caráter didático-pedagógicas e outras relacionadas com o Ensino da Educação Básica, levando os alunos a exprimirem-se através de atividades educacionais, recreativas e culturais.

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA

Formação em curso superior de graduação, de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com complementação pedagógica, nos termos da legislação vigente.

CONDIÇÕES GERAIS DE EXERCÍCIO

Trabalham em instituições de ensino da esfera pública. Atuam de forma individual, com orientação permanente, em ambientes fechados e a céu aberto. O regime jurídico do vínculo é celetista. Podem estar expostos a ação de ruído intenso, no desenvolvimento de algumas atividades.

AUXILIAR DE DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E NOS PROJETOS ESPECIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, INCLUINDO ENTRE OUTRAS, AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:

01	Elaborar plano de trabalho que contemple as especificidades da demanda existente na unidade, atendidas as novas diretrizes de educação inclusiva;
02	Promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos/linguísticos e sociais da criança, de acordo com sua faixa etária, entendendo que ela é um ser total, completo e indivisível;
03	Exercer atividades e planejamento do ano letivo, discutindo a proposta da escola, participando da definição da proposta pedagógica, fixando metas, definindo objetivos e cronogramas;
04	Preparar aulas, pesquisando e selecionando materiais e informações;
05	Diagnosticar a realidade dos alunos e avaliar seu conhecimento, acompanhando o processo de desenvolvimento dos alunos e aplicando diferentes instrumentos de avaliação;
06	Interagir com a comunidade escolar, buscando conscientizá-la sobre temas fundamentais para a cidadania e a qualidade de vida;
07	Cumprir planos de trabalho segundo as Diretrizes Curriculares do Município;
08	Integrar os conselhos de classes/ciclos/séries e participar das horas de trabalho pedagógico coletivo e outras atividades programadas pela escola/município;
09	Zelar pela aprendizagem dos alunos;
10	Estabelecer e implementar planos e estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
11	Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
12	Desenvolver suas atividades de forma individual e em equipe;
13	Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis à plena realização dos fins educacionais da escola e ao sucesso do processo de ensino-aprendizagem;
14	Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidas;
15	Cumprir outras atividades correlatas à sua função, determinadas pelo seu superior hierárquico.



TABELA II – ATRIBUIÇÕES DA CLASSE DE SUPORTE PEDAGÓGICO

I – ORIENTADOR EDUCACIONAL	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA Presta assistência de caráter didático-pedagógico as unidades escolares e educacionais da rede municipal de ensino, orientando, supervisionando, planejando e avaliando os conteúdos das atividades com o objetivo de contribuir na formação e desenvolvimento intelectual da criança/adolescente, atendida pelo Sistema Municipal de Ensino. Presta orientação administrativa em relação ao bom desempenho das questões de gestão escolar e planejamento de ações que possibilitem a integração escola/Secretaria Municipal de Educação.	
FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA Licenciatura plena em Pedagogia; ou pós-graduação na área de gestão escolar e ter no mínima 10 (dez) anos de efetivo exercício no magistério público municipal de Descalvado ou público estadual (convenio de parceria Estado-Município) sendo 07 anos na docência e 03 anos na direção de escola.	
CONDIÇÕES GERAIS DE EXERCÍCIO Trabalham em instituições de ensino da esfera pública. O regime jurídico do vínculo é celetista. Podem estar expostos à ação de ruidoso intenso, no desenvolvimento de algumas atividades. Cargo de livre provimento e exoneração – Função de Confiança	
FUNÇÃO COMISSIONADA: ORIENTADOR EDUCACIONAL, INCLUINDO ENTRE OUTRAS, AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:	
01	Realizar estudos e pesquisas relativos as atividades de ensino da rede, utilizando documentos e outras fontes de informação; analisa os resultados dos métodos empregados pelos educadores com a finalidade de ampliar o campo de conhecimento dos mesmos e contribuindo para a prestação de serviços públicos educacionais com qualidade.
02	Colaborar na fase de elaboração dos currículos das unidades da rede municipal de ensino, orientando e opinando sobre suas implicações no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo com dados e informações para o planejamento do ensino da unidade escolar, bem como com o sistema de informações gerenciais, educacionais, da Secretaria Municipal de Educação;
03	Avaliar os resultados das atividades didático-pedagógicas, aferindo a eficácia, eficiência e efetividade dos métodos aplicados, tendo como base as diretrizes técnicas e legais do sistema público da Educação Básica e a filosofia pedagógica adotada pela rede municipal de ensino;
04	Zelar pelo constante aperfeiçoamento do pessoal docente, levando-os a participarem de Programas de Educação Continuada promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e outros procedimentos que colaborem para a melhoria da qualidade na prestação de serviços na área da Educação
05	Promover e coordenar reuniões com os pais e demais profissionais afetos ao desenvolvimento da criança/adolescente, de forma a obter uma integração escola-família-comunidade que atenda aos conteúdos propostos pela Secretaria Municipal de Educação
06	Participa do processo de avaliação do desempenho escolar, examinando possíveis causas de fracassos e aconselhamento a aplicação de métodos técnicos e outros procedimentos que compatibilizem o melhor aproveitamento escolar pelo educando.
07	Realizar visitas monitoradas as unidades escolares com o objetivo de esclarecer e programar ações de ordem administrativas para o bom desempenho da gestão escolar
08	Emitir relatórios de todas as visitas feitas as unidades escolares constando análise das ações desenvolvidas e das ações que foram propostas para contornar e solucionar possíveis problemas encontrados.
09	Acompanhar as atividades da APM nas escolas.
10	Atuar junto aos Diretores e secretários de escola no sentido de racionalizar os serviços burocráticos.



II - GESTOR DE ESCOLA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Dirige a unidade escolar de Ensino Básico, planeja, organiza, coordena a execução dos programas de ensino e outras atividades de cunho didático-pedagógicas, afetas a unidade escolar e àquelas de caráter técnico-administrativo, com o objetivo de prestar serviço público com qualidade para o Sistema Municipal de Educação.

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA

Licenciatura plena em Pedagogia; ou pós-graduação na área de gestão escolar e ter no mínima 07 (sete) anos de efetivo exercício no magistério público municipal de Descalvado ou público estadual (convenio de parceria Estado-Município) e 3 anos de experiência técnico - pedagógica.

CONDIÇÕES GERAIS DE EXERCÍCIO

Trabalham em instituições de ensino da esfera pública. O regime jurídico do vínculo é celetista. Podem estar expostos à ação de ruído intenso, no desenvolvimento de algumas atividades. Cargo de livre provimento e exoneração – Função de Confiança.

FUNÇÃO COMISSIONADA: GESTOR DE ESCOLA, INCLUINDO ENTRE OUTRAS, AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:

01	Planejar, organizar e coordenar atividades de cunho didático pedagógicas visando o planejamento da unidade escolar, elaborar em conjunto com a equipe escolar o Programa de Ensino (composto pela orientação filosófica pedagógica das diretrizes emanadas pela Secretaria de Educação).
02	Planejar, organizar e coordenar atividades de gestão de pessoal, material e financeira, visando o contínuo fluxo dos serviços técnicos e administrativos com o apoio da Secretaria de Educação, otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros, buscando obter no binômio ensino-aprendizagem a prestação de serviços públicos e a excelência na qualidade dos mesmos.
03	Implementar o "Calendário Escolar" e outras atividades afetas a sua área de responsabilidade, em conformidade com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.
04	Analisar o plano de organização das atividades dos professores em conformidade com o Programa de Ensino; examinando todas as implicações para verificar sua adequação as necessidades do ensino Básico e as especificidades do processo ensino aprendizagem.
05	Coordenar e supervisionar os trabalhos técnico-administrativos; a admissão de alunos, a aquisição de materiais e equipamentos; a alimentação escolar; o transporte de alunos; assegurando a regularidade no funcionamento da unidade escolar que dirige.
06	Realizar regularmente o levantamento de necessidades de formação / aperfeiçoamento/ desenvolvimento de pessoal docente, técnico e administrativo; encaminhando a Secretaria Municipal de Educação para viabilização das ações acompanhando e avaliando os resultados.
07	Zelar pelo ambiente psico-social da unidade escolar, buscando padrões de desempenho que traduza a higiene e segurança no trabalho; clima organizacional com padrões de qualidade.
08	Organizar, convocar e participar de reuniões de Conselhos de classe, séries bem como das horas de trabalho pedagógico-coletivas.
09	Organizar, convocar e participar de reuniões pedagógicas com a equipe de professores da unidade escolar.
10	Atribuir classes e/ou aulas aos professores da Unidade Escolar nos termos da legislação.
11	Acompanhar a administração da Alimentação Escolar.
12	Aplicar repreensão e/ou punição aos alunos conforme previsto no Regimento Escolar.
13	Realizar Avaliação de Desempenho e Mérito dos servidores da Unidade Escolar
14	Zelar pela documentação da APM, encaminhar os estatutos e atas para registro, organizar reuniões e prestar contas ao colegiado.
15	Participar das atividades educacionais que lhe forem atribuídas por força de suas funções.
16	Manter conduta moral e funcional adequada a dignidade profissional, com espírito de colaboração e solidariedade em relação a equipe e a comunidade em geral.
17	Assinar juntamente com o servidor responsável pela Secretaria da Escola, todos os documentos relativos à vida escolar dos alunos e funcional dos docentes.
18	Organizar e redigir os documentos relativos à vida escolar dos alunos e funcional dos docentes quando houver ausência do responsável pela Secretaria da Escola.
19	Organizar e presidir solenidades da escola.
20	Desenvolver atividades inerentes e correlatas à função

III – COORDENADOR PEDAGÓGICO

Atua nas Unidades de Educação Básica

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Planeja, coordena e promove a execução de todas as atividades relacionadas com a equipe de profissionais da unidade escolar sob sua responsabilidade; organiza e orienta as atividades de apoio técnico-pedagógico com o objetivo de assegurar a implementação das ações integradas das diferentes modalidades e ciclos do ensino.

Presta serviço de apoio-pedagógico com eficiência e qualidade.

Dirige a unidade escolar na ausência do Diretor de Escola, assiste a direção da escola, planeja, organiza, coordena a execução dos programas de ensino e outras atividades de cunho didático-pedagógicas a aquelas de caráter técnico administrativo.

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA

Licenciatura plena em Pedagogia; ou pós-graduação na área de gestão escolar e ter no mínima 05 (cinco) anos de efetivo exercício no magistério público municipal de Descalvado ou público estadual (convênio de parceria Estado-Município)

CONDIÇÕES GERAIS DE EXERCÍCIO

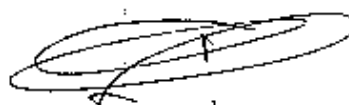
Trabalham em instituições de ensino da esfera pública. O regime jurídico do vínculo é celetista.

Podem estar expostos à ação de ruído intenso, no desenvolvimento de algumas atividades.

Cargo de livre provimento e exoneração – Função de Confiança

FUNÇÃO COMISSIONADA: COORDENADOR PEDAGÓGICO, INCLUINDO ENTRE OUTRAS, AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:

01	Planejar, coordenar e propor atividades de cunho técnico-pedagógico.
02	Prestar informações e dar apoio técnico-pedagógico aos profissionais da unidade escolar; seguindo no exercício de suas funções as diretrizes técnicas e legais do Sistema Público de Ensino e a Proposta Pedagógica;
03	Orientar os profissionais sob sua coordenação mantendo um fluxo de informações contínuas; realizando avaliação qualitativa das ações implementadas, buscando uma constante renovação/ inovação na relação ensino-aprendizagem;
04	Coletar informações, dados e outros mecanismos que possam melhorar, adaptar e/ou modificar o desempenho dos que estão afetos a relação ensino-aprendizagem;
05	Colaborar em todas as instâncias da Secretaria de Educação no sentido de prestar serviços públicos de natureza educacional com qualidade;
06	Participar e conduzir reuniões de planejamento anual, reuniões pedagógicas e horas de trabalho pedagógico;
07	Coletar, preparar e encaminhar dados de caráter técnico-pedagógicos, devidamente sistematizados alimentando o Sistema de Informações Gerenciais e Educacionais da Secretaria de Educação
08	Promover articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a unidade escolar;
09	Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos alunos em colaboração com todos os docentes e as famílias.
10	Executar tarefas correlatas pelo superior imediato;
11	Supervisionar e orientar a equipe pedagógica nos horários destinados ao trabalho pedagógico.
12	Responder pela direção da escola no horário que lhe é confiado;
13	Substituir o Diretor de Escola em suas ausências e impedimentos, obedecendo ao rol de atividades atribuídas ao Diretor;
14	Assessorar o Diretor no desempenho das atribuições que lhe são próprias
15	Participar de reuniões e outros eventos junto a unidade escolar ou junto a Secretaria de Educação, quando solicitado;
16	Participar dos trabalhos no horário pedagógico, estudando as técnicas e o processo que orientam as metas da proposta pedagógica da unidade escolar;
17	Executar tarefas correlatas às descritas e as que forem determinadas pela chefia imediata.



ANEXO II - FORMAS E REQUISITOS PARA O PROVIMENTO E ADMISSÃO

NATUREZA	DENOMINAÇÃO	FORMAS DE PROVIMENTO	REQUISITOS PARA PROVIMENTO DO EMPREGO/CARGO
Classe Docente	Professor de Educação Básica I (PEB I)	Concurso Público de Provas e Títulos – emprego permanente de provimento efetivo	Curso Superior: Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, ou com habilitação específica.
Classe Docente	Professor Auxiliar de Educação Básica I (PAEB I)	Concurso Público de Provas e Títulos – emprego permanente de provimento efetivo	Curso Superior: Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, ou com habilitação específica.
Classe Docente	Professor de Educação Básica II (PEB II)	Concurso Público de Provas e Títulos – emprego permanente de provimento efetivo	Curso Superior: Graduação em Licenciatura Plena, com habilitação específica na disciplina própria, ou curso superior em área correspondente com complementação nos termos da legislação vigente.
Classe Docente	Professor Auxiliar de Educação Básica II (PEB II)	Concurso Público de Provas e Títulos – emprego permanente de provimento efetivo	Curso Superior: Graduação em Licenciatura Plena, com habilitação específica na disciplina própria, ou curso superior em área correspondente com complementação nos termos da legislação vigente.
Classe Suporte Pedagógico	Gestor da Educação Básica	Posto de Trabalho de função gratificada – indicação pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura e nomeação pelo Chefe do Poder Executivo (provimento precário)	- Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Pós-graduação em Gestão Educacional - ter no mínimo 13 anos de efetivo exercício no magistério público municipal de Descalvado ou público estadual (convênio de parceria Estado município) sendo 09 (sete) anos de experiência técnico-pedagógica
Classe Suporte Pedagógico	Orientador Educacional	Posto de Trabalho de função gratificada – indicação pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura e nomeação pelo Chefe do Poder Executivo (provimento precário)	- Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Pós-graduação em Gestão Educacional - ter no mínimo 10 anos de efetivo exercício no magistério público municipal de Descalvado ou público estadual (convênio de parceria Estado /Município) sendo 07 (sete) anos na docência e no mínimo 03 (três) anos de experiência na gestão escolar.
Classe Suporte Pedagógico	Gestor de Escola	Posto de Trabalho de função gratificada – indicação pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura e nomeação pelo Chefe do Poder Executivo (provimento precário)	-- Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Pós-graduação em Gestão Educacional; - ter no mínimo 07 (sete) anos de efetivo exercício no magistério público municipal ou estadual (convênio parceria Estado /Município) e 3 experiência técnico-pedagógica.
Classe Suporte Pedagógico	Coordenador de Núcleo ou de Projeto	Posto de Trabalho de função gratificada – indicação pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura e nomeação pelo Chefe do Poder Executivo (provimento precário)	- Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Pós-graduação em Gestão Educacional; - ter no mínimo 05 (cinco) anos de experiência em efetivo exercício no magistério público municipal de Descalvado ou público estadual (convênio de parceria Estado/município)
Classe Suporte Pedagógico	Coordenador Pedagógico	Posto de Trabalho de função gratificada – indicação pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura e nomeação pelo Chefe do Poder Executivo (provimento precário)	- Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Pós-graduação em Gestão Educacional; - ter no mínimo 05 (cinco) anos de efetivo exercício no magistério público municipal de Descalvado ou público estadual (convênio de parceria Estado/ Município).



ANEXO III - CATEGORIAS E MÓDULOS DE NOMEAÇÃO/DESIGNAÇÃO

CATEGORIA	MÓDULO
Gestor da Educação Básica	<ul style="list-style-type: none"> 01 (um) para o sistema municipal de ensino.
Orientador Educacional	<ul style="list-style-type: none"> 01 (um) para cada segmento da educação básica, a saber: <ul style="list-style-type: none"> Educação Infantil; Ensino Fundamental – Anos Iniciais; Ensino Fundamental – Anos Finais.
Gestor de Escolar	<ul style="list-style-type: none"> 01 (um) para cada unidade escolar do sistema municipal de ensino com número de classes ou turmas superior a dez; 01 (um) para cada unidade escolar com 03 (três) turnos de funcionamento.
Coordenador de Núcleo ou de Projeto	<ul style="list-style-type: none"> 01 (um) Coordenador Geral; 01 (um) Coordenador da Educação Infantil; 01 (um) Coordenador de Avaliação da Educação; 01 (um) Coordenador de Projetos Educacionais 01 (um) para cada área do conhecimento, a saber: <ul style="list-style-type: none"> Ciências Exatas e Biológicas; Linguagens e Códigos; Artes Linguagem Corporal; Ciências Sociais; Alfabetização; Tecnologia da Educação; Educação Inclusiva
Coordenador Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> 01 (um) para cada unidade escolar com número de classe ou turmas superior a sete.

ANEXO IV – TABELA DE DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DAS HORAS DE TRABALHO PEDAGÓGICO (HTP'S) CONFORME JORNADA

JORNADA	HORAS-AULA	HTPC	HTPE	HTPL	HTP-TOTAL	JORNADA TOTAL SEMANAL	JORNADA TOTAL MENSAL
MÍNIMA	16	2	3	4	9	25 horas	125 HORAS
VARIÁVEL	17	2	3	4	9	26 horas	130 horas
REDUZIDA	19	2	3	5	10	29 horas	145 HORAS
INICIAL	20	2	3	5	10	30 horas	150 HORAS
BÁSICA	22	2	5	5	12	34 Horas	170 HORAS
MÁXIMA	24	2	5	5	12	36 horas	180 HORAS



ANEXO V – ESCALA REMUNERATÓRIA DA CLASSE DOCENTE (ER – CD)

TABELA I - JORNADA BÁSICA INICIAL

NÍVEL/valor mensal para Jornada Básica Inicial - IBIn (30 horas semanais)											
CATEGORIAS	FORMAÇÃO	NÍVEL	Inicial A	2 anos B = 5%	4 anos C = 10%	6 anos D = 15%	8 anos E = 20%	10 anos F = 25%	12 anos G = 30%	14 anos H = 35%	16 anos I = 40%
Prof. Ed. Básica I (PEB I)	Ensino Médio	I - Especial	R\$ 1608,00	R\$ 1688,40	R\$ 1768,80	R\$ 1849,20	R\$ 1929,60	R\$ 2010,00	R\$ 2090,40	R\$ 2170,80	R\$ 2251,20
	Graduação	I	R\$ 1768,50	R\$ 1856,93	R\$ 1945,35	R\$ 2033,78	R\$ 2122,20	R\$ 2210,63	R\$ 2299,05	R\$ 2387,48	R\$ 2475,90
	Pós-Graduação	II	R\$ 1866,00	R\$ 1959,30	R\$ 2052,60	R\$ 2145,90 ¹	R\$ 2239,20	R\$ 2332,50	R\$ 2425,80	R\$ 2519,10	R\$ 2612,40
	Mestrado ou Doutorado	III	R\$ 1962,00	R\$ 2060,10	R\$ 2158,20	R\$ 2256,30	R\$ 2354,40	R\$ 2452,50	R\$ 2550,60	R\$ 2648,70	R\$ 2746,80

TABELA II - JORNADA BÁSICA

			NÍVEL/valor mensal para Jornada Básica – IB (34 horas semanais)									
CATEGORIAS	FORMAÇÃO	NÍVEL	Inicial A	2 anos B = 5%	4 anos C = 10%	6 anos D = 15%	8 anos E = 20%	10 anos F = 25%	12 anos G = 30%	14 anos H = 35%	16 anos I = 40%	
Prof. Ed. Básica I (PEB I)	Ensino Médio	I – Especial	R\$ 1822,40	R\$ 1913,52	R\$ 2004,64	R\$ 2095,76	R\$ 2186,88	R\$ 2278,00	R\$ 2369,12	R\$ 2460,24	R\$ 2551,36	
	Graduação	I	R\$ 2004,30	R\$ 2104,52	R\$ 2204,73	R\$ 2304,95	R\$ 2405,16	R\$ 2505,38	R\$ 2605,59	R\$ 2705,81	R\$ 2806,02	
	Pós-Graduação	II	R\$ 2114,80	R\$ 2220,54	R\$ 2326,28	R\$ 2432,02	R\$ 2537,76	R\$ 2643,50	R\$ 2749,24	R\$ 2854,98	R\$ 2960,72	
	Mestrado ou Doutorado	III	R\$ 2223,60	R\$ 2334,78	R\$ 2445,96	R\$ 2557,14	R\$ 2668,32	R\$ 2779,50	R\$ 2890,68	R\$ 3001,86	R\$ 3113,04	

TABELA III - JORNADA VARIÁVEL MÍNIMA

CATEGORIAS	FORMAÇÃO	NÍVEL	NÍVEL/valor mensal para Jornada Variável Mínima – JVm (25 horas semanais)											
			Inicial A	2 anos B = 5%	4 anos C = 10%	6 anos D = 15%	8 anos E = 20%	10 anos F = 25%	12 anos G = 30%	14 anos H = 35%	16 anos I = 40%			
Prof. Ed. Básica II (PEB II)	Graduação	I	R\$ 1473,75	R\$ 1547,44	R\$ 1621,13	R\$ 1694,81	R\$ 1768,50	R\$ 1842,19	R\$ 1915,88	R\$ 1989,56	R\$ 2063,25			
	Pós-Graduação	II	R\$ 1555,00	R\$ 1632,75	R\$ 1710,50	R\$ 1788,25	R\$ 1866,00	R\$ 1943,75	R\$ 2021,50	R\$ 2099,25	R\$ 2177,00			
	Mestrado ou Doutorado	III	R\$ 1635,00	R\$ 1716,75	R\$ 1798,50	R\$ 1880,25	R\$ 1962,00	R\$ 2043,75	R\$ 2125,50	R\$ 2207,25	R\$ 2289,00			

TABELA IV - JORNADA VARIÁVEL

CATEGORIAS	FORMAÇÃO	NÍVEL	NÍVEL/valor mensal para Jornada Variável Reduzida – JV (26 horas semanais)											
			Inicial A	2 anos B = 5%	4 anos C = 10%	6 anos D = 15%	8 anos E = 20%	10 anos F = 25%	12 anos G = 30%	14 anos H = 35%	16 anos I = 40%			
Prof. Ed. Básica II (PEB II)	Graduação	I	R\$ 1532,70	R\$ 1609,34	R\$ 1685,97	R\$ 1762,61	R\$ 1839,24	R\$ 1915,88	R\$ 1992,51	R\$ 2069,15	R\$ 2145,78			
	Pós-Graduação	II	R\$ 1617,20	R\$ 1698,06	R\$ 1778,92	R\$ 1859,78	R\$ 1940,64	R\$ 2021,50	R\$ 2102,36	R\$ 2183,22	R\$ 2264,08			
	Mestrado ou Doutorado	III	R\$ 1700,40	R\$ 1785,42	R\$ 1870,44	R\$ 1955,46	R\$ 2040,48	R\$ 2125,50	R\$ 2210,52	R\$ 2295,54	R\$ 2380,56			

TABELA V - JORNADA VARIÁVEL REDUZIDA

CATEGORIAS	FORMAÇÃO	NÍVEL	NÍVEL/valor mensal para Jornada Variável Reduzida – JVRe (29 horas semanais)											
			Inicial A	2 anos B = 5%	4 anos C = 10%	6 anos D = 15%	8 anos E = 20%	10 anos F = 25%	12 anos G = 30%	14 anos H = 35%	16 anos I = 40%			
Prof. Ed. Básica II (PEB II)	Graduação	I	R\$ 1709,55	R\$ 1795,03	R\$ 1880,51	R\$ 1965,98	R\$ 2051,46	R\$ 2136,94	R\$ 2222,42	R\$ 2307,89	R\$ 2393,37			
	Pós-Graduação	II	R\$ 1803,80	R\$ 1893,99	R\$ 1984,18	R\$ 2074,37	R\$ 2164,56	R\$ 2254,75	R\$ 2344,94	R\$ 2435,13	R\$ 2525,32			
	Mestrado ou Doutorado	III	R\$ 1896,60	R\$ 1991,43	R\$ 2086,26	R\$ 2181,09	R\$ 2275,92	R\$ 2370,75	R\$ 2465,58	R\$ 2560,41	R\$ 2655,24			

TABELA VI - JORNADA VARIÁVEL MÁXIMA

CATEGORIAS	FORMAÇÃO	NÍVEL	NÍVEL/valor mensal para Jornada Parcial I – JP I (36 horas semanais)											
			Inicial A	2 anos B = 5%	4 anos C = 10%	6 anos D = 15%	8 anos E = 20%	10 anos F = 25%	12 anos G = 30%	14 anos H = 35%	16 anos I = 40%			
Prof. Ed. Básica II (PEB II)	Graduação	I	R\$ 2122,20	R\$ 2228,31	R\$ 2334,42	R\$ 2440,53	R\$ 2546,64	R\$ 2652,75	R\$ 2758,86	R\$ 2864,97	R\$ 2971,08			
	Pós-Graduação	II	R\$ 2239,20	R\$ 2351,16	R\$ 2463,12	R\$ 2575,08	R\$ 2687,04	R\$ 2799,00	R\$ 2910,96	R\$ 3022,92	R\$ 3134,88			
	Mestrado ou Doutorado	III	R\$ 2354,40	R\$ 2472,12	R\$ 2589,84	R\$ 2707,56	R\$ 2825,28	R\$ 2943,00	R\$ 3060,72	R\$ 3178,44	R\$ 3296,16			

ANEXO VI - TABELA DE GRATIFICAÇÕES DA CLASSE DE SUPORTE PEDAGÓGICO

JORNADA DA CLASSE DE SUPORTE PEDAGÓGICO DE 40 HORAS SEMANAIS		
REMUNERAÇÃO		
CATEGORIA	Salário Base	Gratificação
Orientador Educacional	valor de seu salário de enquadramento no emprego de origem	30% (trinta por cento) sobre o salário base
Gestor de Escola	valor de seu salário de enquadramento no emprego de origem	25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário base
Coordenador de Núcleo ou de Projeto	valor de seu salário de enquadramento no emprego de origem	20% (vinte por cento) sobre o salário base
Coordenador Pedagógico	valor de seu salário de enquadramento no emprego de origem	20% (vinte por cento) sobre o salário base



**ANEXO VII - QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
DA CLASSE DOCENTE**

JORNADA	ATIVIDADE COM ALUNO	HORAS DE TRABALHO
		PEDAGÓGICO
40	26	14
39	26	13
38	25	13
37	24	13
36	24	12
35	23	12
34	22	12
33	22	11
32	21	11
31	20	11
30	20	10
29	19	10
28	18	10
27	18	9
26	17	9
25	16	9
24	16	8
23	15	8
22	14	8
21	14	7
20	13	7
19	12	7
18	12	6
17	11	6
16	10	6
15	10	5
14	9	5
13	8	5
12	8	4



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.867, DE
28 DE NOVEMBRO DE 2.014

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER E DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – CMEL

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Esporte e Lazer, órgão colegiado de caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo, com a finalidade de formular políticas públicas e implementar ações destinadas ao fortalecimento das atividades esportivas e de lazer do Município.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Esportes e Lazer tem as seguintes competências básicas:

I - desenvolver estudos, projetos, debates e pesquisas relativas à situação do esporte e lazer do Município;

II - contribuir com os órgãos da administração municipal no planejamento de ações concernentes a projetos de formação educacional e de desenvolvimento do esporte e do lazer;

III - encaminhar e acatar propostas e sugestões manifestadas pela sociedade e opinar sobre irregularidades que digam respeito a programas, competições e eventos esportivos da cidade;

IV - promover intercâmbio, parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, com a finalidade de implementar as medidas e ações que são objeto do Conselho;

V - contribuir com a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, na captação de recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte.

VI - pronunciar-se sobre a construção e manutenção dos equipamentos gino-recreio-desportivos do Município;

VII - propor aos poderes públicos a instituição de concursos para financiamento de projetos e a concessão de prêmios como estímulo às atividades esportivas do Município;

VIII - elaborar normas e diretrizes de financiamento de projetos e convênios esportivos;

IX - fiscalizar a aplicação dos recursos públicos repassados às entidades conveniadas com a Prefeitura Municipal;

X - acompanhar as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo;

XI - acompanhar as audiências públicas referentes ao esporte e lazer realizadas na sede do Poder Legislativo Municipal;

XII - convocar a Conferência Municipal de Esporte e Lazer ordinariamente a cada 2 (dois) anos e extraordinariamente quando necessária, aprovando seu regulamento e normas de funcionamento;

XIII - analisar e aprovar a política municipal de desenvolvimento de recursos humanos na área de esporte e lazer;

XIV - propor a criação e acompanhar o desenvolvimento de indicadores para avaliar a qualidade dos serviços prestados na área de esporte e lazer no Município por entes públicos, privados e não-governamentais.

Art. 3º - Cabe ao Conselho Municipal de Esportes e Lazer estabelecer as prioridades e deliberar sobre o orçamento destinado às políticas públicas de esporte, bem como a fiscalização de sua aplicação.

Parágrafo único - O Conselho Municipal de Esporte e Lazer deverá opinar sobre as prioridades de investimentos da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, manifestando-se sobre as questões de esporte e lazer do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária, antes do encaminhamento destes projetos ao Poder Legislativo.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Esportes e Lazer será constituído por Decreto Municipal, por membros do Poder Executivo Municipal e por representantes da sociedade civil, de modo paritário e com os seguintes representantes:

I – dois representantes da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo;

II – um do Gabinete do Prefeito;

III – um da Secretaria de Educação e Cultura;

IV – um da Associação Comercial e Industrial de Descalvado;

V – um da Associação dos Engenheiros, Arquitetos, e Agrônomos de Descalvado;

VI - um representante das associações de moradores do Município;

VII – dois da sociedade civil, preferencialmente da área de cultura e turismo;

VIII – um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

IX - um representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

X - um representante da Secretaria Municipal de Finanças;

XI – um representante das instituições de ensino privado do Município;

XII – um representante dos grupos de terceira idade ligados ao esporte de Descalvado;

XIII – um representante dos profissionais de Educação Física do Município;

XIV – um representante dos atletas amadores de Descalvado, indicado pelas entidades do setor;

XV – um representante dos Clubes e Associações Desportivas sem fins lucrativos, legalmente estabelecidos.

Art. 5º - O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos ao cargo uma única vez.

Art. 6º - Ocorrendo vaga no Conselho por renúncia, morte ou incompatibilidade de função de algum de seus membros, será nomeado um novo conselheiro, de conformidade com o art. 4º desta Lei, que completará o mandato de seu antecessor.

Parágrafo único – O membro que faltar, injustificadamente, por três vezes consecutivas às reuniões do Conselho será excluído, sendo procedida nova indicação.

Art. 7º - O Conselho Municipal de Esportes e Lazer reunir-se-á mensalmente, na primeira semana de cada mês, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros (metade mais um), mediante manifestação escrita, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

Art. 8º - Caberá ao Presidente do Conselho Municipal de Esportes e Lazer eleger um(a) Coordenador (a) Técnico(a), tendo por competência:

I – lavrar e ler em plenário as Atas do CMEL;

II – superintender os trabalhos administrativos do CMEL;

III – registrar as deliberações do CMEL;

IV – transmitir aos membros do CMEL os avisos e notificações das reuniões;

V – efetuar diligências e encaminhar os pedidos de informações dirigidos ao Presidente do CMEL;

VI – organizar para a deliberação e aprovação do presidente, a pauta do dia das sessões;

VII – exercer as demais atribuições inerentes às suas funções e aquelas solicitadas pelo Presidente.

Art. 9º - Caberá ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer eleger uma Comissão Executiva composta de 05 (cinco) membros, assim discriminados:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Secretário Geral;

IV - Tesoureiro;

V – Membro.

§1º - Compete à Comissão Executiva do Conselho Municipal de Esporte e Lazer:

I - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Esporte e Lazer;

II - cumprir e encaminhar as resoluções deliberadas pelo Conselho Municipal de Esporte e Lazer;

III - deliberar, nos casos de urgência, ad referendum do Conselho Municipal de Esporte e Lazer;

IV - delegar tarefas a membros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, quando julgar conveniente;

V - dar ampla divulgação e publicidade das resoluções do Conselho Municipal de Esporte e Lazer.

§2º - O Regimento Interno do Conselho Municipal de Esporte e Lazer deve ser elaborado e aprovado pela maioria de seus membros em até 60 (sessenta) dias após a posse de seu primeiro mandato, devendo ser publicado como ato oficial.

§3º - O Conselho Municipal de Esporte e Lazer poderá solicitar em órgãos e entidades da administração do Município dados, informações e colaboração para o desenvolvimento de suas atividades.

DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Art. 10 - Fica criado o Fundo Municipal de Esportes – FME, com a finalidade de arrecadar recursos à implementação de programas e a manutenção dos esportes no Município.

§1º - O Fundo Municipal de esportes será administrado pelo Presidente e pelo Tesoureiro eleito por seus pares.

§2º - O Fundo Municipal de Esportes de que se trata este artigo será identificado pela sigla FME.

Art. 11 - Os recursos do Fundo Municipal de Esportes, em consonância com as diretrizes da política municipal de esportes, serão aplicados da seguinte forma:

I – no desenvolvimento e implementação de projetos esportivos no Município;

II – na manutenção dos esportes do Município, sob o encargo da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo;

III – na aquisição de materiais de consumo e permanentes, destinados aos projetos e programas esportivos;

IV – na promoção, apoio, participação em torneios, campeonatos, olimpíadas e/ou na realização de eventos pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo;

V – na divulgação das potencialidades esportivas do Município por intermédio dos meios de comunicação a mídia a nível local, estadual, nacional e internacional;

VI – nos programas e projetos de qualificação e aprimoramento profissional dos esportes;

VII – em outros programas ou atividades, integrantes ou do interesse da política municipal de esportes;

VIII – na contratação de profissionais específicos para o desenvolvimento de técnicas esportivas.

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Art. 12 - O Fundo Municipal de Esportes será administrado pela Diretoria Deliberativa do Conselho Municipal de Esportes e Lazer, responsável pela aprovação de contratações de profissionais, projetos e programas esportivos, integrantes da política municipal de esportes, que ocorrerão à conta dos recursos do Fundo, bem como pela aprovação dos recursos do Fundo e sua aplicação.

§ 1º - O Presidente e gestor do Conselho Deliberativo do Fundo deverá ser eleito pelos membros do Conselho Municipal de Esportes e Lazer.

§ 2º - Na ausência do Presidente, os trabalhos serão assumidos na ordem determinada no art. 4º.

Art. 13 O exercício como membro do Conselho Deliberativo do – FME – será desempenhado gratuitamente, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária pelo desempenho da função.

Art. 14 - Ao Conselho Deliberativo do Fundo Municipal de Esporte compete:

I - aprovar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo;

II - aprovar a aplicação e liberação de recursos do Fundo;

III - estabelecer limites máximos de financiamento, a título oneroso ou a fundo perdido, para as modalidades de atendimento previstas no artigo desta Lei;

IV - fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo, solicitando, se necessário, o auxílio do controle interno do Município;

V - propor medidas de aprimoramento de desempenho do Fundo, bem como outras formas de atuação, visando à consecução da política de esportes do Município;

Parágrafo Único - O Conselho deliberará sobre sua própria organização, mediante a elaboração de seu regimento interno, que será baixado por ato do Prefeito Municipal.

DAS ATRIBUIÇÕES DO FUNDO

Art. 15 - São atribuições do gestor do Fundo Municipal de Esporte – FME:

I - acompanhar, avaliar e decidir sobre as ações previstas do Plano de Esportes do Município, cuja execução se dará à conta dos recursos do FME;

II - submeter ao Conselho Deliberativo e ao Prefeito Municipal os planos de aplicação dos recursos a cargo do Fundo, em consonância com o Plano de Esportes do Município e da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - submeter ao Conselho Deliberativo e ao Prefeito Municipal as demonstrações contábeis e financeiras do – FME –;

IV - encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

V - ordenar os empenhos e os pagamentos à conta do orçamento do – FME –;

VI – firmar, juntamente com o Prefeito Municipal, quando necessário ou exigido, convênios e contratos, inclusive de empréstimos, referentes a recursos que serão administrados pelo – FME –;

VII - preparar e encaminhar os relatórios de acompanhamento da realização das ações da política de esportes financiados pelo – FME –, para serem submetidos ao Conselho Deliberativo e ao Prefeito Municipal.

DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 16 Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Esporte constituir-se-ão basicamente de:

I - transferências, auxílios e subvenções de entidades, empresas públicas ou privadas, órgãos internacionais, federais, estaduais e municipais, para fins específicos ou oriundos de convênios ou ajustes financeiros firmados pelo município, cuja aplicação seja destinada especificamente às ações de implantação de projetos esportivos no Município;

II - recursos transferidos pelo Município orçamentários e decorrentes de créditos especiais, suplementares ou transferências voluntárias pelas entidades privadas que venham a ser destinados ao Fundo;

III - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo;

IV - doações feitas diretamente ao Fundo Municipal de Esporte e outras rendas eventuais;

V - outras taxas e preços públicos do setor de esportes que venham a ser criados.

Art. 17 - As receitas que constituírem recursos do Fundo Municipal de Esporte serão depositadas em estabelecimentos oficiais de crédito, em conta específica, sob a denominação de MUNICÍPIO DE DESCALVADO/SP/ FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME –.

Art. 18 - Quando disponíveis, os recursos do Fundo Municipal de Esporte poderão ser aplicados no mercado de capitais, objetivando o aumento de receitas, cujos resultados a ele reverterão.

Art. 19 - Constituem-se ativos do Fundo Municipal de Esporte:

I - disponibilidades monetárias, oriundas de receitas específicas;

II - direitos que porventura vierem a constituir;

III - imobilizados, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e outros.

Art. 20 - Constituem passivos do Fundo Municipal de Esportes, as obrigações de qualquer natureza assumidas para a manutenção e funcionamento do Conselho Municipal de Esportes.

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

Art. 21 - O orçamento do Fundo Municipal de Esportes evidenciará as políticas e o programa e trabalho da Administração Municipal, integrará o orçamento geral do Município, observados, na sua elaboração, os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

Art. 22 - O orçamento do Fundo Municipal de Esporte será organizado de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, de informar, apropriar e apurar custos, concretizar objetivos, bem como interpretar e avaliar resultados, por seus demonstrativos e relatórios e integrará a Contabilidade Geral do Município.

Parágrafo Único - O – FME - terá um responsável técnico, devidamente habilitado, integrante do quadro próprio de pessoal, designado por ato do Prefeito, ao qual competirá a atribuição deste artigo, bem como outras definidas em regulamento.

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 23 - A execução orçamentária do Fundo Municipal de Esporte se processará em observância às normas e princípios legais e técnicos adotados pelo Município.

Art. 24 - A despesa do Fundo Municipal de Esporte se constituirá na aplicação dos recursos e financiamento total ou parcial no desenvolvimento e implantação de projetos esportivos, bem como na manutenção de serviços de esporte.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25 - O Conselho Municipal de Esportes e o Fundo Municipal de Esportes – FME - terão duração indeterminada.

Parágrafo Único - Em caso de extinção do Fundo Municipal de Esporte seu patrimônio será incorporado ao patrimônio do Município de Descalvado.

Art. 26 - Fica a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo autorizada a utilizar 5% (cinco por cento) dos recursos recolhidos ao FME em sua manutenção a título de taxa de administração.

Art. 27 - A administração superior e coordenação político-administrativa do Fundo Municipal de Esporte – FME – serão exercidas pelo Prefeito Municipal, sem prejuízo das competências e atribuições delegadas por esta Lei.

Art. 28 - É defeso ao Fundo Municipal de Esporte – FME – contrair débitos ou obrigações, a descobertos dos recursos prévios necessários e destinados legalmente ao adimplemento da aquisição ou do serviço, sob pena de constituir infração administrativa.

Art. 29 - O servidor municipal designado para integrar o CME, não fica eximido de suas obrigações funcionais, embora deva constar na sua ficha funcional a prestação dos serviços relevantes.

Art. 30 - O Regimento Interno do Conselho Municipal de Esportes será aprovado no prazo de trinta (30) dias, a contar da data da nomeação de seus membros.

Art. 31 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, Em 28 de Novembro de 2014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 28 de Novembro de 2014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.202, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

APROVA O PLANO DECENAL MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 12.594/12 e Lei Municipal nº 3.837, de 29 de julho de 2014, a qual institui, no Município de Descalvado, o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo – SIMASE, nas modalidades de medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo, previamente aprovado em reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocorrida em 03 de novembro de 2014, o qual passa a fazer parte integrante deste Decreto para que produza seus jurídicos e regulares efeitos.

Art. 2º - Fica consignada a gratidão da Administração Pública as pessoas que espontaneamente auxiliaram na elaboração do Plano aprovado por este ato.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 07 dias do mês de Novembro de 2014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal em 07 de Novembro de 2014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

DESCALVADO
OUTUBRO/ 2014

Henrique do Nascimento
Prefeito Municipal de Descalvado

Rosângela F. C. Nascimento
Secretária Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social

Cilmara Luiza Batista
*Diretora da Secretaria Municipal de
Assistência e Desenvolvimento Social*

Coordenação de Elaboração:

*Fátima Neive Urizzi- Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Vice Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente

**Larissa Augusta Dos Santos- Assistente Social da Secretaria Municipal Assistência e Desenvolvimento Social e Orientadora de Medidas Socioeducativas.

COMISSÃO INTERGESTORA DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

a) Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social:

- 1 - Cristiane Favaretto
- 2 - Larissa Augusta Dos Santos;
- 3 - Mariana Galetti Prata Zafalon

b) Secretaria de Educação e Cultura:

- 1 - Luiz Fernando Zaffalon;
- 2 - Valdenice Cristina Vieira

c) Secretaria de Saúde:

- 1 - Luana de Robbio Pizzi;

d) Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo:

- 1 - Luis Fernando Fila

e) Procuradoria Geral do Município

- 1 - Aline Finato Bertoleti
- 2 - Giovana Cristina dos Santos

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

a) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- 1 – Fátima Neive Urizzi;

b) Conselho Tutelar:

- 1 – Daniela Helena Batacline;

III- REPRESENTANTE DO SISTEMA DE SEGURANÇA:

a) Polícia Militar:

- 1- José Edmir Valentim.

INTRODUÇÃO:

O Plano Municipal Decenal de Atendimento de Medidas Socioeducativas cumpre o estabelecido pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, baseando-se nas normativas internacionais de direitos humanos, na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nas legislações decorrentes, na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nas normativas complementares, e na Lei Federal 12.594 de 18 de janeiro de 2012 que estabelece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), assim como nas Normativas Internacionais das

quais o Brasil é signatário, tais como Convenção das Organizações das Nações Unidas (ONU), Regras de Beijing e Diretrizes de Riad.

A Prefeitura Municipal de Descalvado realiza atendimento/acompanhamento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, desde o ano de 2004. No ano de 2006, foi firmado convênio entre a Prefeitura Municipal e a Fundação Casa, para repasse financeiro, para atendimento de até 30 adolescentes inseridos em Liberdade Assistida- LA e Prestação de Serviço à Comunidade- PSC.

Considerando que a municipalização da aplicação das medidas socioeducativas em meio aberto está embasada nas políticas de atendimento preconizada pelo ECA, LOAS, SUAS e SINASE e em cumprimento ao estabelecido na política nacional de Assistência Social (PNAS), que preceitua as medidas socioeducativas em meio aberto – LA e PSC, como serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, a serem desenvolvidas no âmbito dos municípios, a partir do ano de 2010, foram realizadas adequações seguindo o modelo de gestão adotado pela LOAS e implantação do SUAS, disciplinando a gestão pública da Política de Assistência Social.

Atendendo ao previsto na Lei 12.594/12, apresentamos o Plano Municipal Decenal de Atendimento de Medidas Socioeducativas, que foi elaborado por Comissão nomeada pelo Prefeito Municipal, composta por representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Procuradoria do Município e das Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, Educação, Esporte e Lazer e Saúde, Conselho Tutelar e Segurança Pública.

A Comissão participou de Capacitação desenvolvida pela OSCIP Mundo Melhor, visando a elaboração do Plano Municipal em conformidade com o Plano Nacional e Estadual.

Participaram também da Capacitação outros atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, tendo em vista a intersetorialidade e a corresponsabilidade que caracteriza o atendimento socioeducativo.

A partir de reuniões semanais entre os membros da Comissão, o presente plano foi sendo construído com base nos princípios norteadores que fundamentam todas as práticas e a execução dos atendimentos de LA e PSC. A comissão ocupou-se em seguir as diretrizes da Política do SINASE, objetivando que as metas propostas possam ser atingidas e que sua prática seja baseada em fundamentos éticos e direitos humanos.

O plano foi apresentado aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e seus familiares e, em audiência pública, aos representantes das áreas voltadas à infância e juventude e a membros da sociedade civil e comunidade, para avaliação e contribuições, visando à finalização e posterior apresentação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para análise e registro do programa.

Os integrantes do Grupo de Trabalho (Comissão) destacaram a importância da construção do Plano Decenal que definirá diretrizes e modelo de gestão do atendimento socioeducativo que deverão ser adotados nos próximos dez anos e que prevê ações articuladas nas áreas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

A construção deste Plano foi um processo participativo e democrático e se concretizará através das ações articuladas de todos os atores da rede de atendimento dos adolescentes em cumprimento em medidas socioeducativas.

Das medidas socioeducativas

As medidas socioeducativas trazem uma bagagem histórica e jurídica de uma natureza coercitiva, uma vez que são punitivas aos

que cometem atos infracionais, e principalmente, também uma natureza socioeducativa, por fornecer a oportunidade de uma formação cidadã. Nesse sentido, a operacionalização das medidas socioeducativas deve permitir ao adolescente uma formação para a participação digna na vida social.

Caracterizam-se, portanto, como medidas educativas, e têm por objetivo fazer com que o adolescente reconheça e responda pelo seu erro. O adolescente nesse processo é amparado por orientadores e equipe interdisciplinares na realização da medida.

Cabe a Justiça da Infância e Juventude aplicar as medidas socioeducativas, como também a aplicação de medidas de proteção previstas no artigo 101 do ECA. Nesse sentido, é importante garantir a defesa do adolescente desde a apreensão, durante o processo de investigação e até o julgamento, para garantir que seus direitos não sejam violados.

Os programas de atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto devem ser organizados no município e estar preferencialmente localizados próximos às suas comunidades. Devem ser gerenciados e desenvolvidos pelo órgão municipal responsável pela política de atendimento, como previsto na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais e obter uma relação próxima de parceria com o Sistema de Justiça. O órgão ou entidade social responsável pelo atendimento do adolescente em medida socioeducativa deve planejar e estabelecer uma ação integrada com as demais políticas setoriais, programas e projetos instalados no município. São medidas socioeducativas em meio aberto:

Obrigação de reparar o dano:

Essa medida é possível quando os prejuízos gerados forem exclusivamente patrimoniais. A reparação de dano pelo adolescente é intransferível e implica na restituição do bem, no ressarcimento e/ou compensação da vítima. A ideia é que o adolescente responda pelo que fez com uma ação restituidora, compensatória. Nesses casos o Juiz da Infância e Juventude determina a forma de reparação, sua natureza e extensão.

Prestação de serviços à comunidade

Prestar Serviços à Comunidade é uma medida educativa pela experiência vivida pelo adolescente junto à comunidade, pelos valores sociais que ele poderá incorporar e pelo compromisso social que envolve a prestação de serviço.

Sua efetivação ocorre quando a estrutura de governo se responsabiliza pelo acompanhamento e supervisão da medida e alcança o envolvimento da comunidade com rede de serviços, associações, organizações sociais e outros, além de estruturas de governo para a realização da prestação de serviço.

A prestação de serviço, para que seja educativa, deve ser realizada por meio de atividades em que o adolescente possa desenvolver a solidariedade, o senso de coletividade e o bem comum. Para que a medida de prestação de serviço tenha real dimensão social é necessário um adequado acompanhamento do adolescente pelo responsável pela execução da medida e entendimento e apoio da entidade que recebe a prestação de serviço.

Liberdade Assistida

A liberdade assistida é uma medida que propõe o acompanhamento da vida social do adolescente (escola, trabalho e família), e também educativa pelo acompanhamento e busca de proteção, inserção comunitária, manutenção de vínculos familiares, frequência à escola e inserção no mercado de trabalho e cursos profissionalizantes e formativos.

As medidas de semiliberdade e internação (Meio fechado)

A semiliberdade e a internação são aplicadas quando for condição imprescindível para o cumprimento da medida socioeducativa. Ou seja, a contenção é condição para que seja desenvolvida a socioeducação do adolescente. Isso significa que a restrição da liberdade deve significar apenas limitação do exercício pleno do direito de ir e vir e não de outros direitos constitucionais.

Nesse caso, o breve retorno à vida social deve ser cuidado pelo responsável no município pelo sistema socioeducativo. O retorno do adolescente ao convívio familiar e comunitário deve ser facilitado por meio de apoio social e jurídico à família e pelo acompanhamento do processo de execução da medida de semiliberdade e de internação. Lembrando que a medida de internação prevê a realização das atividades externas pautadas em parecer técnico, e sua proibição só se dá quando expressamente determinado pelo juiz.

O artigo 204 da Constituição Federal atribui aos municípios a função básica de concepção, planejamento, coordenação e execução de programas. O Estatuto da Criança e do Adolescente propõe um sistema de atendimento e garantia de direitos e uma nova forma de gestão, “(...) através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (ECA, art. 86).

O SIMASE deve se organizar como um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que deve regular desde o processo de apuração do ato infracional até a execução de medida socioeducativa e, para tanto, demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras, para fornecer a proteção integral.

SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE MEIO ABERTO:

Liberdade Assistida: A referência de um orientador, de nível superior, que deverá realizar um acompanhamento que garanta ao adolescente, sua família e à rede de serviços para a qual será encaminhado: providências imediatas que garantam condições mínimas de vida, encaminhamentos de saúde, moradia, alimentação, vestuário, documentação, e outras urgências. Encontros semanalmente com o profissional, para auxílio e viabilização de seu plano de atendimento e encontros com a família para fortalecimento de vínculos.

Prestação de Serviço à Comunidade: A referência de um orientador, de nível superior, deverá realizar um acompanhamento que garanta ao adolescente, sua família e à rede de serviços para a qual será encaminhado: providências imediatas que garantam condições mínimas de vida, encaminhamentos de saúde, moradia, alimentação, vestuário, documentação, e outras urgências. Encontros semanalmente com o profissional, para auxílio e viabilização de seu plano de atendimento e encontros com a família para fortalecimento de vínculos.

A equipe técnica deverá definir imediatamente o local de prestação de serviço à Comunidade. No entanto, deverá considerar as habilidades, competências e interesses do adolescente. Garantir um estudo de caso ágil e assegurar o caráter pedagógico e a relevância comunitária no processo de escolha da atividade a ser desenvolvida. Pactuação entre o programa da PSC e os locais de prestação e os critérios, horários, regras, atividades.

Responsável e Recursos Financeiros:

Para as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, a responsabilidade caberá ao po-

der executivo municipal e gestão do serviço é de competência da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social, sendo influenciada, portanto pelas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, contando com o apoio dos demais níveis de governo, sociedade civil e dos agentes do judiciário.

Infraestrutura:

A infraestrutura do serviço de atendimento socioeducativo será a preconizada pela Política de Assistência Social/NOB- SUAS, bem como reafirmada na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; o Centro de Referência Especial da Assistência Social- CREAS

Equipe Técnica;

Para o desenvolvimento do acompanhamento dos adolescentes e suas famílias, será necessário equipe profissional completa do Centro de Referência de Atendimento Especializado, conforme preconizado pela NOB/ RH/ SUAS:

- Coordenador; Assistente Social; Psicólogo; Pedagogo; Advogado; Orientador, Escriturário.

Metodologia:

As medidas socioeducativas serão desenvolvidas e aplicadas pelo orientador de medidas socioeducativas, inserido na equipe do Centro Especializado da Assistência Social- CREAS, o qual oferecerá suporte ao cumprimento da medida, seja na discussão dos casos, seja na oferta de atividades complementares, devidamente consubstanciadas no Plano Individual de Acompanhamento. A abordagem terá uma visão multiprofissional, a partir de diferentes referenciais teóricos, compartilhados pelos profissionais. No desenvolvimento do trabalho, será considerado o adolescente em sua singularidade e inserido em seu meio. A família compreendida como parte imprescindível no processo, não apenas limitado ao núcleo de parentes, podendo incluir pessoas que compartilham com vínculos significativos. O trabalho com as famílias deverá obter apoio também nas equipes Programa de Saúde da Família.

Na recepção do adolescente e seu responsável; momento que poderá ser individual e ou em grupo. Espaço privilegiado para realizar a interpretação da medida socioeducativa e estabelecer acordos e contratos institucionais entre profissional, adolescente e família. O início de processo prevê estabelecimento de vínculo entre adolescente e o orientador, processo de relação de confiança e acolhida.

Logo em seguida, será realizado o estudo de caso e posterior elaboração do Plano Individual de Atendimento - PIA, para tanto, será necessário: entrevistas individuais com o adolescente, com a família, vista domiciliar, consultas aos registros institucionais e contatos com profissionais que já atendeu o caso. Todo esse processo será documentado e guardado em local que preserve o sigilo dos registros contido neste. A efetivação do PIA viabilizará encaminhamentos para a rede de serviços;

No decorrer do acompanhamento da medida socioeducativa o adolescente será estimulado para participar de atividades culturais, esportivas e de lazer, grupos de reflexão e orientação/ apoio, além de estímulo ao desenvolvimento de outros padrões de sociabilidade e convivência coletiva, para o auxílio do processo de fortalecimento dos vínculos familiares.

Os dados dos estudos de caso, bem como as anotações de atendimentos do acompanhamento serão considerados em todo o processo de acompanhamento da medida socioeducativa, início, meio e fim. As informações constituirão em elementos para fundamentar os relatórios que deverão ser encaminhado ao Poder Judiciário mensalmente,

além de demais instituições em que o adolescente será encaminhado, quando necessário ou solicitado.

Poderão ser utilizados vídeos que retratam diversos assuntos da vivência destas famílias. Serão ofertadas oficinas voltadas ao adolescente e seus familiares para que haja oportunidade de vivenciarem as experiências dos adolescentes.

Os pais ou responsáveis também terão a oportunidade de participarem de palestras proferidas por profissionais ou leigos que trará suas experiências no campo profissional e pessoal com a finalidade de melhorar o relacionamento familiar e o entendimento dos problemas existentes em todas as famílias. Os conceitos e referências utilizados estão pautados no Estatuto da Criança e o Adolescente, bem como as Convenções de Direitos Humanos.

O encerramento da medida socioeducativa será efetivado após o relatório conclusivo direcionando para o término, entretanto, o serviço poderá prestar acompanhamento até seis meses após, se for o caso, bem como encaminhamento para a rede de serviços socioassistenciais e intersetoriais, quando houver necessidade.

DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO.

Dados Demográficos:

De acordo com o DATASUS/IBGE de 2009 o município tem uma estimativa populacional de 31.053 habitantes, com perspectiva de desaceleração de crescimento populacional na faixa de 0 a 14 anos, mantendo-se inalteradas na faixa de 15 a 59 anos e na faixa de 60 e mais. Apesar da grande extensão territorial, possui um quarto da população compostas por jovens e adolescentes residindo estes em casas populares.

Dados Sócio-Econômicos

A economia do Município baseia-se nas atividades rurais: avicultura, extração mineral e agricultura.

Devido a grande extensão territorial e a pequena quantidade de indústrias, Descalvado possui grande número de trabalhadores autônomos (mecânicos, pedreiros, comerciantes) lavradores, em menor número, operários, onde podemos concluir que o município caracteriza-se predominantemente pela classe média.

Na estimativa populacional foram identificadas 10% de pessoas consideradas pobres, por estar recebendo menos de meio salário mínimo per capita, remetendo a um foco específico equivalente a 3,6% abaixo da linha da pobreza, localizada na zona rural do município, nas proximidades da zona urbana.

Diagnóstico da realidade territorial: adolescentes e suas famílias.

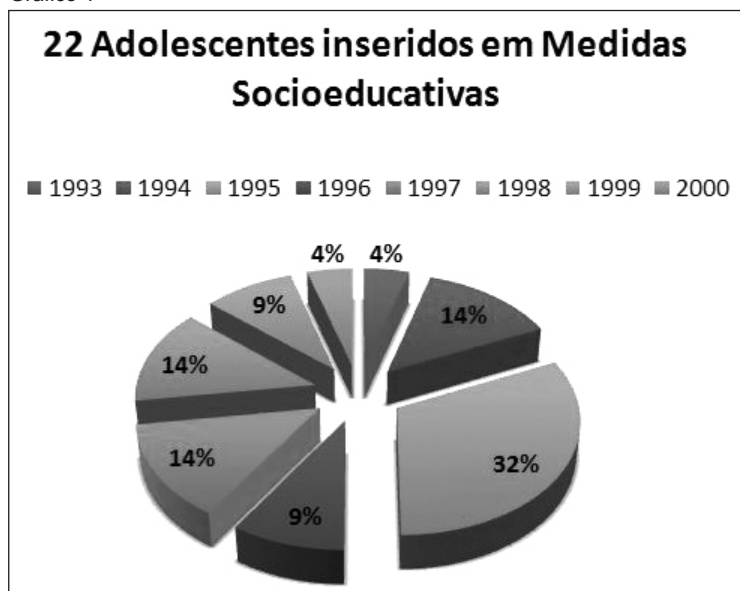
A Prefeitura Municipal realiza um acompanhamento de adolescentes inseridos nas medidas socioeducativas de LA (Liberdade Assistida) e PSC (Prestação de Serviço Comunitário) desde o ano de 2004. No ano de 2014, Foi realizado um levantamento dos últimos 24 meses, segue os seguintes dados:

Foram avaliados 22 prontuários de acompanhamento do cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto. Desses 100% são do sexo masculino.

No quadro 1, observa-se que a faixa etária dos adolescentes que passaram por acompanhamento, inicia-se o cumprimento de medida socioeducativa, em média, aos 14 anos de idade, tendo como menor porcentagem, e crescentemente chegando à maior porcentagem a faixa etária de 19 anos. A faixa etária mais significativa da população atendida compreende jovens do sexo masculino e com idade entre 15 a 17 anos.

Uma questão muito importante a ser observada é que os atos infracionais ocorreram há meses, ou anos atrás, até a decisão judicial da medida socioeducativa. Caracterizando a morosidade do sistema judiciário do país e reforçando a visão distorcida da sociedade da falta de impunidade. No entanto, a garantia do devido processo legal, expresso no ECA, garante o direito do adolescente que comete ato infracional ter garantido seus direitos descrito na forma da lei.

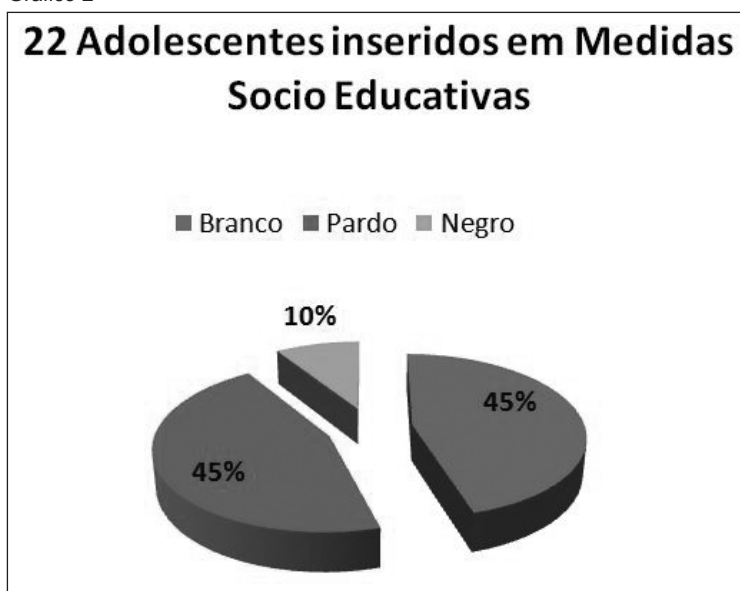
Gráfico 1



Fonte: Prontuários de atendimentos

Desses adolescentes a cor da pele foi levantada. Os dados demonstram que no município de Descalvado a realidade encontrada é que 45% são brancos, sendo a mesma porcentagem de pardos e 10% negros. Contrapondo a outras realidades em que se destaca a maior porcentagem de adolescentes negros envolvidos em atos infracionais.

Gráfico 2



Fonte: Prontuários de atendimentos

Quando abordamos a composição familiar desses adolescentes, para começar a compreendê-los em sua singularidade e no meio social, identificamos diversas composições familiares. Entendendo que as famílias compostas pela presença do pai e da mãe, a chamada família nuclear é uma das menores porcentagens, 9%, identificadas ao longo do acompanhamento.

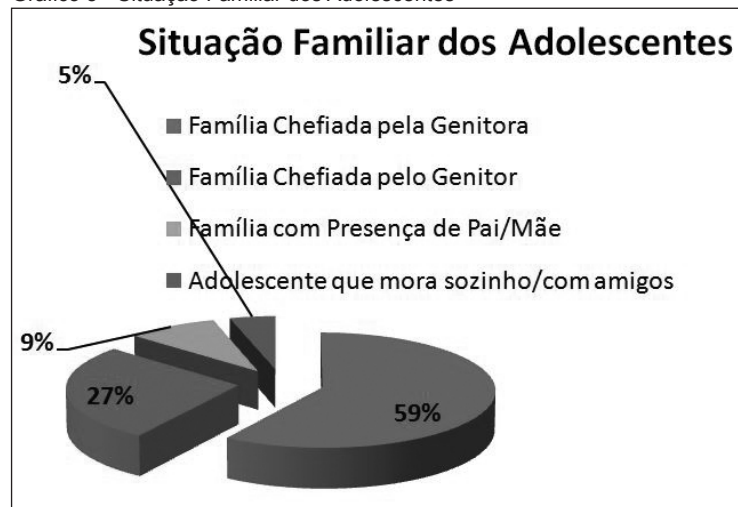
Entretanto, é notório o número de famílias chefiadas pela figura feminina, 59%, reafirmando as mudanças históricas das estruturas familia-

res nos dias atuais.

Os genitores também são identificados como únicos responsáveis no núcleo familiar, 29%. Nas duas últimas composições citadas, nota-se que esses genitores se desdobram em compromissos doméstico e laboral.

Adolescentes com independência, que mora sozinho/ com amigo estiveram em acompanhamento. Avalia-se que esses tiveram momentos de vulnerabilidade que os levaram a cometer ato infracional, mas que saíram dessa situação ao ponto de, por algum motivo, sair do núcleo familiar para conquistar sua autonomia, ou por não possuir alternativa.

Gráfico 3 - Situação Familiar dos Adolescentes



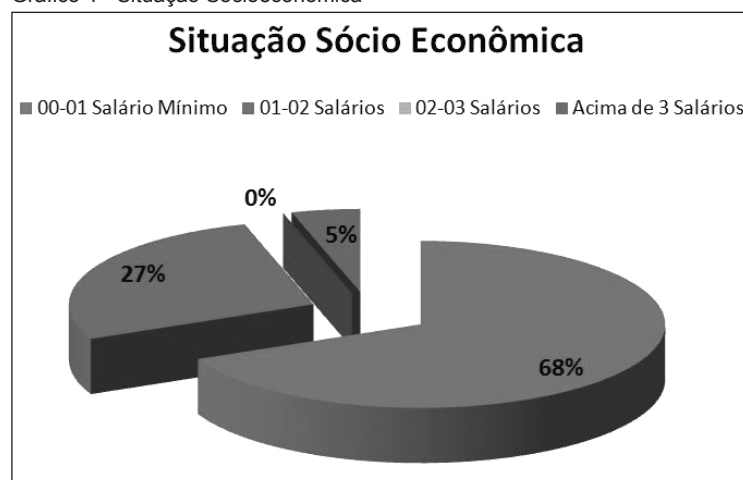
Fonte: Prontuários de atendimentos

O quadro 4 mostra o número de adolescentes por faixa de renda familiar, podemos perceber que a grande maioria das famílias têm renda familiar entre nenhum rendimento e até 2 salários mínimos. Esses dados nos fazem refletir sobre a carência financeira dessas famílias e seus adolescentes, inseridas num contexto do capitalismo e consumo exacerbado dos dias atuais.

A questão socioeconômica dessas famílias às caracterizam com o perfil para serem beneficiadas por benefícios de transferência de renda do governo estadual e nacional, como é exposto no quadro 5.

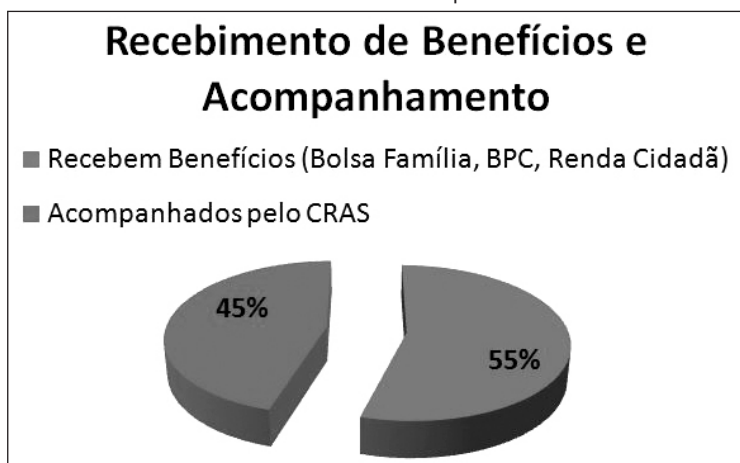
Consequentemente, essas famílias são acompanhadas pela equipe de referência do Centro de referência da Assistência Social-CRAS, por meio do Programa de Acompanhamento integral a família- PAIF. Nota-se que a porcentagem das famílias que recebem benefícios, 55%, não é proporcional ao que são acompanhadas pelo PAIF. As famílias e adolescentes, dependendo de suas demandas são inseridas em serviços da rede sociassistencial e intersetorial.

Gráfico 4 - Situação Socioeconômica



Fonte: Prontuários de atendimentos

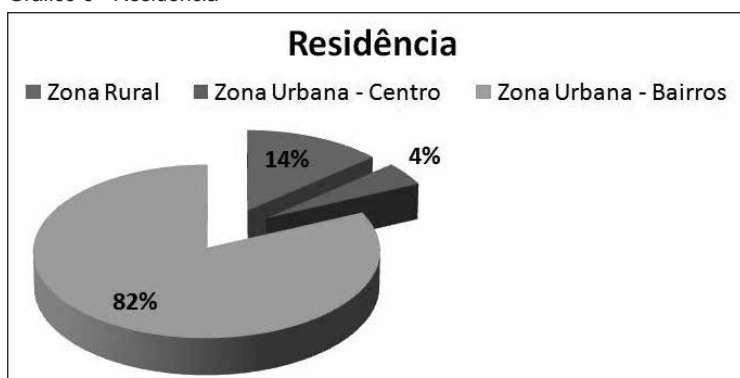
Gráfico 5 - Recebimento de Benefícios e Acompanhamento



Fonte: Prontuários de atendimentos

Nos territórios do município, observa-se a questão habitacional e os dados do quadro 6 revelam que 82% residem em bairros de conjuntos habitacionais e distantes da região central. Seguindo dessa porcentagem, outro dado relevante é a de famílias que residem na zona rural, 14%.

Gráfico 6 - Residência



Fonte: Prontuários de atendimentos

No que tange os dados referente à escolaridade dos adolescentes, o quadro 7 revela o grau de instrução dos adolescentes, observa-se a paridade dos que estão fora do sistema de ensino escolar, aos que estão matriculados no ensino fundamental matriculados, porém não frequentam. Demonstrando o baixo rendimento escolar e a dificuldade de adesão por parte desses.

Vale ressaltar que a situação socioeconômica e os bairros mais distantes da região central não são causadores diretamente da violência, mas sim, os problemas que já se encontram na formação social. O que pode gerar uma sociedade desigual e visivelmente estigmatizados pela sociedade.

Gráfico 7 - Escolaridade



Fonte: Prontuários de atendimentos

Envolvimento de adolescentes com substâncias psicoativas/ drogas:

Uso: 19 adolescentes

Venda: 20 adolescentes

Quanto ao envolvimento com substâncias psicoativas, seja na venda ou no uso, observa-se que os a população atendida está envolvida fazendo uso de no tráfico.

Adolescentes com Vínculo trabalhista: 02

Sobre os adolescentes inseridos em atividade laboral, os dados do município indicam que população atendida tem dificuldade inserir-se no mundo do trabalho. Essa situação pode ser justificada pela falta de ofertas de oportunidades de trabalho, despreparo dos mesmos para colocação no mercado de trabalho, além da falta de interesse desses jovens. Entretanto, alguns jovens em atendimento, relataram início de realização de “bicos”- trabalhos temporários, que na maioria dos casos pautavam-se em: auxiliar de pedreiro; catador de frango, safra de laranja e cana, que duravam em média semanas, sinalizando que esses jovens também se colocam à margem nessa questão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente regula detalhadamente o acesso à atividade laborativa aos jovens com idade abaixo dos 18 anos e veda o trabalho de qualquer adolescente menor de 16 anos de idade, ressaltando-se na condição de aprendiz, permitido a partir dos 14 anos de idade.

Diante das legislações, os programas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, quando do encaminhamento do adolescente para o mercado de trabalho deve, obrigatoriamente, observar tais disposições e cumpri-las.

Características dos atos infracionais:

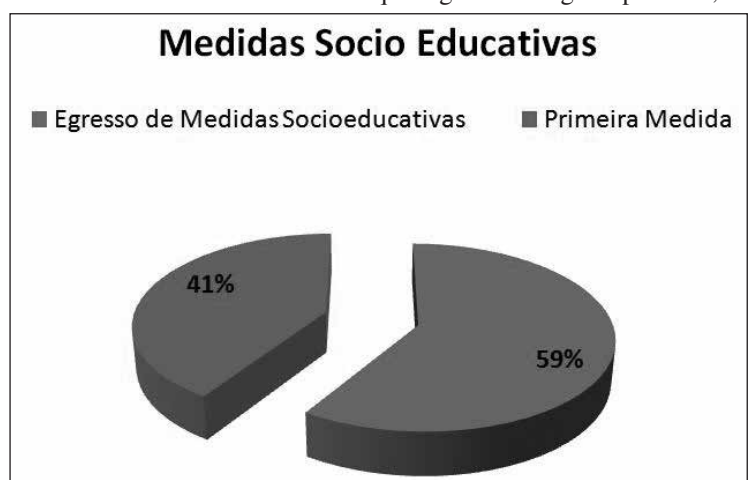
As características dos atos infracionais serão referentes apenas aos processos que o serviço de atendimento das medidas socioeducativas- LA e PSC- que tiveram acompanhamento.

O motivo da aplicação das medidas socioeducativas de LA (Liberdade Assistida) e PSC (Prestação de Serviço Comunitário) que foram encaminhados para acompanhamentos, são: pela infração de furto, porte de entorpecente, tentativa de homicídio, lesões corporais, danos, corrupção de menores, tráfico, formação de quadrilha e roubo. As infrações mais aplicadas: tráfico e furto. Já as menos aplicadas é: tentativa de homicídio.

Há uma predominância da inserção de jovens na medida de Liberdade Assistida, sendo sua maioria do sexo masculino entre a faixa etária de 15 a 18 anos.

No levantamento, foi identificado que dos 22 adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas, tivemos : 21 medida de LA, 06 medida de PSC e 06 Cumulativas LA e PSC ao mesmo tempo.

Esses dados revelaram o que o gráfico a seguir apresenta;



Fonte: Prontuários de atendimentos

Maior porcentagem (59%) referem-se à medidas aplicadas, a adolescente que estão iniciando sua primeira medida.

Observa-se a relevância da porcentagem de adolescentes egressos de medidas socioeducativas, dentre elas a medida de internação em unidades da Fundação Casa.

Pelos atendimentos e observações realizadas durante a aplicação das medidas, todos os atos infracionais cometidos tinham a questão das drogas como causa ou pano de fundo.

Diante dos dados apresentados, a confirmação de que o contexto social de pobreza e exclusão, embora menos grave no município do que em outros contextos, pode resultar em condições de vinculação de adolescentes ao sistema da criminalidade, logo, terão dificuldade de afastar-se sem a oferta da proteção social. Além de frágil condição de renda das famílias, esses jovens também são privados de cuidados, apoio, o que contribui para o baixo rendimento escolar e a exclusão social. Sem oportunidades sociais e sem condições de exercer sua cidadania plena, o adolescente tem frustradas suas expectativas de futuro, arriscando-se em busca da intensidade da vida no presente.

Vale ressaltar, ainda, que os atos infracionais cometidos por adolescentes não caracteriza exclusividade desta época ou lugar, sendo mesmo meio de afirmação de identidade dos adolescentes, não significando, isoladamente, algum indicativo de vida criminosa no futuro, desde que o contexto social e familiar em que vive possa promover sua socialização e favorecer meios para seu ingresso na vida adulta em condições de proteção, como está previsto em termos legais.

Caracterização da rede social

As ações e projetos desenvolvidos Pela Secretaria de Assistência Social no Município são, em sua maioria, implementações das Políticas Públicas estabelecidas nos âmbitos Federal e Estadual, como por exemplo: Bolsa Família, Projeto Ação Jovem, Programa Saúde do Adolescente.

Incorporam à rede de atendimento as entidades socioassistenciais sem fins lucrativos, que atendem sobretudo crianças carentes.

A seguir são descritas algumas dessas instituições e clientela prevista, e a oferta de atendimento da redesocioassistencial e interseccional:

Rede de Proteção Social Privada da Área de Assistência e Desenvolvimento Social		
Nome da Unidade Executora	Público Alvo	Observação
DAREVI-Descalvado Ajudando na Recuperação da Vida	- Jovens e Adultos de 25 a 59 anos	Casa de Recuperação de Dependência Química
Grupo de Fraternidade "Pai Jacob"	- Crianças de 0 a 6 anos - Crianças e Adolescentes de 7 a 14 anos - Adolescentes de 15 a 17 anos	
Lar Escola Imaculada Conceição	- Crianças de 0 a 6 anos - Crianças e Adolescentes de 7 a 14 anos - Adolescentes de 15 a 17 anos	
União Descalvado de Obras Sociais – Unidos	- Crianças de 0 a 6 anos - Crianças e Adolescentes de 7 a 14 anos	
Rede de Atenção à Saúde da Criança		
Imunização	- Conforme cronograma do Ministério da Saúde	
SISVAN (Sistema de Vigilância de Alimentação Nutrição)	- Crianças de 0 a 6 anos	
Saúde do Escolar	- Crianças e Adolescentes de 7 a 17 anos	Conforme programação

NAICA (Núcleo de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente)	- Crianças e Adolescentes de 8 a 20 anos	Oficinas: atividades manuais, dança, origami, terapia ocupacional, teatro, macramê, oficina artística, hora de criar, crochê, tricô, oficina de artesanato, passeio cultural, atendimento psicológico entre outros.
Projeto ANDAR	- De 12 a 21 anos	Adolescentes atendidos em medidas sócias educativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço Comunitária.
Saúde Bucal	- De 0 a 15 anos	Após a avaliação inicial, os procedimentos são realizados conforme demanda. Também são realizadas ações preventivas.
PSF (Programa Saúde da Família)		Atenção básica
Projeto Acolher	- De 7 a 13 anos	Crianças que necessitam de atendimento diferenciado, como: atendimentos psicológicos e oficinas permanecendo em período contrário da escola.
Educação		
Projeto Criança	- De 7 a 15 anos	Modalidades de atividades oferecidas: atletismo, futebol, futsal, tênis, tênis de mesa, ginástica artística, jazz, basquetebol, voleibol, handebol, natação e iniciação desportiva.

CARACTERIZAÇÃO DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

1 Programas em desenvolvimento:

Programa	Número mensal de beneficiários	Observação
Ação Jovem	45	Contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional; e de lazer e a valorização das experiências vividas, constituindo formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social, incluindo vivências que valorizem suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir.
Projeto CONVIVER	63	Complementar as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, através de convívio social, possibilitando a ampliação do universo informacional, artístico, esportivo e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadão.
Bolsa Família (incluindo bolsa alimentação e bolsa escola)	541	

Levantamento das dificuldades:

No que tange às ações desenvolvidas pelo programa de execução das medidas de meio aberto no Município, foi possível identificar as dificuldades de concretização da situação do adolescente autor de ato infracional no cumprimento da medida socioeducativa e da qualidade dos serviços a faixa etária oferecidos na rede de atendimento. As seguintes dificuldades encontradas na execução das medidas de PSC e LA, de acordo com cada direito fundamental a ser garantido.

Sistema de Justiça e Segurança: Falta de equipe multiprofissional; Morosidade para o encaminhamento dos processos;

Unidades de Atendimento Inicial e Integrado: Fragilidade na articulação e insuficiência da atuação integrada da rede de atendimento socioeducativo; Falta de equipe multiprofissional; Ausência de um fluxo estabelecido do atendimento socioeducativo; Fragilidade da integração da rede SGD;

Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto: Fragilidade na oferta de serviços de prevenção e proteção; Falta de integração com programas destinados ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional; Dificuldade no estabelecimento de parcerias para aplicação de medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade; Inexistência de práticas restaurativas que incluam a comunidade nesse processo, e atendam as necessidades das vítimas (Lei 12.594, art.35II); falta de qualificação dos profissionais da rede para implantação da política;

Atendimento Socioeducativo em Meio Fechado: Falta de articulação sistemática no processo de internação e desinternação do adolescente para o recebimento do mesmo no município;

Recursos Humanos: Insuficiência de profissionais no sistema socioeducativo, segundo as diretrizes do SINASE; Falta de gestão no Sistema Socioeducativo do município; Carência de qualificação e capacitação continuada; Ausência de equipe interprofissional no sistema socioeducativo;

Sistema de Informações: Ausência de sistema de registro socioeducativo municipal; Dificuldade na alimentação do sistema de registro da Fundação Casa;

Em relação ao trabalho com as famílias na execução das medidas, observa-se que na rede de serviços intersectorial e socioassistencial demandam de maior integração para que o suporte no acompanhamento familiar seja efetivo, principalmente nas áreas de habitação, profissionalização e defensoria jurídica. Ainda, como dificuldade enfrentada na execução das medidas socioeducativas em meio aberto, está a falta de espaço físico adequado, conforme preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE; a distância de período entre a data que ocorreu o ato infracional e a execução da medida, assim como, a ausência de programas para suporte ao adolescente, são algumas das situações que dificultam o trabalho em rede, necessário para a garantia dos direitos fundamentais dos adolescentes autores de ato infracional.

GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL: Instâncias de Controle e órgãos de Fiscalização.

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente do município de Descalvado- COMUCRA;

- Administração Municipal;
- Legislativo Municipal;
- Conselho Tutelar;
- Sistema de Justiça;
- Organização da Sociedade Civil.

Princípios:

1 - Aos adolescentes inseridos na medida, serão garantidos a efetivação das disposições contidas na legislação vigente referente à infância e adolescência, assegurando a preservação dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, ECA e documentos internacionais;

2 - Busca-se a intensificação da efetivação dos direitos fundamentais dos adolescentes e suas famílias, visando propiciar através de uma proposta pedagógica/educativa, as condições necessárias à reconstrução do projeto de vida e de inclusão social desses adolescentes, fortalecendo através de um plano individual de atendimento o processo de construção da cidadania;

OBJETIVOS:

Tendo como referência os objetivos contidos na normativa SINASE. Segue os objetivos elencados para o município;

a) Identificar os conflitos existentes, planejando de forma individualizada, com a participação do adolescente, atendimentos individuais e/ou em grupo, propondo um PIA que vise à autonomia e a melhoria na qualidade de vida.

b) Planejar e desenvolver propostas de atividades com caráter educativo, focados na preservação da dignidade, integridade e autonomia do adolescente.

c) Prestar atendimentos individuais e grupais aos adolescentes e seus familiares.

d) Proporcionar orientação, acolhimento e possível encaminhamento para tratamento aos adolescentes dependentes de substâncias químicas (lícitas ou não).

e) Realizar visitas domiciliares periódicas aos adolescentes e suas famílias.

f) Articular a rede de atendimento público, Organizações Não-Governamentais, iniciativa privada, sensibilizando-as da necessidade da participação e responsabilidade social.

g) Articular e criar mecanismos que possam possibilitar ao adolescente a reflexão sobre o ato infracional, as razões que levaram a seu cometimento, e incentivar a busca de alternativas para transpor a realidade apresentada no momento da infração, possibilitando uma mudança de atitude.

h) Estimular o adolescente e sua família na tomada de consciência de seus direitos e deveres, bem como de seu papel na sociedade.

i) Promover e/ou encaminhar os jovens a atividades esportivas, culturais e de lazer utilizando a rede particular ou pública. Viabilizar, quando for o caso, a inserção dos jovens em atividades de educação para o trabalho e cursos profissionalizantes.

j) Orientar e auxiliar os adolescentes na retirada e/ou preservação de documentação necessária a sua identificação, inserção no mercado de trabalho, acesso a equipamentos públicos e outros.

k) Garantir o acesso à educação, bem como efetivá-lo com um direito no sistema de ensino até o ensino médio.

l) Incentivar o ingresso dos adolescentes no ensino técnico profissionalizante no sistema “S”;

m) Garantir a participação dos adolescentes em

atividades lúdicas, de cunho artístico e cultural, a fim de possibilitar interesses e aquisição de habilidades, de forma a valorizar suas possibilidades, estimulando o processo criativo, o senso crítico e a percepção. Essa estratégia visa, também, contribuir para a construção e o fortalecimento de sua identidade.

n) Incentivar a inserção dos adolescentes em grupos e projetos do município, bem como o exercício de reivindicação de novos espaços, estimulando dessa forma, a efetivação da cidadania;

o) Garantir o acesso do adolescente ao sistema de justiça, principalmente a defensoria pública/OAB;

p) Garantir o direito de ser ouvido a qualquer momento do processo;

METAS:

a) Garantir o encaminhamento a 100% da população atendida dos adolescentes na rede de ensino;

b) Realizar 100% de visitas domiciliares a famílias atendidas, minimamente uma no início da medida e outra no encerramento e ou de acordo com as necessidades específicas;

c) Construir com 100% dos adolescentes o Plano Individual de Atendimento, envolvendo a participação dos pais ou responsável;

d) O processo de avaliação do atendimento levará em conta os aspectos quantitativos das intervenções técnico-administrativas;

e) O acompanhamento das medidas se dará em 3 etapas: interpretação de medida e PIA, acompanhamento e encerramento;

f) Garantir que todos os adolescentes atendidos, ao final da medida estejam de posse dos possíveis e pertinentes documentos pessoais referente à sua idade;

g) Garantir o encaminhamento dos adolescentes que necessitam de tratamento referente à saúde e/ou uso de drogas;

h) Garantir o encaminhamento dos adolescentes em cursos e atividades de iniciação profissional a partir das necessidades apontadas no PIA (Plano Individual de Atendimento);

i) Ampliar o repertório cultural e social do adolescente, através de visitas culturais, passeios, eventos, entre outros;

j) Possibilitar inserção do jovem no mercado de trabalho;

k) Encaminhar sistematicamente ao Poder Judiciário Relatórios de Interpretação de Medida, Relatório Inicial, Relatório de Acompanhamento e Relatório de Encerramento;

l) Mensalmente será elaborado Demonstrativo do Trabalho Desenvolvido pelo Programa;

m) Oferecer atendimento individual semanal a 100% dos adolescentes e envolver a participação dos pais ou responsáveis, quando necessário;

n) Oferecer atendimento grupal (quinzenal) aos adolescentes, a fim de propiciar discussões e vivências de diversos temas;

o) Oferecer atendimento mensal às famílias através de dinâmicas grupais;

p) Manter contato sistematizado com a rede socioassistencial;

q) Através de atendimento, propiciar meios para que o adolescente desenvolva sua capacidade de reflexão sobre suas vivências, dificuldades, objetivos, sua ação na sociedade, tendo por

base princípios de cidadania.

Monitoramento

Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-COMUCRA estar atento ao monitoramento das ações desenvolvidas. Como também da comissão intergestora de acompanhamento do referido plano o monitoramento. São atribuições da comissão e COMUCRA: • Divulgar a política no município; • Fiscalizar os locais de atendimento, conforme previsto na lei de criação do COMUCRA; • Realizar audiência pública com o objetivo de tratar da municipalização do atendimento socioeducativo.

O monitoramento é um processo de que deverá ser contínuo e sua periodicidade ao final de cada período(3 anos), tendo como objetivo avaliar e corrigir o plano implantado.

O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do município de Descalvado foi construído respeitando-se as diretrizes da descentralização político-administrativa e do co-financiamento para assegurar recursos e ações para a sua implementação. A atribuição desta missão, também ficará a cargo da Comissão Intergestora Municipal de Atendimento Socioeducativo, composta por diversos representantes, que irá acompanhar a implantação e execução das ações previstas, além de criar mecanismos necessários ao acompanhamento e avaliação dos procedimentos para sua implementação.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUCRA), enquanto instância deliberativa do Plano deverá enviar esforços no controle social e convocar gestores e demais atores sociais elencados para comprometê-los no enfrentamento das violações de direitos, principalmente no sentido de garantir o orçamento necessário a sua operacionalização.

Avaliação:

A comissão, em parceria com representantes de órgãos públicos utilizará ferramentas de avaliação, assim como indicadores que sinalizem a eficiência, eficácia e efetividade pertinentes ao objeto em questão, considerando não só as metas quantitativas, como também observando os resultados qualitativos.

Deverão ser aplicados métodos de avaliação de resultados e de processo, sempre que possível subsidiado pelas informações obtidas nos procedimentos de monitoramento, tanto para que os resultados e o impacto ilustrem o êxito ou não das ações, como também para que estas sejam revisadas mais amígdia numa tentativa de assegurar que os adolescentes e suas famílias sejam assistidos através de um serviço de qualidade.

Respeitando a função do COMUCRA no Sistema de Garantia de Direitos, fica evidente que o mencionado órgão acompanhará e coordenará também estes processos de:

• Orçamento - a garantia de orçamento para a política de implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é primordial para que ela possa ser implementada e para que tenha continuidade. Sendo assim, o acompanhamento da elaboração, aprovação e execução das peças orçamentárias do município devem incluir as ações previstas no Planejamento Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei de Orçamento Anual - LOA no intuito garantir a previsão de orçamento para alcançar os objetivos pretendidos.

O Fundo para Atendimento aos Direitos da Infância e da Adolescência – FMDCA poderá financiar ações inovadoras ou ações extraordinárias quando for identificado como necessário, conforme diagnóstico que assim aponte.

PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

EIXO 1 - GESTÃO DE SINASE

OBJETIVO	META	PERÍODO			RESPONSÁVEIS
		1º	2º	3º	
1. Estabelecer as formas de cofinanciamento	1. Implementar o SIMASE garantindo as formas de cofinanciamento para efetivação das ações, bem como formas adequadas para sua utilização;	x			COMUCRA, SADS, SGD
	2. Garantir o cofinanciamento perante as leis Orçamentárias do município;	x			SADS, COMUCRA E COMISSÃO INTERGESTORA
	3. Solicitar recurso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente para custeio de ações específicas de prevenção aos adolescentes que cometem atos infracionais;	x			SADS, COMISSÃO INTERGESTORA
2. Implantação e implementação de sistemas e procedimentos	4. Estabelecer protocolos de atendimentos internos do serviço de atendimento socioeducativo;	x			SADS
	5. Estabelecer em parceria com demais órgãos do sistema de garantia de direitos o fluxo de atendimento intersetorial em que os adolescentes possam transitar;	x			SADS, SGD E COMUCRA
	6. Criar protocolos de atendimento aos adolescentes que cometeram ato infracional, mas que não estão em cumprimento de medida socioeducativa;	x	x		CORPORAÇÃO POLICIAL, CONSELHO TUTELAR E SADS
	7. Implantar o sistema de informação do atendimento socioeducativo no município- SIPIA/SNASE;	x	x		SADS, CONSELHO TUTELAR, COMUCRA
	8. Efetuar o diagnóstico acerca dos principais causas da prática infracional;	x			COMISSÃO INTERGESTORA, SADS E COMUCRA
	9. Implantação do projeto "Pai Presente" pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça;	x			TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SGD

2 - QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

OBJETIVO	META	PERÍODO			RESPONSÁVEIS
		1º	2º	3º	
1. Implementação de cursos profissionalizantes destinados aos adolescentes e seus familiares	10. Criar parcerias com Universidades, Faculdades, empresas públicas e privadas para a oferta desses cursos profissionalizantes;	x	x	x	PREFEITURA COMUCRA, SADS
	11. Promover parceria com o curso de Direito do município para prestação de assessoria jurídica aos adolescentes infratores e seus familiares;	x	x	x	PREFEITURA, COMUCRA, SADS
	12. Capacitar todos os profissionais envolvidos com o sistema socioeducativo no município;	x	x	x	SADS, COMUCRA
2. Qualificação de atendimento socioeducativo: dos profissionais do SIMASE	13. Ampliar a equipe de atendimento socioeducativo para a qualidade das ações com o público alvo;	x			SADS
	14. Garantir que se tenha um orientador de medidas socioeducativas com formação de nível superior com perfil. Com resolução nº 17 do CNAS	x			SADS
	15. Garantir a exclusividade do orientador com carga horária de 40hrs para a função estabelecida, para um grupo de atendimento/ acompanhamento de no máximo 20 adolescentes.				SADS
	16. Criar uma política de educação permanente aos profissionais da equipe do sistema socioeducativo;	x	x		SADS, COMUCRA, COMISSÃO.
	17. Implantar o Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS no município para atendimento de adolescentes em cumprimento de LA e PSC, bem como para outros serviços que são desenvolvidos neste espaço;	x			SADS
	18. Oferecer um espaço acolhedor e adequado que garanta o sigilo das informações colhidas;	x			SADS, COMUCRA
	19. Oferecer um espaço físico humanizado que contemple o que preconiza os Parâmetros arquitetônicos. Segundo as orientações do guia do MDS;	x			SADS
3. Estruturação do Espaço Físico	20. Garantir acessibilidade ao espaço físico que atenda o público socioeducativo;	x			SADS
	21. Garantir o atendimento inicial aos adolescentes no ato da apreensão com profissionais da área especializada (social e jurídico);	x			COMUCRA, COMISSÃO, SADS
	22. Garantir que todos os adolescentes encaminhados pelo poder judiciário tenham atendimento inicial de acompanhamento de medida socioeducativa o mais breve possível;	x			PODER JUDICIÁRIO E SADS
	23. Assegurar que todos os adolescentes tenham seu Plano Individual de Atendimento - PIA elaborado com sua inteira participação, bem como dos familiares ou responsáveis, respeitando suas habilidades e interesses;	x			SADS
	24. Garantir que todos os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas sejam atendidos em suas demandas de saúde, de preferência o acompanhamento sistemático pelo Programa Saúde da Família;	x			SADS, SEC. SAÚDE
	25. Implantar uma linha de cuidado a saúde sexual e reprodutiva aos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo;	x	x		SEC. SAÚDE

	26. Garantir métodos contraceptivos aos adolescentes que manifestarem interesse do sistema socioeducativo;	x			SEC. SAÚDE
	27. Incentivar ações integradas das políticas públicas sobre a prevenção das situações de violência;	x	x	x	COMUCRA, SGD, SADS, COMISSÃO INTERGESTORA
	28. Criar ações específicas entre as políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental dos adolescentes que pratiquem atos infracionais, especialmente para aqueles que estejam em cumprimento de medida de LA E PSC;	x	x		COMUCRA, SEC, SAÚDE SGD, SADS, COMISSÃO INTERGESTORA
	29. Garantir atendimento e acompanhamento especializado a demanda de saúde mental dos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo que fazem uso de substância psicoativas/drogas;	x			SEC. SAÚDE E SADS
	30. Promover a integração dos atores da rede de proteção social, com as famílias e responsáveis dos adolescentes no sistema socioeducativo, para colaborar com os mesmos na educação dos adolescentes infratores;	x	x		SADS, COMUCRA, SDS
	31. Ampliar as informações sobre os direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com o objetivo prevenir situações de violação de direitos;	x			SADS, SGD, COMUCRA
	32. Garantir o encaminhamento dos adolescentes ao mercado formal de trabalho.	x	x		SADS
	33. Ofertar educação profissional e tecnológica aos adolescentes do sistema socioeducativo, respeitando a legislação pertinente;	x			SADS, Sec. de Educação e COMUCRA
	34. Criar um projeto, em parcerias com empresas e sociedade civil de atendimento ao adolescente no sistema socioeducativo que viabilize seu ingresso no mercado de trabalho;	x			SADS, SGD e COMUCRA
	35. Promover a divulgação de incentivar metodologias de práticas restaurativas;	x	x	x	SGD, SADS, COMUCRA
	36. Orientar e sensibilizar órgãos públicos, instituições filantrópicas e organizações não governamentais para receberem a prestação de serviços de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de PSC;	x			SADS, COMISSÃO INTERGESTORA E COMUCRA
	37. Assegurar que os adolescentes e suas famílias possam ter acesso aos programas e projetos culturais do município;	x			COMUCRA E SGD
	38. Estimular a participação de todos os adolescentes autores de atos infracionais em práticas esportivas;	x			SEC. ESPORTE, SADS, COMUCRA
	39. Garantir que os adolescentes inseridos no sistema socioeducativo possam ter acesso às atividades esportivas;	x			SEC. ESPORTE, SADS E COMUCRA
	40. Promoção do exercício da cidadania com a expedição de documentos pessoais (Carteira de trabalho, carteira de identidade, título de eleitor, cadastro pessoa física – CPF, certificado de reservista);	x			SADS

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA DA/OS ADOLESCENTES

OBJETIVO	META	PERÍODO			RESPONSÁVEIS
		1º	2º	3º	
Garantir a participação e autonomia dos adolescentes	41. Proporcionar espaços de discussão e avaliação dos serviços ofertados aos adolescentes em cumprimento de MSE;	x			SADS
	42. Estimular a participação dos adolescentes infratores em conferências da Criança e Adolescente;	x			SADS, COMUCRA, SGD
	43. Incentivar que os adolescentes possam ser participantes de espaços constituídos de controle social de políticas públicas que os mesmos acessam;	x	x		COMUCRA, SADS E SGD
	44. Emponderar os adolescentes de seus direitos constitucionais e expressos, especialmente, na Lei 12.594/ 2012, para que consigam visualizar direitos que lhe são desconhecidos referente à normatização de todo o processo que envolve o adolescente infrator;	x			SADS E COMUCRA
	45. Estimular os adolescentes em medidas socioeducativas a visualizar a possibilidade da continuidade dos estudos seja de nível tecnológico ou superior;	x			SADS, COMUCRA E SGD

EIXO 4- FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

OBJETIVO	META	PERÍODO			RESPONSÁVEIS
		1º	2º	3º	
1. Levantar dados referentes as práticas de atos infracionais.	36. Realizar levantamento anual relativo a adolescentes submetidos ao processo judicial de apuração de ato infracional;	x			SADS, PODER JUDICIÁRIO, POLÍCIA CIVIL, MINISTÉRIO PÚBLICO E CONSELHO TUTELAR.
	37. Garantir atendimento humanizado das corporações civil e militar quando ocorre a apreensão de adolescentes autores de atos infracionais para lavratura de boletim de ocorrência;	x	x	x	PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.
	38. Estabelecer aproximação com o serviço de atendimento socioeducativo com o Poder Judiciário e Ministério Público;	x			COMISSÃO E SADS.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
 _Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069/90. Brasília:

lia: Senado Federal, 1990.

_Ministério da Previdência e Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MPAS, Secretaria de Estado da Assistência Social, 2004.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA. Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo – SINASE. Brasília: outubro de 2006.
 Pe. Agnaldo Soares Lima, SDB.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO
DECRETO Nº 4.203, DE
12 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de Novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, créditos adicionais suplementares às seguintes dotações:

020709	Divisão de Educação - FUNDEB			
020709.1236102391.041	Equip.Mat.Permanente/ Obras/Imóvel Fundeb40%			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	02	351	139.000,00
020703	Divisão de Educação - MDE - CRECHE			
020703.1236502192.040	Manut.Atividade - CRECHE			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	05	285	20.000,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	05	286	61.091,24
020901	Divisão de Assistência Social - FMAS			
020901.0824402872.504	Manutenção das Atividades - IGD SUAS			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	05	408	1.359,83
TOTAL				221.451,07

Art. 2º - Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo 1º correrão por conta do excesso de arrecadação do exercício 2014, nesta data, conforme créditos em conta corrente 0000066.478 no valor de R\$ 203.798,78, onde R\$ 196.502,87 corresponde ao valor das parcelas repassadas pelo FNDE referente Programa de Apoio às Creches – Brasil Carinhoso e R\$ 7.295,91 rendimentos do exercício, cujo valor utilizado neste decreto totaliza R\$ 81.091,24 e anulação das seguintes dotações:

020709	Divisão de Educação - FUNDEB			
020709.1236102391.041	Equip.Mat.Permanente/Obras/Imóvel Fundeb40%			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	02	352	139.000,00
020901	Divisão de Assistência Social - FMAS			
020901.0824402872.504	Manutenção das Atividades - IGD SUAS			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	05	409	1.359,83
TOTAL				140.359,83

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.725, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Aos 12 dias do mês de Novembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 12 de Novembro de 2014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO
DECRETO Nº 4.204, DE
12 DE NOVEMBRO DE 2014

**DECLARA DE UTILIDADE, INTERESSE E NECESSIDADE PÚBLICA E SOCIAL, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE GLEBAS URBANAS PERTENCENTES AO “GRUPO CIRELLI”, COMPREENDENDO M.A. CIRELLI EMPREEN-
DIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., JEFRA CIRELLI
EMPREEN-
DIMENTOS E PARTICIPAÇÕES; J.A. CIRELLI
EMPREEN-
DIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., ERNE-
STO CIRELLI, E ESPÓLIO DE MATHILDE DE FREITAS CI-
RELLI, OU SUCESSORES, NA FORMA QUE ESPECIFICA.**

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a alínea “e”, inc. I, do artigo 124 da Lei Orgânica deste Município; alínea “i” do artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e demais disposições legais aplicáveis à espécie; considerando o interesse público da Municipalidade de Descalvado na ampliação do parque fabril da empresa denominada “In Vivo Nutrição e Saúde Animal Ltda”, que gerará empregos e aumento na arrecadação tributária; considerando que o desenvolvimento econômico e social é de interesse do município, bem como de toda a sociedade, com a ampliação do setor de fabricação de produtos pela aludida empresa está em franca expansão; considerando a vantagem para a Administração Pública que resultará na ampliação da empresa, trazendo segurança e bem estar social, com o crescimento de empregos; considerando que o erário maximizará a arrecadação de tributos, ensejando o desenvolvimento urbano;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade, interesse e necessidade pública, pelo Município de Descalvado, para fins de desapropriação amigável ou judicial, as áreas de terras pertencentes “Grupo Cirelli”, compreendendo M.A. Cirelli Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 06.067.705/0001-02, estabelecida na cidade de Gurinhata, Minas Gerais, na Fazenda Barro Preto, zona rural; Jefran Cirelli Empreendimentos e Participações, inscrita no CNPJ sob nº 01.417.702/0001-38, estabelecida nesta cidade, na Avenida Bom Jesus, nº 711; J.A. Cirelli Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 67.592.477/0001-84, estabelecida nesta cidade, na Rua Bezerra Paes, nº 894 - Fundos; ERNESTO CIRELLI, brasileiro, viúvo, industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.884.911-SSP /SP, inscrito no CPF sob nº 140.910.898-87, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua XV de Novembro, nº 637; e ESPÓLIO DE MATHILDE DE FREITAS CIRELLI, representado por seu inventariante Ernesto Cirelli, anteriormente qualificado, assim descritas e caracterizadas:

I- Gleba “D 2” - Matrícula nº 11.087 - *Uma Gleba de Terras, localizada neste município e comarca de Descalvado - SP., designada GLEBA “D.2”, contendo a área de 2.942,75 metros quadrados, caracterizada dentro do seguinte perímetro e confrontações:*

Inicia-se no ponto de tangência da curva de raio 9,00 metros, situado na confluência da Área 02.2, Rua Luiz Mazzola - Remanescente da "Área 02" e a Gleba "D.1". Deste ponto, segue com uma distância de 12,12 metros, AC 90°00'00", em desenvolvimento de curva à direita, confrontando com a Gleba "D.1", atinge o outro ponto de tangência da curva. Daí, segue com um rumo de 67°44'28"NW e com uma distância de 213,90 metros, ainda confrontando com a Gleba "D.1", atinge o ponto situado na confluência com a linha divisória da Rua Bezerra Paes - Remanescente da Área 05.2 e a Área 05.2-1; daí, deflete à direita segue com um rumo de 22°15'32"NE e com uma distância de 5,00 metros, atinge o início de tangência da curva de raio 9,00 metros, situado na confluência da Área 05.2-1 e a Rua Luiz Mazzola - Remanescente da "Área 02", confrontando nessa extensão com a Área 05.2-1. Daí, segue desenvolvendo curva de raio 9,00 metros à direita com uma distância de 14,14 metros, confrontando com a Rua Luiz Mazzola - Remanescente da "Área 02", atinge o outro ponto de tangência da curva.; daí, segue com um rumo de 67°44'28"SE e com uma distância de 195,90 metros, ainda confrontando com a Rua Luiz Mazzola - Remanescente da "Área 02", atinge o início de tangência da curva; daí, segue pelo desenvolvimento da curva de raio 9,00 metros à direita com uma distância de 12,12 metros, AC 90°00'00", ainda confrontando com a Rua Luiz Mazzola - Remanescente da "Área 02", atinge o ponto inicial da referida poligonal divisória, fechando assim o perímetro e a área mencionada;

II - Gleba "09 F" - Matrícula nº 17.051 - Uma Gleba de Terras, localizada neste município e comarca de Descalvado - SP., designada GLEBA "09-F", contendo a área de 1.186,62 metros quadrados, caracterizada dentro do seguinte perímetro e confrontações: Inicia-se no ponto situado na confluência da Área 05.2-1 e o Trecho 01 do prolongamento da Rua Luiz Mazzola. Deste ponto, segue com um rumo de 22°15'32" SW e com uma distância de 5,00 metros, confrontando com a Área 05.2-1, atinge o ponto situado na confluência da Rua Bezerra Paes - Remanescente da Área 05.2 e a Gleba "09-H"; deste, deflete à direita em ângulo reto, segue com uma distância de 86,00 metros, confrontando com a Gleba "09-H", atinge o ponto situado na confluência com a Gleba "09-G"; daí, deflete à direita em ângulo reto, segue com uma distância de 14,00 metros, confrontando com a Gleba "09-G", atinge o ponto situado na confluência do Trecho 01 do prolongamento da Rua Luiz Mazzola e o Trecho 02 do prolongamento da Rua Luiz Mazzola; deste, deflete à direita em ângulo reto, segue com uma distância de 77,00 metros, confrontando com o Trecho 01 do prolongamento da Rua Luiz Mazzola, atinge o ponto situado no início de tangência de curva; daí, segue com uma distância de 14,14 metros em curva à direita de raio de 9,00 metros, AC 90°00'00", confrontando ainda com o Trecho 01 do prolongamento da Rua Luiz Mazzola, atinge o ponto de inicial da referida poligonal divisória, fechando assim o, perímetro e a área mencionada;

Art. 2º - Fica ainda delegada competência à Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis para obtenção da posse e domínio das áreas objeto desta declaração de utilidade pública, cujas glebas se destinarão a doação para a empresa denominada "In Vivo Nutrição e Saúde Animal Ltda".

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 12 dias do mês de novembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal em 12 de novembro de 2014.

Silvio Bellini

Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.205, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO PODER EXECUTIVO NO DIA 02 DE JANEIRO DE 2015

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais; considerando que a concessão de Ponto Facultativo é ato discricionário e que não afeta a prestação dos serviços urgentes, inadiáveis, portanto, sem prejuízo de continuidade da população ser atendida:

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado facultativo o Ponto dos Servidores Públicos deste Poder Executivo no dia 02 de Janeiro de 2015, sexta-feira, excetuando-se os serviços que por sua natureza requeiram funcionamento ininterrupto, turnos de revezamento, de urgência ou emergência e aqueles de prestação contínua.

Art. 2º - Competirá a cada Secretário Municipal:

I - elaborar o quadro de serviços e servidores que não poderão usufruir do benefício ante a peculiaridade dos serviços;

II - propiciar condições de trabalho aos servidores que não pretenderem aderir a facultatividade do ponto de que trata este Decreto;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 17 do mês de novembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal em 17 de novembro de 2014

SILVIO BELLINI

Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.206, DE
17 DE NOVEMBRO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de Novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, créditos adicionais suplementares às seguintes dotações:

020301	Div. Fisc. de Trans. Exec. Serviços Públicos			
020301.1545202282.019	Manut. Serviços – Limp. Pública			
33903900	Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica	188	01	650.000,00
020901	Divisão de Assistência Social – FMAS			
020901.0824402092.027	Manut. Atividade – FMAS – Rec. Próprio			
33903900	Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica	387	01	2.100,00
TOTAL				652.100,00

Art. 2º - Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo 1º correrão por conta da anulação das seguintes dotações:

021002	Divisão de Turismo			
021002.1339202242.050	Manut. Atividade – Turismo			
33903900	Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica	427	01	439.000,00
020302	Div. Sup. Proj. Obras Públicas			
020302.1545102251.015	Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel-Serv. Obras			
44905200	Equipamentos e Material Permanente	203	01	211.000,00
020901	Divisão de Assistência Social – FMAS			
020901.0824402092.027	Manut. Ativ. – FMAS – Rec. Próprio			
33903300	Passagens e despesas com locomoção	385	01	2.100,00
TOTAL				652.100,00

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.725, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Aos 17 dias do mês de Novembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 17 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.207, DE
19 DE NOVEMBRO DE 2.014

DISPÕE SOBRE O VALOR VENAL DE TERRAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito

do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais; considerando que é de responsabilidade do Município estabelecer o valor venal da terra nua; considerando a existência de convênio firmado entre a Municipalidade e a Receita Federal do Brasil;

DECRETA:

Art. 1º - O valor venal mínimo da terra nua das propriedades rurais deste Município de Descalvado, Estado de São Paulo, para fins de lançamento do Imposto Territorial Rural - ITR é de 880,26 UFESP's por hectare.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 19 dias do mês de novembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal em 19 de novembro de 2.014.

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.208, DE
19 DE NOVEMBRO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de Novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, créditos adicionais suplementares às seguintes dotações:

020501	Divisão de Finanças			
020501.0412302042.025	Manut. Atividade – Finanças			
3190110	Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	01	248	15.000,00
020301	Div. Fisc. de Trans. Exec. Serviços Públicos			
020301.1545102262.018	Manut. Serviços – Estradas			
31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	01	173	18.000,00
020301.1545202282.019	Manut. Dos Serviços – Limp. Pública			
31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	01	183	32.000,00
020403	Divisão de Controle e Gestão Ambiental			
020403.1854202612.087	Manut. Atividades – Controle e Gestão Ambiental			
31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	01	225	7.000,00
020709	Divisão de Educação – FUNDEB			
020709.1236102392.062	Manut. Ensino Fundamental – Fundeb 40%			
31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	02	355	48.000,00
021201	Procuradoria Geral do Município			
021201.0412502812.005	Manut. Ativ. – Procuradoria Geral			
31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	01	442	12.000,00
021501	Ass. De Relações Institucionais e Ações Estratégicas			
021501.0412202662.084	Manut. Atividade – Ass. Rel. Inst. E Ações Estratégicas			
31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	01	464	1.500,00
TOTAL				133.500,00

Art. 2º - Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo 1º correrão por conta da anulação das seguintes dotações:

020503	Divisão de Arrecadação			
020503.0412302342.056	Manut. Atividade – Arrecadação			
31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	01	256	133.500,00
TOTAL				133.500,00

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.725, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Aos 19 de Novembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 19 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.209/2014

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS PELOS SERVIDORES PÚBLICOS DA MUNICIPALIDADE DE DESCALVADO, ESTABELECE EXCEÇÕES À PROIBIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de regulamentar a realização de horas extraordinárias pelos servidores da Municipalidade de Descalvado, com o objetivo de reduzir gastos financeiros;

Considerando ser imprescindível assegurar a continuidade dos atendimentos à comunidade descaldense em suas necessidades essenciais, sem perda de qualidade;

Considerando que a realização de horas suplementares devem ocorrer em situações de emergências e excepcionais;

Considerando recomendação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, relativamente a prestação de sobrejornada de trabalho;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica proibida a realização de horas extras pelos servidores da Prefeitura Municipal sem prévia autorização, por escrito, do Secretário da repartição, que analisará as razões da solicitação.

Artigo 2º - Excetuam-se da proibição os servidores:

I - que prestam serviços como motoristas e médicos

da Secretaria Municipal de Saúde;

II - os coletores de lixo domiciliar urbano; varredores de vias públicas; encarregados de sepultamentos, lotados na Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento, Obras e Serviços Públicos;

III - que prestam serviços de emergência na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

IV - que prestam serviços de emergência na manutenção de praças, picagem de galhos e podas de árvores e em caso de calamidade pública que acarretem riscos de quaisquer espécie, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

V - que prestam serviços de motorista no transporte de atletas para competições em outras localidades e aqueles que laboram no complexo esportivo da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo;

VI - que cumprem compensação de jornada de trabalho em decorrência de ponto facultativo.

Artigo 3º - A autorização para a realização de horas extras, nos casos excepcionais, deverá ser dada por escrito, pelo Secretário da repartição do prestador, não podendo exceder a duas horas diárias.

Parágrafo Único: O descumprimento da determinação prevista no artigo 1º importará na aplicação das medidas disciplinares cabíveis.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 20 dias do mês de novembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 20 de novembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.210, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de Novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, créditos adicionais suplementares às seguintes dotações:

020901	Divisão de Assistência Social - FMAS			
020901.0824402102.100	Manutenção da Atividade - PETI			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	401	05	4.500,00
020901.0824402092.029	Manut.Atividade - FMAS - Básica Federal			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	392	05	6.500,00
020709	Divisão de Educação - FUNDEB			
020709.1236102392.062	Manut.Ensino Fundamental - Fundeb 40%			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	355	02	134.300,00
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	356	02	53.404,96
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	357	02	100.000,00
020101	Gabinete do Prefeito			
020101.0412202032.001	Manut. Atividade - Gabinete			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	13	01	41.000,00
020403	Divisão de Controle e Gestão Ambiental			
020403.1854202612.087	Manut. Atividades - Controle e Gestão Ambiental			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	225	01	32.200,00
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	226	01	7.654,21
020201	Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS			
020201.1030102122.009	Manut.Ativ. - Ass. Med. Saúde			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	47	01	218.000,00
020201.1030202632.091	Manut.Ativ. MAC (Federal)			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	106	05	38.642,50
020201.1030402132.011	Manut.Ativ. - Vig.Sanitária - R.Próprio			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	128	01	1.262,35
020202	020202			
020202.1030102152.016	Manut.Ativ. - Odontológico Saúde - R.Próprio			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	151	01	88.800,00
020301	Div. Fisc. de Trans. Exec. Serviços Públicos			
020301.1545102262.018	Manut. dos Serviços - Estradas			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	173	01	67.000,00
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	174	01	7.091,04
020301.1545202282.019	Manut. dos Serviços - Limp. Pública			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	183	01	119.000,00
020301.1545202282.020	Manut. dos Serviços - Cemitério			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	191	01	4.298,23
020301.1545202282.021	Manut. dos Serviços - Praças e Jardins			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	197	01	11.174,43
020501	Divisão de Finanças			
020501.0412302042.025	Manut.Atividade - Finanças			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	248	01	51.000,00
020703	Divisão de Educação - MDE - CRECHE			
020703.1236502192.040	Manut.Atividade - CRECHE			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	281	01	21.000,00
020901	Divisão de Assistência Social - FMAS			
020901.0824402092.027	Manut.Ativ. - FMAS - Rec.Próprio			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	382	01	46.000,00
021201	Procuradoria Geral do Município			
021201.0412502812.005	Manut.Ativ. - Procuradoria Geral			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	442	01	26.000,00
021501	Assessoria de Relações Institucionais e Ações Estr			
021501.0412202662.084	Manut. Atividade - Ass.Rel. Inst.e Ações Estrategicas			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	464	01	4.000,00
021201	Procuradoria Geral do Município			
021201.0412502812.005	Manut.Ativ. - Procuradoria Geral			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	443	01	9.600,72
020503	Divisão de Arrecadação			
020503.0412302342.056	Manut. Atividade - Arrecadação			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	257	01	7.563,06
020705	Divisão de Educação - Merenda			
020705.1230602162.043	Manut. da Merenda Escolar - Rec.Proprios			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	299	01	12.123,59
020802	020802.2060502322.053			
020802.2060502322.053	Manut. Atividade - Abastecimento			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	375	01	2.958,59
021601	Assessoria de Comunicação Social			
021601.0413102602.085	Manut. Atividades - Comunicação Social			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	472	01	676,70
021002	Divisão de Turismo			
021002.1339202242.050	Manut. Atividade - Turismo			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	424	01	784,16
	TOTAL			1.116.534,54

Art. 2º - Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo 1º correrão por conta da anulação das seguintes dotações:

020901	Divisão de Assistência Social - FMAS			
020901.0824402102.100	Manutenção da Atividade - PETI			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	402	05	4.500,00
020901.0824402092.029	Manut.Atividade - FMAS - Básica Federal			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	393	05	6.500,00
020709	Divisão de Educação - FUNDEB			
020709.1236102392.061	Manut.Ensino Fundamental - Fundeb 60%			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	353	02	118.987,00
020302	Div. Sup. Proj. Obras Públicas			
020302.1545102252.022	Manut.Ativ. - Sup.Proj.Obras Públicas			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	210	01	232.281,02
020501	Divisão de Finanças			
020501.0412302042.025	Manut.Atividade - Finanças			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	252	01	150.000,00
021001	Divisão de Esporte e Lazer			

021001.2781202331.032	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - Esportes			
44905100	OBRS E INSTALAÇÕES	413	01	190.500,00
020301	Div. Fisc. de Trans. Exec. Serviços Públicos			
020301.1545102261.011	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - Estradas			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	171	01	43.300,00
020301.1545202282.020	Manut. dos Serviços - Cemitério			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	190	01	130.000,00
020301.1545202282.021	Manut. dos Serviços - Praças e Jardins			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	196	01	42.000,00
020706	Divisão de Educação - Outros			
020706.1236302792.099	Mantenção dos Cursos Profissionalizantes			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	329	01	80.000,00
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	330	01	35.000,00
020706.1212602782.103	Manutenção da Tecnologia da Informação			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	309	01	31.500,00
021002	Divisão de Turismo			
021002.1339202242.050	Manut. Atividade - Turismo			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	428	01	20.000,00
020707	Divisão de Educação - Proj.Criança			
020707.1236502221.030	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - Proj. Criança			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	336	01	27.070,00
020201	Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS			
020201.1030202631.007	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - Saúde			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	81	01	4.896,52
	TOTAL			1.116.534,54

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.725, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Aos 20 de Novembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 20 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.211, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de Novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, créditos adicionais suplementares às seguintes dotações:

020101	Gabinete do Prefeito			
020101.0412202032.001	Manut. Atividade - Gabinete			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	16	01	9.900,00
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	18	01	3.600,00
020107	Fundo Social de Solidariedade			
020107.0824402112.008	Manut.Ativ. - Fundo Social de Solidariedade			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	32	01	1.075,00

020201	Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS				
020201.1030102122.009	Manut.Ativ.- Ass. Med. Saúde				
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	52	01	16.200,00	
33903900	OUTROS SERV.S DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	53	01	500.000,00	
020301	Div. Fisc. de Trans. Exec. Serviços Públicos				
020301.1545202282.019	Manut. dos Serviços - Limp. Pública				
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	189	01	3.600,00	
020302	Div. Sup. Proj. Obras Públicas				
020302.1545102252.022	Manut.Ativ. - Sup.Proj.Obras Públicas				
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	215	01	2.900,00	
020403	Divisão de Controle e Gestão Ambiental				
020403.1854202612.087	Manut. Atividades - Controle e Gestão Ambiental				
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	229	01	2.200,00	
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	232	01	2.100,00	
020404	Divisão de Recursos Hídricos				
020404.1854402622.088	Manut. Atividades - RecHídricos				
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	243	01	1.300,00	
020503	Divisão de Arrecadação				
020503.0412302342.056	Manut. Atividade - Arrecadação				
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	262	01	1.800,00	
020507	ENCARGOS DO MUNICÍPIO				
020507.2884600003.101	Manut. Atividade Administração - Inativos/Pensionistas				
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	265	01	200,00	
020706	Divisão de Educação - Outros				
020706.1236102212.042	Manut.Atividade - Ens.Fundamental				
33903900	OUTROS SERV DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	313	01	2.600,00	
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	318	01	74.461,00	
020708	Divisão de Cultura				
020708.1339202232.048	Manut. Ativ. - Cultura				
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	345	01	5.900,00	
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	347	01	2.900,00	
020801	Divisão Agrícola				
020801.2060102312.051	Manut. Atividade - Agropecuária	371	01	5.112,00	
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO				
020802	Divisão de Pecuária e Sanitária				
020802.2060502322.053	Manut. Atividade - Abastecimento				
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	377	01	1.600,00	
020901	Divisão de Assistência Social - FMAS				
020901.0824402092.027	Manut.Ativ. - FMAS - Rec.Próprio	390	01	7.000,00	
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO				
021001	Divisão de Esporte e Lazer				
021001.2781202332.049	Manut. Atividade - Esportes				
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	417	01	2.000,00	
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	420	01	2.300,00	
021002	Divisão de Turismo				
021002.1339202242.050	Manut. Atividade - Turismo				
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	429	01	1.300,00	
021101	Diretoria de Administração				
021101.0412202022.026	Manut.Atividade - Administração				
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	435	01	47.100,00	
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	438	01	13.200,00	
021201	Procuradoria Geral do Município				
021201.0412502812.005	Manut.Ativ.- Procuradoria Geral				
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	448	01	2.500,00	
021301	Ouvidoria				
021301.0413102582.082	Manut. Atividade - Ouvidoria				
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	455	01	300,00	
021401	Gerência de Projetos, Convênios e Contratos				
021401.0412202592.083	Manut. Atividade - Ger. Projetos, Conv. e Contratos				
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	462	01	100,00	
021501	Assessoria de Relações Institucionais e Ações Estr				
021501.0412202662.084	Manut. Atividade - Ass.Rel. Inst.e Ações Estratégicas				
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	469	01	400,00	
TOTAL				713.648,00	

Art. 2º - Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo 1º correrão por conta da anulação das seguintes dotações:

021002	Divisão de Turismo				
021002.1339202242.050	Manut. Atividade - Turismo				
33903900	OUTROS SERV DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	427	01	361.000,00	
021001	Divisão de Esporte e Lazer				
021001.2781202332.049	Manut. Atividade - Esportes				
33903900	OUTROS SERV DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	418	01	36.000,00	
020302	Div. Sup. Proj. Obras Públicas				
020302.1545102252.022	Manut.Ativ. - Sup.Proj.Obras Públicas				
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	210	01	18.987,00	
020708	Divisão de Cultura				
020708.1339202231.031	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - Cultura				
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	341	01	21.500,00	
020107	Fundo Social de Solidariedade				
020107.0824402111.006	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - Fundo Social				
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	31	01	18.300,00	
020802	Divisão de Pecuária e Sanitária				
020802.2060502321.035	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - Abastecimento				
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	372	01	16.000,00	
020101	Gabinete do Prefeito				
020101.0412202031.001	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - Gabinete				
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12	01	14.365,10	
020301	Div. Fisc. de Trans. Exec. Serviços Públicos				
020301.1545202281.012	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - Limpeza Pública				
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	179	01	10.500,00	
020301.1545202281.013	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - Cemitério				
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	180	01	10.500,00	
020108	Gab. do Prefeito - Incubadora de Empresas				
020108.1133402401.042	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - Inc. Empresas				
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	35	01	4.400,00	
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	36	01	20,00	
020108.1133402402.065	Manut.Atividade - Inc. Empresas				

31901100	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS -PESSOA CIVIL	37	01	8.000,00	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	38	01	5.000,00	
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	39	01	3.000,00	
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	40	01	3.000,00	
021001	Divisão de Esporte e Lazer				
021001.2781202331.032	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - Arrecadação				
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	412	01	19.260,00	
021101	Diretoria de Administração				
021101.0412202021.019	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - Administração				
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	430	01	15.500,00	
021101.0412202022.026	Manut.Atividade - Administração				
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	436	01	78.815,90	
33904800	Outros auxílios financeiros a pessoa física	440	01	10.000,00	
020503	Divisão de Arrecadação				
020503.0412302342.056	Manut. Atividade - Arrecadação				
31901100	VENCIM.E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	256	01	16.500,00	
020503.0412302341.037	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - Arrecadação				
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	255	01	13.000,00	
020304	Divisão de Planejamento e Desenvolvimento Urbano				
020304.1545202671.005	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - Ass. T.P.D. Urbano				
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	216	01	10.000,00	
020304.1545202672.007	Manut.Ativ.- Ass. Tec. Planej. Des. Urbano				
31901100	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS -PESSOA CIVIL	218	01	10.000,00	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	219	01	8.000,00	
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	220	01	1.000,00	
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	221	01	1.000,00	
TOTAL				713.648,00	

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.725, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Aos 28 de Novembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 28 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO
PORTARIA Nº 229/2.014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÕES E NOMEAÇÕES PARA CARGOS DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 8º, § único, inc. I e art. 36, inc. I, § 1º, inc. II da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2.010, respectivamente;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar dos cargos de livre provimento em comissão de:

I - Assessor de Gabinete: **João Francisco Reschini**, portador da CTPS nº 15.240/00069ª, a contar de 01 de novembro do corrente ano, revogando-se a nomeação contida na Portaria nº 29/10;

II - Assessor de Comunicação Social: **Iranir Aparecido Pedroso**, portador da CTPS nº 25502, Série 570ª a contar de 01 de novembro do corrente ano, revogando-se a nomeação contida na Portaria nº 32/14;

III - Ouvidora: Adriana Cristina Carlos Macieirinha, portadora da CTPS nº 0000066, Série 00165- SP a contar de 01 de novembro do corrente ano, revogando-se a nomeação contida na Portaria nº 39/14;

IV - Chefe da Seção de Controle de Zoonoses e Inspeção Animal e Sanitária: Danilo Augusto Presta, portador da CTPS nº 80660/00069ª, revogando-se a nomeação contida na Portaria nº 138/14;

V - Chefe da Seção de Eventos de Turismo: Cláudia Maria Botaro, portadora da CTPS nº 15.521/165ª, revogando-se a nomeação contida na Portaria nº 65/13;

VI - Chefe da Seção de Administração dos Núcleos e Centros Comunitários: Conceição Aparecida de Campos, portadora da CTPS número 001336, Série 626ª, revogando-se a nomeação contida na Portaria 29/10;

VII - Chefe da Seção de Medição e Controle de Redes: José Salvador Bronine, portador da CTPS nº 90246, Série 626, revogando-se a nomeação 32/11;

VIII - Diretor da Divisão de Pecuária e Sanitária: Miguel Martins Junior, portador da CTPS número 24825, Série 626, revogando-se a nomeação contida na Portaria 24/13;

IX - Chefe da Seção de Abastecimento e Segurança Alimentar: Edilson Lino, portador da CTPS número 33671, Série 069, revogando-se a nomeação contida na Portaria 91/13;

X - Diretor da Divisão de Esportes e Lazer: Luis Fernando Filla, portador da CTPS número 65420, Série 00069ª, revogando-se a nomeação contida na Portaria 77/14;

XI - Assessor Administrativo: Thais Helena Salvo, portadora da CTPS nº 33765, Série 00239, nomeada pela Portaria 84/14;

Art. 2º - Nomear para ocuparem cargos de livre provimento em comissão, as seguintes pessoas:

I - Danilo Augusto Presta, portador da CTPS nº 80660/00069ª como Assessor de Comunicação Social, a contar de 03 de novembro de 2.014;

II - Adriana Cristina Carlos Macieirinha, portadora da CTPS nº 0000066, Série 00165- SP Chefe da Seção de Eventos de Turismo, a contar de 03 de novembro de 2.014;

III - Gabriela de Oliveira, portadora da CTPS nº 33639, Série 00268, como Chefe da Seção de Abastecimento e Segurança Alimentar, a contar de 03 de novembro de 2.014;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 03 de novembro de 2014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 03 de novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 230/2014

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO PREVENTIVA DOS SERVIDORES PÚBLICOS WELLINGTON FERDINANDO AUGUSTO E ANDERSON MARCELLO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 106 da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a prorrogação da suspensão preventiva de que trata a Portaria nº 223/2.014 dos servidores públicos Wellington Ferdinando Augusto e Anderson Marcello pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 13 de novembro de 2.014, sem prejuízo de suas remunerações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Em 07 de Novembro de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 07 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 231/2.014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do cargo de Chefe da Seção de Administração de Projetos, Programas e Ações Sociais, a Srª Silvia Valéria Amante Penatti de Oliveira, portadora da CTPS nº 68.971, Série 00069ª, a contar de 11 de novembro de 2.014, revogando-se a nomeação contida na Portaria nº 29/10.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 10 dias do mês de novembro de 2014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 10 de novembro de 2014.

Dr. Sílvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 232/2.014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO PARA CARGO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do cargo de livre provimento em comissão de Chefe da Seção de Recursos Humanos, a Sra. **ELISÂNGELA DE SOUZA ALONSO**, portadora da CTPS nº 61.794, Série 0112, revogando-se a nomeação contida na Portaria nº 29/10.

Art. 2º - Nomear para os cargos de livre provimento em comissão de Chefe da Seção de Recursos Humanos, a Sra **MAYSA GURTNER FRANZIN**, portadora da CTPS nº 034004, Série 00320 SP, revogando-se a nomeação contida na Portaria nº 70/14.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor no dia 12 de novembro de 2.014.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 12 dias do mês de novembro de 2.014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 12 de novembro de 2014.

Dr. Sílvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 233/2.014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO PARA CARGO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 36, § 1º, inc. I da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2.010;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do cargo de Secretário de Planejamento, Desenvolvimento, Obras e Serviços Públicos o Sr. **LEANDRO FRANCISCO GOMES CARDOSO**, portador da cédula de identidade nº 42.389.487-0, inscrito no CPF sob o nº 339.423.148-43, a

contar desta data, revogando-se sua nomeação.

Art. 2º - Nomear, a partir desta data, para o cargo de Secretário de Planejamento, Desenvolvimento, Obras e Serviços Públicos o Sr. **LUIZ ANTONIO DO PINHO**, portador da cédula de identidade nº 8.625.032.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 11 dias do mês de novembro de 2.014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 11 de novembro de 2014.

Sílvia Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 234/2.014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÕES PARA CARGOS DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear:

I - Para o cargo de Chefe da Seção de Administração de Projetos, Programas e Ações Sociais, a Srª **TÂNIA MARA PASCHOAL**, portadora da CTPS nº 35.227, Série 00069, a partir do dia 11 de novembro de 2.014

II - Para o cargo de Diretor da Divisão de Pecuária e Sanitária, o Sr. **RODRIGO ALEXANDRE DE OLIVEIRA**, portador da CTPS número 99402, Série 626.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor em data de 11 de novembro de 2.014.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 11 de novembro de 2.014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 11 de novembro de 2014.

Sílvia Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO
PORTARIA Nº 235/2.014

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - CME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de proceder-se a substituição de membros, conforme Ofício SELT nº 412/14;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar em substituição aos membros da Comissão Municipal de Esportes – CME constituída por ato da Portaria nº 63/2014, as seguintes pessoas:

I – Valdir Olbera, em substituição ao Sr. Luis Fernando Filla, para o cargo de Presidente;

II – Vinicius Cabianca Rodrigues Leite, em substituição ao Sr. Rafael Peterossi Pardini, para o cargo de 1º Tesoureiro;

III – Felix Aquino Favaretto, em substituição ao Sr. Valdir Olbera, para o cargo de Diretor de Atividades da Terceira idade.

Art. 2º - Externar a gratidão da Administração Pública aos membros substituídos, ante os relevantes serviços prestados.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo-se as demais disposições constantes da Portaria nº 63, de 12 de fevereiro de 2.014.

Prefeitura do Município de Descalvado, em 12 de Novembro de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 12 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO
PORTARIA Nº 236/2014

CONSTITUI COMISSÃO DE ÉTICA E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2.014, OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES EM REGIME DE EXCEPCIONALIDADE E EMERGENCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, atendendo solicitação da Secretaria de Educação e Cultura e nos termos do que dispõe o Decreto nº 3977, de 18 de junho do corrente ano, considerando o regime de excepcionalidade e emergência; considerando ainda a necessidade da rede de ensino no preenchimento das vagas de Professores; considerando finalmente

que a efetivação de docentes aprovados em concurso público está vinculada à prévia realização do Processo de Remoção previsto no § 5º, Art. 35 da Lei Municipal nº 3.206/2009 o qual será realizado entre os meses de outubro a dezembro deste ano quando se apurarão as reais necessidades de efetivação;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão de Ética e Acompanhamento de Processo Seletivo nº 001/2014, destinado à contratação temporária de Professores Substitutos junto à Rede Municipal de Ensino, designando para sua composição, os seguintes servidores, sob a Presidência do primeiro:

I – Márcia Maria de Oliveira Tessarin;

II – Marco Antônio Pratta;

III – Nilce Helene Poiatti Danaga;

IV – Fernanda Stenico Dias;

V – Jucelene Francé.

Art. 2º - A Comissão possui poderes consultivos, deliberativo e fiscalizatório sobre todo o trâmite do processo seletivo, competindo, ainda:

I – a elaboração e publicação do respectivo Edital de abertura do Processo Seletivo e Escala Classificatória, atentando que o primeiro critério de desempate deve ser o de maior idade em atendimento ao Estatuto do Idoso;

II – a promoção da abertura de inscrições, aplicação e correção de provas aos candidatos;

III – a emissão de pareceres e adoção de decisões terminativas sobre os atos correspondentes ao Certame;

IV – expedição e publicação do Edital de homologação do certame;

V – adoção de todas as medidas acerca do certame em especial atentando ao exercício do direito da ampla defesa aos interessados;

VI – estabelecimento de critérios de prioridade de convocação.

Art. 3º - As funções dos integrantes desta Comissão não serão remuneradas eis que consideradas como relevante serviço público, ficando os servidores membros da mesma dispensados de seus trabalhos ordinários quando convocados para o exercício das atividades a que se refere esta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 12 dias do mês de Novembro de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 12 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO
PORTARIA Nº 237/2.014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, neste Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando solicitação da Seção de Recursos Humanos, em conformidade com os artigos 49 e seguintes da Lei nº 3.276, de 28 de Abril de 2.010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio em descanso aos servidores desta Administração Pública, a seguir relacionados e na forma especificada:

I – Acácio Donizetti Paschoal, portador da CTPS nº 7023, série 286ª, de 30 (trinta) dias, usufruídos a contar de 19 de novembro do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 11/08/2009 à 10/08/2014;

II – Rosana Aparecida Abacher, portadora da CTPS nº 75208, série 00069ª, de 15 (quinze) dias, usufruídos a partir de 17 de dezembro do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 26/01/2006 à 25/01/2011;

III – Roberta Factor Segatto, portadora da CTPS nº 33894, série 00268ª, de 15 (quinze) dias, usufruídos a partir de 10 de novembro do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 19/09/2008 à 18/09/2013;

IV – Jane Valdelene Pultz Cordeiro, portadora da CTPS nº 15468, série 00165ª, de 15 (quinze) dias, usufruídos a partir de 10 de novembro do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 23/06/2008 à 22/06/2013;

V – José Luiz Pierim, portador da CTPS nº 72242, série 533ª, de 30 (trinta) dias, usufruídos a partir de 03 de novembro do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 03/06/2007 à 02/06/2012;

VI – José Carlos Torte, portador da CTPS nº 28589, série 626ª, de 30 (trinta) dias, usufruídos a partir de 03 de novembro do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 01/04/2008 à 31/03/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Aos 17 de Novembro de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 17 de Novembro de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 238 /2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DA SUBPROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO, GIOVANA CRISTINA DOS SANTOS, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010, que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público, Disciplina o Regime Jurídico, os Direitos e Deveres dos Servidores; considerando o Ofício CPI nº 79/14, que encaminhou, em mídia, o Processo nº 46/2014, alusivo à Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - instaurada pelo Ato da Mesa da Câmara Municipal de Descalvado nº 07/14; considerando que o Relatório Final concluiu que a Subprocuradora Geral do Município, GIOVANA CRISTINA DOS SANTOS, infringiu o artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal constituída pelo Decreto 4.173, de 10 de setembro de 2.014, para apurar os fatos constantes do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída por Ato da Mesa da Câmara Municipal de Descalvado, nº 07/14, porquanto a Subprocuradora Geral do Município, GIOVANA CRISTINA DOS SANTOS, firmou Contrato de Comodato, à título gratuito, com a Prefeitura Municipal de Descalvado, de um imóvel, situado nesta cidade, à Rua Orderigo Gabrielli, número 781, centro, para ser utilizado pela Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, para a arrecadação e distribuição de roupas da Campanha do Agasalho de 2.014, infringindo, assim, o disposto no artigo 9º, inciso III, da Lei 8.666/93 e artigo 84, “caput” e inciso XII, da Lei Municipal nº 3.276/2010.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pela servidora;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que compõem o Título V - Do Regime Disciplinar - de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar, e, se o caso, inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação da servidora.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 28 dias do mês de novembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 28 de novembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo,
dando cumprimento do disposto no artigo n.º 162 da Constituição Federal Brasileira, divulga as Receitas
Arrecadadas e os Recursos Recebidos por esta Prefeitura durante o mês de **OUTUBRO** de 2014.

Código	Especificação da Receita (Fonte Recurso)	Mês	Acumulado
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	7.348.872,01	76.095.983,08
1.1.1.2.02.00.00	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (01 - Tesouro)	183.369,07	2.954.012,48
1.1.1.2.04.31.00	Retido nas fontes - trabalho (01 - Tesouro)	195.218,33	1.052.273,05
1.1.1.2.08.00.00	Imposto sobre a transmissão inter vivos - bens imóveis e direitos reais sobre imóveis (01 - Tesouro)	70.315,35	702.046,54
1.1.1.3.05.00.00	Imposto sobre serviços de qualquer natureza (01 - Tesouro)	311.251,59	3.276.291,43
1.1.2.1.17.00.00	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária (01 - Tesouro)	443,57	45.918,75
1.1.2.1.21.00	Taxa de controle e fiscalização ambiental (01 - Tesouro)	322,95	942,25
1.1.2.1.25.00.00	Taxa de licença p/ funcionam. de estabelec. comerciais, indústrias e prestadoras de servi (01 - Tesouro)	3.687,15	201.231,65
1.1.2.1.26.00.00	Taxa de publicidade comercial (01 - Tesouro)	1.787,63	20.994,64
1.1.2.1.29.00.00	Taxa de licença para execução de obras (01 - Tesouro)	1.572,54	28.654,25
1.1.2.1.31.00.00	Taxa de utilização de área de domínio público (01 - Tesouro)	1.227,59	31.179,00
1.1.2.2.12.00.01	Taxa de Expediente (01 - Tesouro)	5.444,81	65.416,94
1.1.2.2.90.00.00	Taxa de limpeza pública (01 - Tesouro)	0,14	1.181,41
1.1.2.2.99.00.01	Taxa de Conservação e Calçamento (01 - Tesouro)	0,00	16,27
1.1.2.2.99.00.02	Taxa de Coleta de Lixo (01 - Tesouro)	28.108,51	438.192,74
1.2.1.0.29.01.00	Contribuição patronal para o regime próprio de previdência Vinculados)	482,92	5.401,00
1.2.1.0.29.03.00	Contribuição patronal e inativo civil (03 - Vinculados)	1.365,03	15.729,82
1.2.1.0.29.07.00	Contribuição do servidor ativo para o regime próprio de previdência	482,92	5.286,69
1.2.1.0.29.09.00	Contribuições do servidor inativo para o regime próprio de previdência (03 - Vinculados)	1.133,51	15.231,42
1.3.1.1.01.00.00	Aluguéis de imóveis urbanos (01 - Tesouro)	2.586,16	17.919,70
1.3.2.5.01.01.00	Receita de remuneração de depósitos bancários de recursos vinculados e royalties (01 - Tesouro)	347,27	4.907,78
1.3.2.5.01.02.00	Receita de remun. de depósitos banc. de recursos vinculados e fundeb (02)	16.796,07	119.637,91
1.3.2.5.01.03.01	Remun. Depósitos Vinculados Fundo da Saúde - Rec.do Tesouro (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	6.766,14	62.243,05
1.3.2.5.01.05.00	Receita de remun. de depósitos bancários de recursos vinculados e manutenção e desenvolvimento (01 - Tesouro)	101,97	3.902,91
1.3.2.5.01.09.00	Receita de remun. de depósitos bancários de recursos vinculados e contribuição de intervenção n (01 - Tesouro)	208,48	1.853,88
1.3.2.5.01.10.01	Remuneração de Depósitos Vinculados - FNAS (Fonte 01 Proprios) (01 - Tesouro)	1.632,69	13.347,16
1.3.2.5.01.99.01	Remuneração de Outros Depósitos Bancarios Vinc. COMUCRA (Fonte 06)	817,07	8.017,81
1.3.2.5.01.99.02	Remuneração de Outros Depositos Bancarios Vinculados - (Fonte 01 Tesouro) (01 - Tesouro)	18.702,81	200.321,73
1.3.2.5.02.99.00	Remuneração de outros depósitos de recursos não vinculados (01 - Tesouro)	3.882,88	93.473,81
1.3.2.8.20.00.00	Remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência do servidor em renda variável (01 - Tesouro)	1.258,61	10.554,60
1.3.9.0.00.00.01	Aluguéis de Máquinas e Veículos (01 - Tesouro)	1.305,25	7.015,30
1.6.0.0.03.01.00	Serviços de transporte rodoviário (01 - Tesouro)	3.862,07	36.471,33
1.6.0.0.13.02.00	Serviços de venda de editais (01 - Tesouro)	320,00	2.930,00
1.6.0.0.17.00.01	Patrulha Agrícola (01 - Tesouro)	391,27	56.778,54
1.6.0.0.41.00.01	Serviços e Consumo de Água (01 - Tesouro)	176.322,02	1.380.115,13
1.6.0.0.42.00.01	Serviços de Utilização de Esgotos (01 - Tesouro)	86.460,50	672.388,86
1.6.0.0.46.00.00	Serviços de cemitério (01 - Tesouro)	2.929,99	28.033,70
1.6.0.0.99.00.01	Serviços de Ligação de Água (01 - Tesouro)	2.536,95	27.448,19
1.6.0.0.99.00.02	Serviços de Ligação de Esgoto (01 - Tesouro)	1.496,15	16.667,70
1.6.0.0.99.00.03	Serviços de Análise e Emissão de Licenças Ambientais (01 - Tesouro)	0,00	1.495,05
1.6.0.0.99.00.03	Serviços de Análise e Emissão de Licenças Ambientais (06 - Outras Fontes de Recursos)	0,00	2.976,80
1.7.2.1.01.02.00	Cota-parte fundo de participação dos municípios (01 - Tesouro)	1.108.051,60	13.786.665,02
1.7.2.1.01.05.00	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural (01 - Tesouro)	689.612,55	731.794,86
1.7.2.1.22.20.00	Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfem (01 - Tesouro)	61.016,66	683.687,72
1.7.2.1.22.30.00	Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção de petróleo - lei nº 7.990/89 (01 - Tesouro)	7.241,02	63.417,81
1.7.2.1.22.70.00	Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep (01 - Tesouro)	45.288,44	219.292,95
1.7.2.1.33.00.01	Pab (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	62.758,00	627.580,00
1.7.2.1.33.00.02	Pacs (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	53.742,00	480.286,00
1.7.2.1.33.00.03	Psf (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	67.735,00	595.355,00
1.7.2.1.33.00.04	Incentivo Bucal (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	16.725,00	142.720,00
1.7.2.1.33.00.05	Vigilância em Saúde (Fonte 05 - Transferencias e Convenios Federais Vinculados)	0,00	107.923,44
1.7.2.1.33.00.06	Assistência Farmaceutica Básica (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	7.935,08	79.350,80
1.7.2.1.33.00.07	Pacto pela Saúde (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	106.788,77	1.087.173,38
1.7.2.1.33.00.08	Qualisus (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	3.495,47
1.7.2.1.34.00.02	Piso Básico Transição - Creche e Assef/Idoso (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	8.400,00	67.200,00
1.7.2.1.34.00.03	Piso de Transição Média Complexidade (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	2.250,00	15.750,00
1.7.2.1.34.00.04	Piso de Alta Complexidade (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	1.460,00	26.680,00
1.7.2.1.34.00.05	Piso Variável de Média Complexidade (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	2.250,00
1.7.2.1.34.00.06	Bolsa Família (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	2.622,31	20.888,42
1.7.2.1.34.00.09	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	21.150,00	90.600,00
1.7.2.1.35.01.00	Transferências do salário-educação (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	167.847,28	1.614.933,41

1.7.2.1.35.04.00	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - p (05 - Transferências e Co	7.212,37	22.560,19
1.7.2.1.35.99.01	Merenda PNAEM - Médio (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	5.760,00	51.720,00
1.7.2.1.35.99.02	Merenda PNAE - Eja (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	654,00	4.968,00
1.7.2.1.35.99.03	Merenda PNAEC - Creche (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	11.820,00	105.520,00
1.7.2.1.35.99.04	Merenda PNAEP - Pré Escola (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	8.180,00	85.090,00
1.7.2.1.35.99.05	Merenda PNAEF-Fundamental (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	19.146,00	159.568,00
1.7.2.1.35.99.06	Manutencao da Educacao - Creche (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	107.137,06
1.7.2.1.36.00.00	Transferência financeira do icms - desoneração - l.c. nº 87/96 (01 - Tesouro)	11.921,17	107.290,53
1.7.2.1.99.00.03	FEX Auxilio Financeiro para Fomento Exportações (01 - Tesouro)	0,00	20.985,62
1.7.2.2.01.01.00	Cota-parte do icms (01 - Tesouro)	2.110.273,53	23.223.188,66
1.7.2.2.01.02.00	Cota-parte do ipva (01 - Tesouro)	102.118,35	3.835.782,34
1.7.2.2.01.04.00	Cota-parte do ipi sobre exportação (01 - Tesouro)	19.442,97	187.393,02
1.7.2.2.01.13.00	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico (01 - Tesouro)	0,00	6.042,66
1.7.2.2.01.99.01	Multas de Trânsito (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	5.481,69	51.331,11
1.7.2.2.33.00.01	Qualisus - Estado (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	0,00	393.690,13
1.7.2.4.01.00.00	Transferência de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valoriza (02 - Transferências e	1.047.951,28	12.372.115,89
1.7.3.0.00.00.01	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente COMUCRA (06 - Outras Fontes de Recursos)	27.800,00	71.433,60
1.7.6.2.02.00.01	Merenda Escolar - Estado (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	0,00	83.925,00
1.7.6.2.02.00.02	Transporte de Alunos - Educação Básica (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	62.388,30	436.718,30
1.7.6.2.99.00.01	Proteção Social Básica (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	13.083,25	80.785,70
1.7.6.2.99.00.02	Proteção Social Especial (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	9.338,90	60.960,65
1.7.6.2.99.00.03	Municipalização da Agricultura - SELAA (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	0,00	20.000,00
1.7.6.2.99.00.08	Fehidro Avaliação Antigo Lixão (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	0,00	49.137,52
1.9.1.1.38.00.00	Multas e juros de mora do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - iptu (01 - Tesouro)	4.475,84	30.399,06
1.9.1.1.40.00.00	Multas e juros de mora do imposto sobre serviços de qualquer natureza - iss (01 - Tesouro)	1.468,26	18.592,51
1.9.1.1.99.01.01	Multas e Juros de Mora das Taxas (01 - Tesouro)	6.164,01	66.860,49
1.9.1.3.11.00.00	Multas e juros de mora da dívida ativa do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (01 - Tesouro)	19.450,43	218.840,88
1.9.1.3.13.00.00	Multas e juros de mora da dívida ativa do imposto sobre serviços de qualquer natureza - iss (01 - Tesouro)	2.406,16	42.506,59
1.9.1.3.98.00.03	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa-Contr.Melhoria Rec.Ipês (01 - Tesouro)	528,51	3.629,42
1.9.1.3.98.00.04	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa não Tributária (01 - Tesouro)	2.967,35	27.693,16
1.9.1.3.99.00.01	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Taxas (01 - Tesouro)	36.506,46	437.040,73
1.9.1.9.10.00.00	Multas previstas na legislação sanitária (01 - Tesouro)	0,00	551,53
1.9.1.9.50.00.00	Multas por auto de infração (01 - Tesouro)	619,10	6.737,57
1.9.2.2.99.00.00	Outras restituições (01 - Tesouro)	3.009,51	15.935,47
1.9.3.1.11.00.00	Receita da dívida ativa do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - iptu (01 - Tesouro)	26.324,71	372.146,24
1.9.3.1.13.00.00	Receita da dívida ativa do imposto sobre serviços de qualquer natureza - iss (01 - Tesouro)	1.618,28	26.259,30
1.9.3.1.35.00.00	Receita da dívida ativa da taxa de fiscalização e vigilância sanitária (01 - Tesouro)	1.116,32	6.142,36
1.9.3.1.98.00.01	Receita da Dívida Ativa da Contribuição de Melhoria (01 - Tesouro)	20,05	762,38
1.9.3.1.98.00.03	Receita da Dívida Ativa - PCM Recanto dos Ipês (01 - Tesouro)	506,64	6.269,72
1.9.3.1.99.01.01	Receita da Dívida Ativa das Taxas (01 - Tesouro)	5.494,21	80.511,23
1.9.3.2.99.01.00	Receita da dívida ativa não-tributária de outras receitas - principal (01 - Tesouro)	38.954,36	587.698,04
1.9.9.0.99.00.01	Eventuais (01 - Tesouro)	169.108,33	534.516,87
1.9.9.0.99.00.03	CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR - SAÚDE (01 - Tesouro)	140.862,60	140.862,60
1.9.9.0.99.00.04	CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR - AMDE (01 - Tesouro)	17.438,67	17.438,67
1.9.9.0.99.00.05	CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR - A.E.F. (01 - Tesouro)	9.800,92	9.800,92
2.4.7.1.99.00.00	Outras transferências de convênios da união (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	187.419,43	1.406.145,16
2.4.7.2.99.00.03	Outras Transferências de Convenios com o Estado (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	0,00	133.166,12
9.7.2.1.01.02.00	Dedução da Receita p/ Formação do Fundeb - FPM (01 - Tesouro)	-221.610,29	-2.757.049,58
9.7.2.1.01.05.00	Dedução da Receita p/ Formação do Fundeb - ITR (01 - Tesouro)	-137.922,50	-146.358,88
9.7.2.1.36.00.00	Dedução da Receita p/ Formação do Fundeb ICMS DES LC 87/96 (01 - Tesouro)	-2.384,23	-21.458,07
9.7.2.2.01.01.00	Dedução da Receita para Formação do Fundeb - ICMS (01 - Tesouro)	-422.054,69	-4.644.637,52
9.7.2.2.01.02.00	Dedução da Receita para Formação do Fundeb - IPVA (01 - Tesouro)	-20.423,67	-767.156,53
9.7.2.2.01.04.00	Dedução da Receita para Formação do Fundeb - IPI EXPORTAÇÃO (01 - Tesouro)	-3.888,59	-37.478,93
	Total	6.728.007,47	69.261.154,85

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

CEP 13.690-000

CUMPRIMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - 2014 - 5º BIMESTRE (art.9º da LRF)									
ESPECIFICAÇÃO	ATÉ BIMESTRE ANTERIOR		NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA		ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA		DIFERENÇA		
	META	REALIZADA	META	REALIZADA	META	REALIZADA	DIFERENÇA	REALIZADA	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES									
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.926.375,00	7.279.965,69			2.380.500,00	1.538.385,71	842.114,29	10.306.875,00	8.818.351,40
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	24.468,00	31.255,79			6.116,00	10.393,14	(4.277,14)	30.584,00	41.648,93
RECEITA PATRIMONIAL	186.336,00	421.384,46			46.582,00	121.811,18	(75.229,18)	232.918,00	543.195,64
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-			-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-			-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	1.576.336,00	1.675.116,17			394.082,00	550.189,13	(156.107,13)	1.970.418,00	2.225.305,30
TRANF. CORRENTES	53.165.450,00	49.807.784,70			12.645.075,00	12.176.603,56	468.471,44	65.810.525,00	61.984.388,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.960.800,00	1.969.662,54			1.490.200,00	513.431,01	976.768,99	7.451.000,00	2.483.093,55
CONTAS REDUTORAS	(7.375.600,00)	(6.721.867,25)			(1.843.900,00)	(1.652.272,26)	(191.627,74)	(9.219.500,00)	(8.374.139,51)
RECEITA DE CAPITAL									
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENÇÃO DE BENS	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DE CAPITAL	3.060.668,00	1.272.548,72			765.166,00	266.762,56	498.403,44	3.825.834,00	1.539.311,28
TOTAIS	64.524.833,00	55.735.850,82			15.883.821,00	13.525.304,03	2.358.516,97	80.408.654,00	69.261.154,85

Descalvado, 31 de outubro de 2014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Geraldo Aparecido de Campos
Secretário de Finanças

Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

modelo 1

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
(Artigo 52, Incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00)
- ADMINISTRAÇÃO DIRETA / INDIRETA / FUNDACIONAL -

MUNICIPIO DE DESCALVADO
5º BIMESTRE DE 2014

Valores expressos em R\$

RECEITAS	Previsão anual		5º BIMESTRE		Acumulado		
	Inicial	Atualizada	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	a realizar
Categoria Econômica/Fontes							
Receitas Correntes (A)	91.658.900,00	91.658.900,00	15.118.655,00	13.258.541,47	76.582.820,00	67.721.843,57	23.937.056,43
Tributárias	11.959.500,00	11.959.500,00	2.380.500,00	1.538.385,71	10.306.875,00	8.818.351,40	3.141.148,60
Impostos	10.665.300,00	10.665.300,00	2.122.893,65	1.450.162,48	9.191.514,18	7.984.623,50	2.680.676,50
IPTU	4.977.500,00	4.977.500,00	990.755,36	375.009,87	4.289.683,54	2.954.012,48	2.023.487,52
ISSQN	3.788.000,00	3.788.000,00	753.989,21	621.849,42	3.264.554,74	3.276.291,43	511.708,57
ITBI	894.500,00	894.500,00	178.047,35	152.504,74	770.893,41	702.046,54	192.453,46
IRRF	1.005.300,00	1.005.300,00	200.101,73	300.798,45	866.382,49	1.052.273,05	-46.973,05
Taxas	1.294.200,00	1.294.200,00	257.606,35	88.223,23	1.115.360,82	833.727,90	460.472,10
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	36.700,00	36.700,00	6.116,00	10.393,14	30.584,00	41.648,93	-4.948,93
Patrimoniais	279.500,00	279.500,00	46.582,00	121.811,18	232.918,00	543.195,64	-263.695,64
Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços	2.364.500,00	2.364.500,00	394.082,00	550.189,13	1.970.418,00	2.225.305,30	139.194,70
Transferências Correntes	79.140.900,00	79.140.900,00	12.645.075,00	12.176.603,56	65.810.525,00	61.984.388,26	17.156.511,74
(-) Contas Redutoras (ICMS,FPM,IPI Exp)	(11.063.400,00)	(11.063.400,00)	(1.843.900,00)	(1.652.272,26)	(9.219.500,00)	(8.374.139,51)	2.689.260,49
Outras Receitas Correntes	8.941.200,00	8.941.200,00	1.490.200,00	513.431,01	7.451.000,00	2.483.093,55	6.458.106,45
Receitas de Capital (B)	4.591.000,00	4.591.000,00	765.166,00	266.762,56	3.825.834,00	1.539.311,28	3.051.688,72
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.591.000,00	4.591.000,00	765.166,00	266.762,56	3.825.834,00	1.539.311,28	3.051.688,72
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TOTAL (A+B)	96.249.900,00	96.249.900,00	15.883.821,00	13.525.304,03	80.408.654,00	69.261.154,85	26.988.745,15
DESPESAS	Dotação Anual		5º BIMESTRE		Acumulado		
Categoria Econômica/Natureza	Inicial	Atualizada	Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado	A empenhar
Despesas Correntes (C)	90.556.400,00	91.354.919,67	11.067.851,85	12.483.831,67	75.026.452,32	65.387.780,91	16.328.467,35
Pessoal/Encargos Sociais	46.107.800,00	45.642.473,38	8.689.370,06	8.687.609,51	37.331.705,37	37.328.225,62	8.310.768,01
Juros/Encargos da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros/Encargos Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	44.448.600,00	45.712.446,29	2.378.481,79	3.796.222,16	37.694.746,95	28.059.555,29	8.017.699,34
Despesas de Capital (D)	5.693.500,00	12.357.939,08	1.474.205,26	453.120,81	4.153.108,25	1.561.717,91	8.202.628,83
Investimentos	5.481.298,00	12.092.111,94	1.474.205,26	342.336,25	3.919.483,11	1.328.092,77	8.172.628,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	210.000,00	263.625,14	53.625,14	110.784,56	233.625,14	233.625,14	30.000,00
Amortização do Refin. Div. Mobil.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Amortizações	210.000,00	263.625,14	53.625,14	110.784,56	233.625,14	233.625,14	30.000,00
Outras Despesas de Capital	2.202,00	2.202,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.202,00
Reserva de Contingência (E)	0,00	0,00					
DESPESA TOTAL (C+D)	96.249.900,00	103.712.858,75	12.595.682,25	12.936.952,48	79.179.560,57	66.949.498,82	24.531.096,18
SUPERÁVIT/DÉFICIT (A+B-C-D)	0,00	-7.462.958,75	3.288.138,75	588.351,55	1.229.093,43	2.311.656,03	

Descalvado, 31 de outubro de 2014.

Henrique Fernando do Nascimento
 Prefeito Municipal

Geraldo Aparecido de Campos
 Secretário de Finanças

Nilsa de Fátima Botaro
 Diretora de Finanças

anexo - modelo 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Artigo 52, Incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00)

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PODERES/ÓRGÃOS

MUNICÍPIO DE DESCALVADO
5º BIMESTRE DE 2014

Valores expressos em R\$

PODERES/ÓRGÃOS	Receitas		Despesas				Resultados	
	Bimestre	Acumulado (1)	Empenhada		Liquidada		Acumulado (3)=(1-2)	% = (3) / Total (1)
			Bimestre	Acumulado (2)	Bimestre	Acumulado		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA*	13.525.304,03	69.261.154,85	12.595.682,25	79.179.560,57	12.936.952,48	66.949.498,82	-9.918.405,72	-14,32%
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Autarquia "X"							0,00	0,00%
Fundação "Y"							0,00	0,00%
Empresa Pública Dependente "Z"							0,00	0,00%
TOTAIS:	13.525.304,03	69.261.154,85	12.595.682,25	79.179.560,57	12.936.952,48	66.949.498,82	-9.918.405,72	-14,32%

*Prefeitura e Câmara

Descalvado, 31 de outubro de 2014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito MunicipalGeraldo Aparecido de Campos
Secretário de FinançasNilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

Compactado p/ Publicação - Modelo 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Artigo 52, Inciso II, alínea "c" da LC. 101/00)

- ADMINISTRAÇÃO DIRETA / INDIRETA / FUNDACIONAL -

MUNICÍPIO DE DESCALVADO
5º BIMESTRE DE 2014

Valores expressos em R\$

Cód. Função	Cód. Subf.	DESPESAS Funções/Subfunções	Dotação Anual		5º BIMESTRE		Acumulado		a empenhar
			Inicial	Atualizada	Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado	
1	1	LEGISLATIVO	2.029.500,00	2.029.500,00	313.173,50	313.173,50	1.596.949,78	1.596.949,78	432.550,22
1	31	Ação Legislativa	2.029.500,00	2.029.500,00	313.173,50	313.173,50	1.596.949,78	1.596.949,78	432.550,22
4	4	ADMINISTRAÇÃO	7.477.600,00	7.801.979,55	987.427,72	1.128.023,66	6.132.236,46	5.289.768,69	1.669.743,09
4	122	Administração Geral	4.764.900,00	4.851.978,12	573.495,20	725.121,84	3.930.833,62	3.473.656,51	921.144,50
4	123	Administração Financeira	1.800.800,00	2.036.338,41	271.158,00	250.464,91	1.443.497,26	1.094.039,84	592.841,15
4	125	Normatização e Fiscalização	718.500,00	727.043,02	133.284,79	138.937,01	657.883,89	642.437,71	69.159,13
4	131	Comunicação Social	193.400,00	186.620,00	9.489,73	13.499,90	100.021,69	79.634,63	86.598,31
6	6	SEGURANÇA PÚBLICA	1.168.200,00	103.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.300,00
6	181	Policimento	1.168.200,00	103.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.300,00
8	8	ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.529.500,00	3.760.369,40	351.136,26	425.043,98	2.950.079,28	2.628.641,09	810.290,12
8	241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	243	Assist. à Criança e ao Adolescente	366.600,00	446.600,00	25.454,14	34.939,14	281.627,46	217.887,56	164.972,54
8	244	Assistência Comunitária	3.162.900,00	3.313.769,40	325.682,12	390.104,84	2.668.451,82	2.410.753,53	645.317,58
10	10	SAÚDE	27.365.298,00	29.020.123,78	2.896.625,35	3.239.443,61	24.854.830,75	21.641.401,43	4.165.293,03
10	301	Atenção Básica	16.448.098,00	17.131.217,62	2.056.008,15	2.368.375,56	13.891.070,47	11.814.621,90	3.240.147,15
10	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.926.200,00	9.877.906,16	681.524,18	667.493,40	9.429.104,67	8.422.776,76	448.801,49
10	303	Suporte Profilático e Terapêutico	1.277.900,00	1.197.900,00	34.934,90	67.907,18	981.384,06	860.665,24	216.515,94
10	304	Vigilância Sanitária	395.500,00	395.500,00	75.670,44	87.226,08	327.083,87	324.446,31	68.416,13
10	305	Vigilância Epidemiológica	317.600,00	417.600,00	48.487,68	48.441,39	226.187,68	218.891,22	191.412,32
11	11	TRABALHO	157.700,00	23.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.720,00
11	334	Fomento ao Trabalho	157.700,00	23.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.720,00
12	12	EDUCAÇÃO	30.275.800,00	36.016.474,69	5.308.004,19	4.800.141,88	25.180.129,91	20.825.632,35	10.836.344,78
12	126	Tecnologia da Informação	31.500,00	31.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.500,00
12	306	Alimentação e Nutrição	2.894.700,00	3.063.123,28	216.571,51	436.707,15	2.787.729,41	2.108.267,56	275.393,87
12	361	Ensino Fundamental	20.109.400,00	22.245.501,67	4.077.400,22	3.303.160,50	17.470.345,37	13.988.437,99	4.775.156,30
12	363	Ensino Profissional	380.200,00	298.200,00	8.800,78	14.927,67	78.602,26	52.949,23	219.597,74
12	364	Ensino Superior	127.100,00	257.100,00	20.658,00	20.658,00	151.462,70	119.324,95	105.637,30
12	365	Educação Infantil	6.732.900,00	10.121.049,74	984.573,68	1.024.688,56	4.691.990,17	4.556.652,62	5.429.059,57
13	13	CULTURA	2.652.300,00	2.829.250,00	99.893,68	246.822,46	1.440.306,14	1.026.990,13	1.388.943,86
13	392	Difusão Cultural	2.652.300,00	2.829.250,00	99.893,68	246.822,46	1.440.306,14	1.026.990,13	1.388.943,86
15	15	URBANISMO	11.631.700,00	11.871.550,00	1.570.726,56	1.199.941,07	9.016.490,18	6.974.720,07	2.855.059,82
15	451	Infra-Estrutura Urbana	7.564.400,00	7.811.958,97	969.694,75	670.745,81	5.439.135,93	3.975.611,40	2.372.823,04
15	452	Serviços Urbanos	4.067.300,00	4.059.591,03	601.031,81	529.195,26	3.577.354,25	2.999.108,67	482.236,78
18	18	GESTÃO AMBIENTAL	4.116.700,00	4.174.751,17	407.552,52	631.994,16	3.364.678,87	3.056.497,09	810.072,30
18	541	Preservação e Conservação Ambiental	71.400,00	71.400,00	350,00	0,00	0,00	0,00	71.050,00
18	542	Controle Ambiental	441.900,00	479.951,17	113.403,07	107.157,25	393.253,96	382.424,42	86.697,21
18	544	Recursos Hídricos	3.603.400,00	3.623.400,00	293.799,45	524.836,91	2.971.074,91	2.674.072,67	652.325,09
20	20	AGRICULTURA	2.424.500,00	2.393.459,20	302.731,60	317.848,37	1.904.068,87	1.523.014,25	489.390,33
20	601	Promoção da Produção Vegetal	2.210.000,00	2.202.090,98	272.567,91	284.828,54	1.823.941,51	1.451.856,39	378.149,47
20	605	Abastecimento	214.500,00	191.368,22	30.163,69	33.019,83	80.127,36	71.157,86	111.240,86
27	27	DESPORTO E LAZER	1.434.300,00	1.477.953,82	127.235,01	181.911,78	962.908,50	766.528,53	515.045,32
27	812	Desporto Comunitário	1.434.300,00	1.477.953,82	127.235,01	181.911,78	962.908,50	766.528,53	515.045,32
28	28	ENCARGOS ESPECIAIS	1.984.600,00	2.208.225,14	231.175,86	452.608,01	1.776.881,83	1.619.355,41	431.343,31
28	846	Outros Encargos Especiais	1.984.600,00	2.208.225,14	231.175,86	452.608,01	1.776.881,83	1.619.355,41	431.343,31
99	99	Reserva de Contingência	2.202,00	2.202,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.202,00
99	999	Reserva de Contingência	2.202,00	2.202,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.202,00
		TOTAL	96.249.900,00	103.712.858,75	12.595.682,25	12.936.952,48	79.179.560,57	66.949.498,82	24.533.298,18

Descalvado, 31 de outubro de 2014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito MunicipalGeraldo Aparecido de Campos
Secretário de FinançasNilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

modelo 3

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

(Artigo 2, inciso IV e 53, inciso I da LC. 101/00)

MUNICÍPIO DE DESCALVADO
5º BIMESTRE DE 2014

Valores expressos em R\$

RECEITAS CORRENTES	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÊS DE REF.: OUTUBRO	Totais:	Apuração Bimestre Anterior	Previsão Atualizada Exercício
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	9.494.521,24	10.902.456,69	9.075.371,73	7.818.191,23	8.923.722,14	7.271.095,83	7.163.337,62	6.128.420,40	7.932.826,38	6.872.204,02	7.561.941,72	7.348.872,01	96.492.961,01	97.560.247,66	102.722.300,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Autarquias															
Fundações Públicas															
Empresas Estatais Dependentes															
Subtotal	9.494.521,24	10.902.456,69	9.075.371,73	7.818.191,23	8.923.722,14	7.271.095,83	7.163.337,62	6.128.420,40	7.932.826,38	6.872.204,02	7.561.941,72	7.348.872,01	96.492.961,01	97.560.247,66	102.722.300,00
(-) DEDUÇÕES															
Receitas Transf. Intrag. Adm. Dir/Ind. Fun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. Serv. Reg. Prop. Previdência	1.682,30	0,00	3.390,03	1.994,53	270,95	1.616,43	3.664,59	2.140,53	2.128,72	231,52	3.464,38	1.616,43	22.200,41	22.237,09	18.700,00
Compensação Financ. entre Reg. Prev.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB	799.154,82	956.392,36	1.111.019,80	971.640,09	788.959,31	773.828,56	826.604,42	671.612,92	837.854,36	740.347,79	843.988,29	808.283,97	10.129.686,69	10.146.514,60	11.063.400,00
Anulação de Restos a Pagar		274.364,09												274.364,09	
Outras															
Subtotal	800.837,12	1.230.756,45	1.114.409,83	973.634,62	789.230,26	775.444,99	830.269,01	673.753,45	839.983,08	740.579,31	847.452,67	809.900,40	10.426.251,19	10.443.115,78	11.082.100,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	8.693.684,12	9.671.700,24	7.960.961,90	6.844.556,61	8.134.491,88	6.495.650,84	6.333.068,61	5.454.666,95	7.092.843,30	6.131.624,71	6.714.489,05	6.538.971,61	86.066.709,82	87.117.131,88	91.658.900,00

Descalvado, 31 de outubro de 2014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Geraldo Aparecido de Campos
Secretário de Finanças

Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

modelo 4

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

(Artigos 53, Inciso II e 50, Inciso IV da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE DESCALVADO

5º BIMESTRE DE 2014

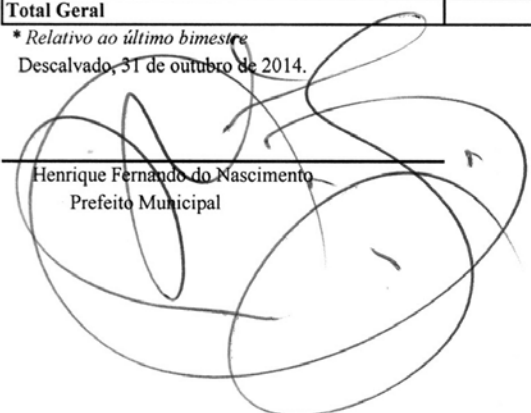
Valores expressos em R\$

I – RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão Anual		Receitas Realizadas		Saldo a Realizar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	
Contribuições Patronais	18.000,00	18.000,00	5.312,33	21.130,82	-3.130,82
Contribuições dos Servidores Ativos	4.900,00	4.900,00	1.448,76	5.286,69	-386,69
Contribuições dos Servidores Inativos	13.800,00	13.800,00	3.632,05	15.231,42	-1.431,42
Contribuições dos Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras (Aplicação Financeira)	0,00	0,00	2.437,60	10.554,60	-10.554,60
Total	36.700,00	36.700,00	12.830,74	52.203,53	-15.503,53

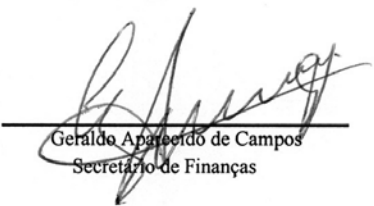
II – DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Anual		Empenhadas		Liquidadas		Saldo a Empenhar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

III – RESULTADO	36.700,00	36.700,00	12.830,74	52.203,53	12.830,74	52.203,53	
------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	--

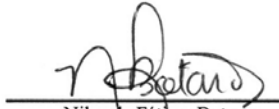
IV – DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	R\$		R\$	
Receitas	52.203,53		Despesas	0,00
Orçamentárias	52.203,53		Orçamentárias pagas	0,00
Extra-orçamentárias	0,00		Extra-orçamentárias	0,00
			Inscrição Restos a pagar*	0,00
Saldo do exercício anterior	225.737,19		Saldo Atual	277.940,72
Caixa	0,00		Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	225.737,19		Bancos Conta Movimento	277.940,72
Aplicações Financeiras	0,00		Aplicações Financeiras	0,00
Total Geral	277.940,72			277.940,72

* Relativo ao último bimestre.
Descalvado, 31 de outubro de 2014.


Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal



Geraldo Aparecido de Campos
Secretário de Finanças



Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

modelo 5

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO
(Art. 53, Inciso III da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE DESCALVADO
5º BIMESTRE DE 2014

RESULTADO PRIMÁRIO

Valores expressos em R\$

RECEITAS FISCAIS	Previsão Atualizada			Realização		Período Exercício
	Anual	Do Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	Anterior
Receitas Correntes	91.658.900,00	15.118.655,00	76.582.820,00	13.258.541,47	67.721.843,57	72.168.083,42
Receitas de Capital	4.591.000,00	765.166,00	3.825.834,00	266.762,56	1.539.311,28	4.494.367,11
Subtotal:	96.249.900,00	15.883.821,00	80.408.654,00	13.525.304,03	69.261.154,85	76.662.450,53
(-) Deduções						
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas de aplicações Financeiras	250.700,00	41.785,00	208.925,00	115.108,49	518.260,64	353.402,95
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de alienações de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	250.700,00	41.785,00	208.925,00	115.108,49	518.260,64	353.402,95
I - RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS	95.999.200,00	15.842.036,00	80.199.729,00	13.410.195,54	68.742.894,21	76.309.047,58

DESPESAS FISCAIS	Dotação Atualizada			Despesas Liquidadas		Período Exerc. Ant.
	Anual	Do Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Correntes	91.354.919,67	11.067.851,85	75.026.452,32	12.483.831,67	65.387.780,91	64.014.802,62
(-) Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	91.354.919,67	11.067.851,85	75.026.452,32	12.483.831,67	65.387.780,91	64.014.802,62
Despesas de Capital	12.355.737,08	1.474.205,26	4.153.108,25	453.120,81	1.561.717,91	2.806.460,47
(-) Deduções	263.625,14	53.625,14	233.625,14	110.784,56	233.625,14	144.049,51
Amortização de Dívida	263.625,14	53.625,14	233.625,14	110.784,56	233.625,14	144.049,51
Concessão de Empréstimos						
Aquisição de Título de Capital já Integralizado						
Subtotal	12.092.111,94	1.420.580,12	3.919.483,11	342.336,25	1.328.092,77	2.662.410,96
II - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.202,00					
III - DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS	103.447.031,61	12.542.057,11	78.945.935,43	12.826.167,92	66.715.873,68	66.677.213,58
IV - RESULTADO PRIMÁRIO (I - III+II)	-7.445.629,61	3.299.978,89	1.253.793,57	584.027,62	2.027.020,53	9.631.834,00

RESULTADO NOMINAL	SALDO			RESULTADO NOMINAL	
	Em 31/12 Exerc. Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)	No Bimestre (C-B)	Janeiro até o Bimestre (C-A)
I. Dívida Consolidada	0,00	0,00	0,00		
II. Deduções: (*)	2.145.489,51	10.776.357,25	9.086.065,59		
Ativo Disponível	7.402.792,59	10.846.842,64	9.156.550,98		
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00		
(-) Restos a Pagar Processados	5.257.303,08	70.485,39	70.485,39		
III. Dívida Consolidada Líquida (I-II)	0,00	0,00	0,00		
IV. Receita de Privatizações					
V. Passivos Reconhecidos					
Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(*) Se o saldo for negativo (Restos a Pagar maior que Ativo Disponível + Haveres Financeiros) o sistema lançará o valor zero, pois não deve ser informado o valor negativo.

Justificativas (art. 9º, cc inciso I, §2º, art. 53 da LRF)
Descalvado, 31 de outubro de 2014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Geraldo Aparecido de Campos
Secretário de Finanças

Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

modelo 6

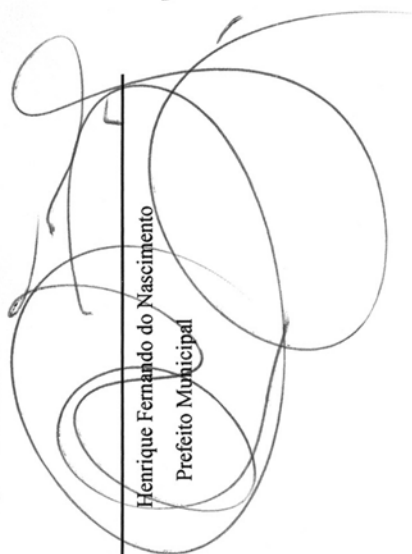
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
(Artigo 53, Inciso V, da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

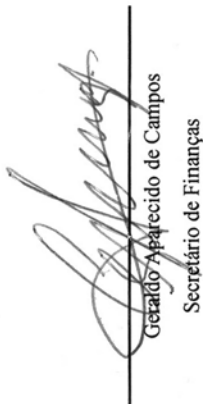
MUNICÍPIO DE DESCALVADO

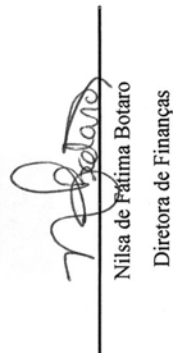
5º BIMESTRE DE 2014

PODER / ÓRGÃO / ENTIDADES	Saldo de Exercícios Anteriores	Inscrições		Baixas				Montante a Pagar	Disponibilidade Financeira
		Processados	Não Processados	Cancelamentos		Pagamentos			
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre		
PODER LEGISLATIVO									
Câmara Municipal	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	3.500,00	97.800,22
PODER EXECUTIVO	7.275.425,28	0,00	0,00	109.287,53	413.841,08	249.984,87	5.529.872,52	1.331.711,68	9.058.750,76
Prefeitura Municipal	7.275.425,28	0,00	0,00	109.287,53	413.841,08	249.984,87	5.529.872,52	1.331.711,68	9.058.750,76
Órgãos/Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Autarquia "X"								0,00	
Fundação Pública "Y"								0,00	
Empresa Púb. Dependente "Z"								0,00	
TOTAL:	7.281.925,28	0,00	0,00	109.287,53	413.841,08	252.984,87	5.532.872,52	1.335.211,68	9.156.550,98

Descalvado, 31 de outubro de 2014.


Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal


Celso Aparecido de Campos
Secretário de Finanças


Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**PROCESSO Nº. 096/14****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/14**

Objeto: Registro de Preços, para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios perecíveis, estocáveis e afins, para a Prefeitura Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujos objetos, já foram adjudicados em ata pelo Pregoeiro, conforme seguem: lotes nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 19, 22 e 23 no valor total de R\$ 21.437,28 (vinte e um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos), para a empresa Comercial Concorrent Eireli EPP.

Descalvado, 03 de novembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**PROCESSO Nº. 100/14****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 055/14**

Objeto: Registro de Preços, para eventuais aquisições parceladas de fraldas e produtos de higiene infantil, para a Prefeitura Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujos objetos, já foram adjudicados em ata pelo Pregoeiro, conforme seguem: lote nº 07 no valor total de R\$ 24.826,80 (vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), para a empresa Cirúrgica União Ltda.; lotes 01,03 e 06 no valor total de R\$ 49.351,80 (quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos), para a empresa Contrata Comércio de Produtos em Geral Ltda. EPP.; lotes 02 e 04 no valor total de R\$ 14.250,00 (quatorze mil, duzentos e cinquenta reais), para a empresa Maria Isabel Serafim Embalagens Eireli ME e lotes 05 e 08 no valor total de R\$ 24.154,56 (vinte e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), para a empresa Matermed Comercial de Artigos Médicos Ltda. ME.

Descalvado, 10 de novembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**PROCESSO Nº. 101/14****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 056/14**

Objeto: Registro de Preços, para eventuais aquisições parceladas de materiais elétricos, de iluminação e ferramentas, para a Prefeitura Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujos objetos, já foram adjudicados em ata pelo Pregoeiro, conforme seguem: lotes nº 01, 02, 03, 05, 16, 24, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 51, 55, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 72 e 73 no valor total de R\$ 64.252,27 (sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos), para a empresa Flex Comércio e Representação Ltda. e lotes 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 38, 43, 46, 50, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 66, 69, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84 e 85 no valor total de R\$ 18.117,33 (dezoito mil, cento e dezessete reais e trinta e três centavos), para a empresa Supershopping Elétrico Ltda. EPP.

Descalvado, 11 de novembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
E ADJUDICAÇÃO****CONVITE Nº. 018/14**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de mão de obra, com fornecimento de materiais de primeira linha, para as obras de “Reforma no Prédio da EMEI Renata Salzano Gentil”, localizado à Rua Expedicionário Sebastião de Arruda, s/n.º, Bairro Jardim do Lago, em Descalvado, São Paulo.

Fica a Licitação em epígrafe HOMOLOGADA e ADJUDICADA a favor da empresa Guimarães & Souza Engenharia e Construções Ltda. ME, pelo valor de R\$ 41.905,39 (quarenta e um mil novecentos e cinco reais e trinta e nove centavos).

Descalvado, 18 de novembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**PROCESSO Nº. 106/14****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/14**

Objeto: Aquisição de materiais e produtos de artesanato, para atender aos cursos dos projetos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura do Município de Descalvado, São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujos objetos, já foram adjudicados em ata pelo Pregoeiro, conforme seguem: lotes nº 04,08,09,17 e 20 no valor total de R\$ 6.937,60 (seis mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos), para a empresa Calux Comercial Eireli EPP.; lotes 01, 06, 07, 12, 13, 16, 18 e 19 no valor total de R\$ 9.492,26 (nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais e vinte e seis centavos), para a empresa Comercial Mangili & Silva Ltda. - ME; lotes 02, 03, 05, 10, 11, 14 e 15 no valor total de R\$ 8.989,60 (oito mil, novecentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), para a empresa Prosalen Comercial Ltda. ME.

Descalvado, 20 de novembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº. 107/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 058/14

Objeto: Aquisição de materiais de escritório e suprimentos de informática para a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura

do Município de Descalvado, São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujos objetos, já foram adjudicados em ata pelo Pregoeiro, conforme seguem: lotes nº 39, 40, 41 e 42 no valor total de R\$ 3.140,00 (três mil, cento e quarenta reais), para a empresa Daniela Maia da Silva ME; lote 5 no valor total de R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais), para a empresa Eco-modato Informática e Papelaria Ltda. ME; lotes 08, 09, 13, 14, 15, 16, 29, 31 e 38 no valor total de R\$ 454,95 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), para a empresa Gabriel Francischini de Souza EPP; lotes 02, 04, 34, 35, 36, 37 e 44 no valor total de R\$ 6.320,00 (seis mil, trezentos e vinte reais), para a empresa Ivone Pereira de Oliveira ME; lotes 03, 07, 10, 12, 17, 18, 23, 24, 27, 33 e 43 no valor total de R\$ 1.581,50 (um mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos), para a empresa Laura Botteri Garms ME; lotes 01, 11, 21, 22, 25, 26 e 28 no valor total de R\$ 4.730,20 (quatro mil, setecentos e trinta reais e vinte centavos), para a empresa R.C. Astolpho EPP; lotes 19 e 20 no valor total de R\$ 8,00 (oito reais), para a empresa Rodrigo Tonelotto – EPP e lotes 30 e 32 no valor total de R\$ 239,40 (duzentos e trinta e nove reais e quarenta centavos), para a empresa Silvana Baiocchi Gonçalves EPP.

Descalvado, 21 de novembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL



Ministério da Previdência Social - MPS

Secretaria da Receita Previdenciária - SRP

SISTEMA DE ENVIO DE OBRA - SisobraNet (v1.1.0.1)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

RECIBO DE ENTREGA E RELAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DESCALVADO

46.732.442/0001-23

SECRETARIA PLAN. DESENV. OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Cód.Município: 21138

Certificamos que, em cumprimento ao Artigo 50 da Lei 8212/91 com redação dada pela Lei nº 9.476/97 regulamentada pelo Decreto 3.048/99 em seu art 226, §§ 1º e 2º, o órgão descrito acima enviou através do Sistema Sisobra a relação de obras cadastradas, discriminadas abaixo:

Endereço da Obra / Nome do Responsável	CNPJ/CPF	ALVARÁ		HABITE-SE	
		Número	Área	Número	Área
AVENIDA PIO XII, LOTE 23, 808 MARIA CLEUZA DA SILVA	087.678.708-13	080/2008	218,52		
RUA PAULO BELLI, L. 78 Q.D SN MARIA DOROTEIA P.F.M. DE CARVALHO	928.569.008-44	229/2006	24,00		
PROLONG. RUA MARIO PINESE L. 25 Q. A SN GUSTAVO BRAGHIM E ALINI ASSONI MORAES BRAGHIM	329.699.958-24	091/2010	50,00		
RUA RICARDO CARANDINA FUSAO L 12 E 13 Q E N.. 91 RODRIGO LEONARDO VINICIUS FREGONESI	282.049.478-10	006/2013	384,35	224/2014	384,35
RUA CEL. ARTHUR WHITACKER N.. 640 ITAMAR O. PARADA E NILRIA AP. MORAES PARADA	049.636.888-59	096/2013	671,32	220/2014	671,33
RUA ANTONIO SEGATTO, QUADRA C2, LOTE 01, N.. 121 RODRIGO THOMAZ SPACCA	326.585.198-26	270/2013	40,11	217/2014	40,11
RUA RAUL P. MARTINELLI, LOTE 04, QUADRA B, N.. 50 NATHALIA DE BIASI BRAGHIM	326.748.538-08	497/2013	44,81	214/2014	44,81
RUA PRESIDENTE KENNEDY, LOTE 02, QUADRA B, N.. 1.762 MATHEUS PANEGHINI	349.245.308-24	103/2014	30,10	213/2014	30,10
RUA JULIO BRAGUIM, QUADRA G, LOTE 06D10, N.. 100 LUIS M. GALDINO JUNIOR E KELLY T. DO AMARAL	368.910.128-05	107/2014	46,45	225/2014	46,45
RUA ANTONIO RICCI, LOTE 13, QUADRA D, N.. 260 RAQUEL MARIA GUERRA E ESPOSO	325.741.898-17	123/2014	110,44	216/2014	110,44
RUA BENEDITO GERALDO STOPPA, LOTE 05, QUADRA F, N. 131 KATIA FRANZIN	247.917.778-59	141/2014	46,02	221/2014	46,02
RUA ANTONIO DEPONTE, QUADRA M, LOTE 16, N° 228 MARIONICE CRIPPA BONANI	160.768.638-46	189/2014	54,59		
RUA EUCLIDES RODRIGUES DE SOUZA, QUADRA C, LOTE 00- 132 FABIO B. GUERRA ZELIOLI E MARIA CRISTINA C. ZELIOLI	277.791.928-30	194/2014	47,04		



Ministério da Previdência Social - MPS

Secretaria da Receita Previdenciária - SRP

SISTEMA DE ENVIO DE OBRA - SisobraNet (v1.1.0.1)

RECIBO DE ENTREGA E RELAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DESCALVADO

46.732.442/0001-23

SECRETARIA PLAN. DESENV. OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Cód.Município: 21138

Certificamos que, em cumprimento ao Artigo 50 da Lei 8212/91 com redação dada pela Lei nº 9.476/97 regulamentada pelo Decreto 3.048/99 em seu art 226, §§ 1º e 2º, o órgão descrito acima enviou através do Sistema Sisobra a relação de obras cadastradas, discriminadas abaixo:

Endereço da Obra / Nome do Responsável	CNPJ/CPF	ALVARÁ		HABITE-SE	
		Número	Área	Número	Área
AVENIDA UNIVERSITARIA, QUADRA I, LOTE 14, N° 336 MARCIO FRANCISCO DO NASCIMENTO	191.657.608-75	255/2014	250,00		
AVENIDA GUERINO OSVALDO, N° 423 PIO SARDELLI	335.684.808-91	273/2014	189,39	223/2014	189,39
RUA ANTONIO DEPONTE, LOTE 09, QUADRA U, N. 381 MARIA AMELIA MAIO NASCIMENTO	166.735.678-05	353/2014	218,44		
RUA PADRE JEREMIAS J. NOGUERIA N.. 1.270 DOUGLAS ALEXANDRE DANAGA	027.850.158-35	354/2014	666,01	215/2014	666,01
RUA PYLADES E.FACCHIN, QUADRA Q, LOTE 05, N.. 683 SERGIO APARECIDO RONCALLI JUNIOR	387.708.628-42	408/2014	31,90		
RUA DR.ANASTACIO VIANNA N.. 686 JAIR CASSAMASSO JUNIOR	262.484.628-01	421/2014	256,03	219/2014	256,04
RUA ANGELINA SPANGHERO, L. 02, Q. E, N.. 30 NORIVAL MESSIAS	745.804.938-34	423/2014	138,82	226/2014	138,82
RUA JOSE MACHADO, QUADRA J, LOTE 14, N.. 21 CAMILA APARECIDA PIZELLI	390.076.988-50	431/2014	90,73		
AV. OVIDIO R. CAVALHEIRO, LOTE 21, QUADRA V, N.. 22 DEBORA CRISTINA ASSONI	398.001.718-43	432/2014	33,29		
RUA SALVADOR CRUPE, QUADRA G1, LOTE 18, N.. 240 RODRIGO APARECIDO DOS SANTOS	315.679.968-84	433/2014	44,79		
RUA DR. ANASTACIO VIANA N.. 686 JAIR CASSAMASSO JUNIOR	262.484.628-01	434/2014	251,23		
RUA JOAO CARLOS COELHO FILHO, Q S, L 13, N.. 55 ANTONIA IVAN DA SILVA	866.758.858-04	439/2014	42,54		
RUA RIVADAVIA L. BRAMBILLA N.. 275 EDSON F. DOS ANJOS E KAROLINE M.MENENDES DOS ANJOS	298.055.318-21	440/2014	145,28		
RUA ANTONIO SEGATO, LOTE 19, QUADRA B, N.. 90 MARCOS ROBERTO DE ALMEIDA	833.278.948-68	435/2014	124,80		
RUA ANTONIO V. DA CUNHA, L. 14, Q. J, N.. 261 GERSON ZAGO	424.376.768-80	438/2014	39,74		
RUA JULIO BRAGUIM, QUADRA G, LOTE 06D12, N.. 120 LUCAS GASPAR DOS SANTOS	351.797.308-48	436/2014	40,06		
AVENIDA PIO XII, LOTE 23, N.. 808 MARIA CLEUZA DA SILVA	087.678.708-13	437/2014	286,39	218/2014	286,39
RUA ANTONIO DEPONTE, LOTE 16, QUADRA M, N.. 228 MARIONICE CRIPPA BONANI	160.768.638-46	445/2014	38,45		
AVENIDA DESCALVADO, QUADRA B, LOTE 15, N.. 278 BRUNO FERNANDO PERNA	332.980.278-20	444/2014	298,98		
RUA BEZERRA PAES N.. 1061 SERGIO EDUARDO BERTOLUCCI	147.845.098-36	443/2014	150,26		
RUA PARANA N.. 193 ALESSANDRO DOS SANTOS	246.762.988-03	442/2014	94,69		
RUA ABILIO F. DE LIMA, Q. E1, L.44, N.. 230 NOELMA RAQUEL WASQUES DO NASCIMENTO	175.587.428-62	447/2014	53,95		
RUA JOSE MACHADO, QUADRA K, LOTE 14, N.. 10 JOAO FERDINANDO	947.941.548-87	446/2014	181,33		
RUA ANTONIO RICCI, LOTE 14, QUADRA E, N.. 281 VITOR ARISTEU PESSOA	340.440.828-47	448/2014	71,43		
RUA DR. JAIME DE ARAUJO GOES, L. 11, Q. R, . 129 DEBORA CRISTINA DE ALMEIDA	321.997.178-44	449/2014	54,18		
RUA OSCAR F. DE CARVALHO, L. 18, Q. E, N.. 662 SILVIA CRISTINA SASS	271.807.378-01	450/2014	45,20		
RUA APOSTOLO CHIARETTO, L. 18, Q. F, N.. 84 VANESSA CRISTINA PATERNO	282.906.658-81	451/2014	43,61		
RUA PRESIDENTE KENNEDY, TERRENO 02 N.. 1.611 GUILHERME PIZELLI BIAZOLI E KARINA AMORIM LOPES	370.765.428-11	454/2014	122,44		
RUA ANTONIO CIRELLI N.. 841 APARECIDO DONIZETTI GUANDALINI	745.742.568-34	455/2014	256,94		
RUA EMILIO BORTOLETTO, QUADRA U, LOTE 11, N.. 79 BOSQUE DO TAMANDUA LTDA.	04.203.767/0001-79	452/2014	51,38		
RUA PRESIDENTE KENNEDY N.. 675 CAMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO	54.021.647/0001-29	453/2014	1.194,71		
RUA JOSE FERREIRA N.. 1060 SANDRO SESTILIO CELESTINO	353.883.401-63	457/2014	89,31		



Ministério da Previdência Social - MPS

Secretaria da Receita Previdenciária - SRP

SISTEMA DE ENVIO DE OBRA - SisobraNet (v1.1.0.1)

RECIBO DE ENTREGA E RELAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

46.732.442/0001-23

SECRETARIA PLAN. DESENV. OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Cód.Município: 21138

Certificamos que, em cumprimento ao Artigo 50 da Lei 8212/91 com redação dada pela Lei nº 9.476/97 regulamentada pelo Decreto 3.048/99 em seu art 226, §§ 1º e 2º, o órgão descrito acima enviou através do Sistema Sisobra a relação de obras cadastradas, discriminadas abaixo:

Endereço da Obra / Nome do Responsável	CNPJ/CPF	ALVARÁ		HABITE-SE	
		Número	Área	Número	Área
RUA ANTONIO DEPONTE, LOTE 09, QUADRA U, N.. 381 MARIA AMELIA MAIO NASCIMENTO	166.735.678-05	456/2014	249,80		
RUA DR. ANASTACIO VIANA N.. 1.254 JOSE SEBASTIAO ESTENICO	405.593.278-20	458/2014	212,73	222/2014	212,72
RUA PAULO BELLI, LOTE 78, QUADRA D, N.. 206 MARIA DOROTEIA P.F.M. DE CARVALHO	928.569.008-44	459/2014	305,27		
RUA PYLADES E.FACCHIN, QUADRA Q, LOTE 05, N.. 683 SERGIO APARECIDO RONCALLI JUNIOR	387.708.628-42	460/2014	31,90		
RUA DARCY AP. FILLA, LOTE 04, QUADRA D1, N.. 305 VALTER BEZERRA DOS SANTOS	051.372.854-63	461/2014	41,38		
RUA JOSE QUIRINO RIBEIRO N.. 587 MARIA DA GRACA PEREIRA DA SILVA LONGOBARDI	030.965.668-01	463/2014	188,35		
RUA MARIO BENEDITO BRINER, Q. 11, L. 03, N.. 261 MARIA DOS ANJOS LEITE DA SILVA	025.760.166-00	462/2014	47,45		
RUA SALVADOR CRUPE, Q. G1, L. 13, N.. 190 CARLOS ROBERTO MAIA E ZILDA MARIA SCABIO MAIA	034.973.028-80	464/2014	45,00		
RUA JULIO CEREDA, QUADRA J, LOTE 28, N.. 290 NILSON ROBERTO DOMINGUES DE MENEZES	109.907.498-35	465/2014	98,48		

DESCALVADO, 1 de dezembro de 2014

A Relação de Alvarás e Habite-se foi recebida pela SRP, conforme abaixo:

Nome do arquivo: 46732442000123.20141201101320
 Origem dos Dados: SisobraPref v1.0.1.5
 Data e Hora da Criação: 01/12/2014 10:13:20
 Data e Hora da Transmissão: 01/12/2014 10:14:52
 Competência dos Registros: 11/2014
 Total de Registros de Obra: 54
 Total de Registros no Arquivo: 70

Nº do Recibo: 1508076632

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Despachos do Chefe de Seção, de 03-11-2014

=Produção Equipe mês 10/2014:

Produção Equipe mês Outubro/2014 (complexidade básica)	Total
Comércio de gêneros alimentícios	32
Comércio atacadista de alimentos	02
Serviços de psicologia	02
Atividades de fisioterapia/fonoaudiologia/terapia ocupacional	03
Coleta de água para consumo humano - PROÁGUA	09
Habitação	04
Terreno baldio	18
Atividade de condicionamento físico	01
Solução alternativa de abastecimento de água	05
Cabeleireiros	03
Inspeção Lei Estadual nº 14.592, de 19 de outubro de 2011 (álcool)	36
Inspeção Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009 (tabaco)	64
Total	179

Produção Equipe mês Outubro/2014 (complexidade média)	Total
Drogaria	02
Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	04
Atividade odontológica	09
Educação Infantil - creches	01
Total	16

Produção Equipe mês Outubro/2014 (complexidade alta)	Total
Farmácia Hospitalar	01
Casas de apoio para dependentes químicos	03
Farmácia	01
Equipamento de RX Odontológico	07
Instituições de longa permanência para idosos	06
Total	18

Documentos expedidos – mês Outubro/2014	Total
Licença de Funcionamento	06
Auto de Infração	00
Termo de Inutilização	01
Renovação de Licença de Funcionamento	32
Auto de Imposição de Penalidade de Multa	01

Cancelamento de Licença de Funcionamento	01
Baixa de responsabilidade técnica	05
Assunção de responsabilidade técnica	04
Auto de Imposição de Penalidade de Advertência	00
Notificação para Recolhimento de Multa	00
Termo de Colheita de Amostra	05

Procedimentos internos – mês Outubro/2014	Total
Atendimento ao usuário - Orientação	146
Atendimento ao usuário - Reclamação	120
Análise de Processos	190

Participação em eventos – mês Outubro/2013
Dia 02 – Reunião GVS XII – Araraquara - Programa ANVISA 2014
Dia 20 – Reunião GVS XII – Araraquara – Pactuação PAVISA
Dia 18 – Reunião CONDEMA

=Processos arquivados:

-Proc.5797/2009 – Lanchonete Whisknã Ltda ME – Tendo em vista deferimento da regularização da Licença de Funcionamento para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares.

-Proc.6995/2010 – Lanchonete Whisknã Ltda ME – Tendo em vista deferimento da regularização da Licença de Funcionamento para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares.

-Proc.6231/2013 – Wladimir José Assoni – Tendo em vista deferimento da regularização da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade odontológica.

-Proc.6636/2013 – José Francisco de Paula 02776347847 – Tendo em vista deferimento da regularização da Licença de Funcionamento para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas.

-Proc.3293/2014 – Zago Peirin & Cia Ltda ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares.

-Proc.3764/2014 – Paiva e Miller Merceria Ltda ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – Minimercados.

-Proc.4460/2014 – José Francisco de Paula 02776347847 - Tendo em vista deferimento de alteração de endereço.

-Proc.4493/2014 – Lanchonete Whisknã Ltda ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares.

-Proc.4756/2014 – Luiz Carlos Canova ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares.

-Proc.5037/2014 – Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Farmácia Hospitalar

-Proc.5129/2014 – Asilo e Lar Evangélico das Assembleias de Deus – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Instituições de longa permanência para idosos.

-Proc.5525/2014 – Thais Cerantola Fusca – Tendo em vista deferimento da alteração de endereço e da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade de psicologia e psicanálise.

Despachos do Chefe de Seção, de 04-11-2014

=Baixa de Representante Legal deferida:

-Proc.5710/2014 – Revivendo Clínica de Reabilitação em Dependência Química Ltda ME – baixa do representante legal Renan Fernando Braguim – atividade de Atividade de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química.

=Assunção de Representante Legal deferida:

-Proc.5711/2014 – Revivendo Clínica de Reabilitação em Dependência Química Ltda ME – assunção do representante legal Daniel Carlos Mora – atividade de Atividade de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química.

=Baixa de Responsabilidade Técnica Substituta deferida:

-Proc.5741/2014 – Clínica Renascer de Descalvado Ltda EPP – baixa de responsabilidade técnica substituta de Thais Fernanda Danaga, psicóloga inscrita no CRP/SP sob o nº 77.664 - atividade de Atividade de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química.

=Assunção de Responsabilidade Técnica deferida:

-Proc.5742/2014 – Clínica Renascer de Descalvado Ltda EPP – baixa de assunção técnica substituta de Juliana Aparecida Ruiz, inscrita no CRA/SP sob o nº 133.479 - atividade de Atividade de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química.

Despachos do Chefe de Seção, de 05-11-2014

=Processos arquivados:

-Proc.5710/2014 – Revivendo Clínica de Reabilitação em Dependência Química Ltda ME – Tendo em vista baixa do representante legal Renan Fernando Braguim – atividade de Atividade de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química.

-Proc.5711/2014 – Revivendo Clínica de Reabilitação em Dependência Química Ltda ME – Tendo em vista assunção do representante legal Daniel Carlos Mora – atividade de Atividade de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química.

-Proc.5741/2014 – Clínica Renascer de Descalvado Ltda EPP – Tendo em vista baixa de responsabilidade técnica substituta de Thais Fernanda Danaga, psicóloga inscrita no CRP/SP sob o nº 77.664 - atividade de Atividade de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química.

=Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.5183/2014 – Prefeitura do Município de Descalvado – Licença de Funcionamento nº 351370206-360-000053-1-2 para a atividade de Captação, tratamento e distribuição de água – validade até 31-05-2015 – Responsável Técnico: Eliana Aparecida de Souza, Técnica em Química inscrita no CRQ/SP sob o nº 044234-9.

-Proc.5185/2014 – Prefeitura do Município de Descalvado – Licença

de Funcionamento nº 351370206-360-000055-1-7 para a atividade de Captação, tratamento e distribuição de água – validade até 31-05-2015 – Responsável Técnico: Eliana Aparecida de Souza, Técnica em Química inscrita no CRQ/SP sob o nº 044234-9.

-Proc.5186/2014- Prefeitura do Município de Descalvado – Licença de Funcionamento nº 351370206-360-000056-1-4 para a atividade de Captação, tratamento e distribuição de água – validade até 31-05-2015 – Responsável Técnico: Eliana Aparecida de Souza, Técnica em Química inscrita no CRQ/SP sob o nº 044234-9.

-Proc.5187/2014- Prefeitura do Município de Descalvado – Licença de Funcionamento nº 351370206-360-000057-1-1 para a atividade de Captação, tratamento e distribuição de água – validade até 31-05-2015 – Responsável Técnico: Eliana Aparecida de Souza, Técnica em Química inscrita no CRQ/SP sob o nº 044234-9.

-Proc.5189/2014- Prefeitura do Município de Descalvado – Licença de Funcionamento nº 351370206-360-000059-1-6 para a atividade de Captação, tratamento e distribuição de água – validade até 31-05-2015 – Responsável Técnico: Eliana Aparecida de Souza, Técnica em Química inscrita no CRQ/SP sob o nº 044234-9.

-Proc.5190/2014- Prefeitura do Município de Descalvado – Licença de Funcionamento nº 351370206-360-000060-1-7 para a atividade de Captação, tratamento e distribuição de água – validade até 31-05-2015 – Responsável Técnico: Eliana Aparecida de Souza, Técnica em Química inscrita no CRQ/SP sob o nº 044234-9.

-Proc.5191/2014- Prefeitura do Município de Descalvado – Licença de Funcionamento nº 351370206-360-000061-1-4 para a atividade de Captação, tratamento e distribuição de água – validade até 31-05-2015 – Responsável Técnico: Eliana Aparecida de Souza, Técnica em Química inscrita no CRQ/SP sob o nº 044234-9.

-Proc.5192/2014- Prefeitura do Município de Descalvado – Licença de Funcionamento nº 351370206-360-000062-1-1 para a atividade de Captação, tratamento e distribuição de água – validade até 31-05-2015 – Responsável Técnico: Eliana Aparecida de Souza, Técnica em Química inscrita no CRQ/SP sob o nº 044234-9.

-Proc.5195/2014- Prefeitura do Município de Descalvado – Licença de Funcionamento nº 351370206-360-000065-1-3 para a atividade de Captação, tratamento e distribuição de água – validade até 31-05-2015 – Responsável Técnico: Eliana Aparecida de Souza, Técnica em Química inscrita no CRQ/SP sob o nº 044234-9.

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.5745/2014- Wladimir José Assoni – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000047-1-5 para a atividade de Atividade Odontológica – validade até 31-03-2015 e renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-864-000030-1-8 para o equipamento de Raios X odontológico nº 002099, marca e modelo Dabi Atlante/ Spectro, com corrente e tensão 10 mA – 50 kV – validade até 31-03-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 06-11-2014

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.5211/2014- Eder Carlos Factor ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-471-000010-1-5 para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios – minimercado – validade até 31-05-2015.

-Proc.5212/2014- Edson Fernando Factor ME - Renovação da Licen-

ça de Funcionamento nº 351370206-471-000037-1-9 para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios – minimercado – validade até 31-05-2015.

=Processo arquivado:

-Proc.2906/2014- Via Saúde Clínica de Reabilitação Química Ltda EPP – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química.

Despachos do Chefe de Seção, de 07-11-2014

=Processos arquivados:

-Proc.2441/2014- Graf & Cia Ltda ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Padaria e confeitaria com predominância de produção própria.

-Proc.5742/2014- Clínica Renascer de Descalvado Ltda EPP – Tendo em vista deferimento da alteração de responsabilidade técnica substituta - atividade de Atividade de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química.

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.3828/2014- José Fernando Zutião ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000042-1-9 para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – validade até 31-05-2015.

-Proc.5076/2014- Paulo Marcos Longo ME - Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000067-1-8 para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – validade até 31-05-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 12-11-2014

=Processos arquivados:

-Proc.2613/2014- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividades de Fisioterapia.

-Proc.2614/2014- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Serviços de fonoaudiologia.

-Proc.2615/2014- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Educação Infantil – creches.

-Proc.2616/2014- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividades de psicologia e psicanálise.

-Proc.2617/2014- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividades de terapia ocupacional.

-Proc.4507/2014- Supermercado Santa Cruz Descalvado Ltda - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados.

-Proc.5527/2014- Roberto Mauro Bertini & Cia Ltda ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de carnes – açougues.

=Resultados de análises fiscais:

-Laudo de Análise nº 6522.00/2014- Doce de batata doce marrom glacê, marca Dia %, lote 054, fabricado pela empresa Predilecta Alimentos Ltda – “Produto de acordo com a legislação em vigor, quanto à pesquisa de corantes orgânicos artificiais”.

-Laudo de Análise nº 6067.00/2014- Linguíça de frango resfriada, marca Itabom, sem nº de lote, fabricado pela empresa Polifrigor S/A Indústria e Comércio de Alimentos – “Produto de acordo com a legislação em vigor, quanto aos ensaios realizados”.

-Laudo de Análise nº 6068.00/2014- Queijo Minas Frescal, marca Vale do Orizona, lote nº 104227RE, fabricado pela empresa Fábrica de Laticínios – Laticínios J.L. Ltda – “Produto de acordo com a legislação em vigor, quanto aos ensaios realizados”.

-Laudo de Análise nº 6772.00/2014- Queijo Minas Frescal, marca Bandeira, lote nº 59, fabricado pela empresa Indústria de Laticínios Bandeirante Ltda - “Produto de acordo com a legislação em vigor, quanto aos ensaios realizados”.

-Laudo de Análise nº 6773.00/2014- Linguíça de frango, marca Sadia, lote nº 18, fabricado pela empresa BRF S.A. Matadouro Frigorífico – “Produto em desacordo com a legislação em vigor por conter Salmonella sp.. Produto impróprio para o consumo”.

Despachos do Chefe de Seção, de 13-11-2014

=Autos de Infração expedidos:

-Proc.6034/2014- Evandro Stênico – Auto de Infração nº 2733 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Antonio Cirelli, quadra B, lote 24, bairro Novo Jardim Belém em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, o mesmo será publicado no Jornal Oficial do Município, ficando concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6035/2014- Supermercados Jau Serve Ltda – Auto de Infração nº 2573 – série AB, por ter comercializado o produto Linguíça de Frango, marca Sadia, lote 18, fabricado pela empresa BRF S.A. Matadouro Frigorífico, em desacordo com a legislação em vigor, por conter Samonella sp. em 25 g. Produto impróprio para o consumo. Aguardar prazo para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão, conforme legislação municipal em vigor.

=Notificação expedida:

-Proc.6033/2014 – BRF S.A. Matadouro Frigorífico – Notificação nº 22879 – série AC, com 10 dias de prazo, para apresentação de defesa escrita, tendo em vista ser fabricante do produto Linguíça de Frango, marca Sadia, lote 18, que está em desacordo com a legislação em vigor, por conter Samonella sp. em 25 g. Produto impróprio para o consumo, conforme Laudo de Análise 677.00/2014 emitido pelo Instituto Adolfo Lutz de Ribeirão Preto.

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.2537/2014- Clínica Odontológica PH Dente Ltda – Renovação

da Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000070-1-3 para a atividade de Atividade Odontológica – validade até 31-03-2015 e renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000071-1-0 para o equipamento de raios X odontológico nº 4417844019, marca Timex 70, com corrente e tensão 7 mA – 70 kV – validade até 31-03-2015 – Responsável técnico: Henrique Tortella, cirurgião dentista inscrito no CRO/SP sob o nº 92.762 - Responsável técnico substituto: Paulo Rogério Silva, cirurgião dentista inscrito no CRO/SP sob o nº 58.593.

-Proc.3389/2014- Sindicato dos Empregados Rurais de Descalvado - Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000060-1-7 para a atividade de Atividade Odontológica – validade até 31-03-2015.

-Proc.5309/2014- Marcus Aurelius Nery Celino de Souza – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000016-1-9 para a atividade de Atividade Odontológica – validade até 31-03-2015.

=Processos arquivados:

-Proc.4405/2014- Mineração Jundu Ltda – Tendo em vista deferimento da assunção de responsabilidade técnica de Marina da Costa e Silva, nutricionista inscrita no CRN/SP sob o nº 25.942.

-Proc.5383/2014- Farmácia Descalvado Comércio de Medicamentos Ltda – Tendo em vista deferimento da baixa de responsabilidade técnica de Larissa Mazaro Fuzaro, farmacêutica inscrita no CRF/SP sob o nº 60.156.

Despachos da Vigilância Sanitária, de 19-11-2014

=Processos arquivados:

-Proc.5309/14 – Marcus Aurelius Nery Celino de Souza- Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade Odontológica.

-Proc.5745/14 – Wladimir José Assoni -Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade Odontológica.

Despachos da Vigilância Sanitária, de 25-11-2014

=Autos de Infração expedidos:

-Proc.6220/2014 – Maria Aparecida do Amaral Andrade – Auto de Infração nº 2734-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Dr. Hugo P. de Abreu nº 1273, bairro Santa Cruz dos Operários em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6221/2014 – Manoel Francisco Trova - Auto de Infração nº 2735-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Cel. Rafael Tobias, Quadra I Lote 05, bairro Novo Jardim Belém, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6222/2014 – Descalmaq Com. e Repres. Ltda. - Auto de Infração nº 2736-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Julião Moreira nº 44, Vila Freitas, em precárias con-

dições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6223/2014 – Valter Aparecido Marcatto - Auto de Infração nº 2737-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Julião Moreira ,inscr.cad. 01-02-011-0034 ,Vila Freitas, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6224/2014 – Odimir Donizetti Strozzi - Auto de Infração nº 2738-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Av. Descalvado Quadra 17 Lote 03,Bairro Recanto dos Ipês em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6225/2014 – FCR Empreendimentos e Participações Ltda - Auto de Infração nº 2739-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Bezerra Paes nº 712, Bairro Centro, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

=Processos arquivados:

-Proc. 4819/2012 – João Batista Terra & Cia. Ltda. – Tendo em vista ter providenciado a limpeza em imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Rodrigues Penteado, nº 444 – Centro.

-Proc. 5269/2013 – Irmãos Franceschini Mini Mercado Ltda ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio Varejista de Mercadorias em Geral.

-Proc. 2577/2014 – Daniel Aparecido Vicente - Tendo em vista ter providenciado a limpeza em imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Nelson Luiz Villa, Quadra F Lotes 04/05 e 06 no Parque Universitário I.

-Proc. 2782/2014 – Rosimere Fabrício - Tendo em vista ter providenciado a limpeza em imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Sergipe, Quadra F Lote 03 – Portal dos Coqueiros.

-Proc. 2824/2014 – Liliane Emília C. dos Santos - Tendo em vista ter providenciado a limpeza em imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Presidente Kenedy, Lote 02, Residencial Costa Verde.

-Proc. 3289/2014 – Brandão e Franzin Ltda ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Minimercado.

-Proc. 3562/2014 – Maria Aparecida do Amaral Andrade - Tendo em vista ter providenciado a limpeza em imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Dr. Hugo P. de Abreu nº 1273, Bairro Santa Cruz dos Operários.

-Proc. 5309/2014 – Marcus Aurelius Nery Celino de Souza - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade Odontológica.

-Proc. 5526/2014 – Luiz F. Venturini ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio Varejista de Bebidas.

=Autos de Imposição de Penalidade de Multa expedidos:

-Proc. 3561/2014 – Mineração Jundú SA – Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0927-série AK – Por não ter providenciado a

limpeza em imóvel de sua propriedade,

localizado à Rua Ézio Angelo de Marco, Quadra F Lote 02 no Bairro Jardim São Francisco. Este Auto foi encaminhado por carta registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc. 3647/2014 – Maria Cecília S. Ruy - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0928-série AK – Por não ter providenciado a limpeza em imóvel de sua propriedade,

localizado à Rua Cel. Rafael Tobias, Lote 07 no Bairro Jardim Belém. Este Auto foi encaminhado por carta registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc. 3876/2014 – Fernanda Maria B. Domingues - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0929-série AK – Por não ter providenciado a limpeza em imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Sebastião Geraldo Romanello, Quadra D-2 Lote 01 no Residencial Alto do São Miguel. Este Auto foi encaminhado por carta registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc. 3878/2014 – Helen Carina Pilla - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0930-série AK – Por não ter providenciado a limpeza em imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Antonio Segatto, Quadra D-2 Lote 04 no Residencial Alto do São Miguel. Este Auto foi encaminhado por carta registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc. 3880/2014 – Sueli Benedita Strozzi - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0931-série AK – Por não ter providenciado a limpeza em imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Mario Pinese, Quadra C Lote 06 no Residencial Alto do São Miguel. Este Auto foi encaminhado por carta registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc. 3931/2014 – Elison Luan Bertolucci - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0932-série AK - Por não ter providenciado a limpeza em imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Zanatta, Quadra F Lote 21 no Jardim São Francisco. Este Auto foi encaminhado por carta registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc. 4019/2014 – Carlos Eduardo Pecioli Sampaio - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0933-série AK – Por não ter providenciado a limpeza em imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Nelson Luiz Villa, Quadra G Lote 01, no Parque Universitário I. Este Auto foi encaminhado por carta registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc. 4125/2014 – José Barboza - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0934-série AK – Por não ter providenciado a limpeza em imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Fernando Zafallon nº 143, no Jardim Bela Vista. Este Auto foi encaminhado por carta registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 dias, a partir desta publicação, para interposi-

ção de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc. 4170/2014 – Nelson Izaías Mariano - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0935-série AK – Por não ter providenciado a limpeza em imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Orderigo Gabrielli nº 981, bairro Centro. Este Auto foi encaminhado por carta registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

Notificação para recolhimento de Multa expedido :

-Proc. 2580/2014 – Sonia Cristina Franzin – Notificação para Recolhimento de Multa nº 0398-série AB – Por não ter apresentado recurso e não ter quitado a multa imposta. Fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para recolhimento da multa imposta.

-Proc. 2773/2014 – Edna Aparecida Batista Bortolon – Notificação para Recolhimento de Multa nº 0399-série AB – Por não ter apresentado recurso e não ter quitado a multa imposta. Fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para recolhimento da multa imposta.

-Proc. 2777/2014 – José Sebastião de Mello Raymundo - Notificação para Recolhimento de Multa nº 0400-série AB – Por não ter apresentado recurso e não ter quitado a multa imposta. Fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para recolhimento da multa imposta.

-Proc. 2779/2014 – Carlos Roberto Pereira - Notificação para Recolhimento de Multa nº 0301-série AB – Por não ter apresentado recurso e não ter quitado a multa imposta. Fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para recolhimento da multa imposta.

-Proc. 2780/2014 – Caixa Econômica Federal - Notificação para Recolhimento de Multa nº 0302-série AB – Por não ter apresentado recurso e não ter quitado a multa imposta. Fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para recolhimento da multa imposta.

Despachos da Vigilância Sanitária, de 27-11-2014

-Autos de Infração expedidos:

-Proc. 6307/2014 – Antonio Paulo Dias – Auto de Infração nº 2806-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Dr. Clóvis F. Ferreira Quadra 20 lote 04, bairro Jardim Belém, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6309/2014 – Casati & Gabrielli Com. de Prod. Agropec. Ltda – Auto de Infração nº 2807-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Dr. Clóvis Ferreira Quadra Lote 007 e 008, bairro Jardim Belém, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6310/2014 – Maria Aparecida Pizza Miller – Auto de Infração nº 2808-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Paulo Casati, inscr. cadastral 01-04-037-0170, entre os nº 35 e 45, bairro Jardim Belém, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de

recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6311/2014 – Fábio Cirelli Ruiz – Auto de Infração nº 2809-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Manoel Ferreira Gaio Quadra 09 Lote 10 e 11, bairro Jardim Belém, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6326/2014 – Adasco Adm. Ass. Cons. Imóveis S/C Ltda – Auto de Infração nº 2810-série AB – por estar com imóveis de sua propriedade localizados à Rua Carlindo Boller Kastein, Quadra H Lote 01 e 18, Rua Emílio Belli Quadra H Lote 10, Rua Carlindo B. Kastein Quadra M Lote 15 e 16, Rua D. Celso A. Assoni Quadra N Lotes 01 e 18, bairro Novo São Sebastião, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6328/2014 – Clóves Huber – Auto de Infração nº 2811-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Emílio Belli Quadra M Lote 03, Rua Dr. Celso A. Assoni Quadra M Lotes 09 e 10, Rua Miguel de Falco Neto Quadra M Lote 13, bairro Novo São Sebastião, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6329/2014 – Laura Milan Monti – Auto de Infração nº 2812-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Dr. Alvaro Pedro de S. Casati Quadra N Lote 08 e 10, bairro Novo São Sebastião, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6330/2014 – Nemesia Alves de Carvlho – Auto de Infração nº 2813-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Dr. Celso A. Assoni Quadra N Lote 17, bairro Novo São Sebastião, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6331/2014 – Geni Gava Huber – Auto de Infração nº 2814-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Miguel de Falco Neto Lote 07 e 08, bairro Novo São Sebastião, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6332/2014 – Associação dos Médicos Vet. E Zootec. De Descalvado AMEVZ – Auto de Infração nº 2815-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Dr. Alvaro Pedro de S. Casati Quadra N Lote 12, bairro Novo São Sebastião, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6333/2014 – Humberto Pereira Brondi – Auto de Infração nº 2816-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Av. Pio XII Lote 14, bairro Jardim Cidade Nova II, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc. 6334/2014 – Celso Toshiharu Okano – Auto de Infração nº 2817-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado

à Av. Pio XII Lote 16, bairro Jardim Cidade Nova II, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc.6335/2014 – Cícero Bezerra da Silva– Auto de Infração nº 2818-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Av. Pio XII Lote 21, bairro Jardim Cidade Nova II, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc.6336/2014 – Iracema da Silva Santiago– Auto de Infração nº 2819-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Dr. Alvaro Pedro de S. Casati Lote 28, bairro Jardim Cidade Nova II, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc.6337/2014 – Carlos Alberto Pereira de Lima– Auto de Infração nº 2821-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Av. Pio XII Lote 24, bairro Jardim Cidade Nova I, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc.6339/2014 – Valtemberg Pereira da Silva– Auto de Infração nº 2822-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Av. Pio XII Lote 27, bairro Jardim Cidade Nova I, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc.6340/2014 – Sebastião Marcatto– Auto de Infração nº 2823-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua João Gabrielli nº 07, bairro Vila Franco, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.

-Proc.6341/2014 – Cel Engenharia Ltda– Auto de Infração nº 2824-série AB – por estar com imóvel de sua propriedade localizado à Rua Luiza P. Bortoletto Quadra O Lote 42, Rua Luiz A. Crippa Quadra O Lote 43 e 44 bairro

Residencial Bosque do Tamanuá, em precárias condições de conservação. O referido auto foi encaminhado por carta registrada com aviso de recebimento. Aguardar prazo para apresentação da defesa ou impugnação do referido Auto.



CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

ATO DA MESA Nº 12/2014

NOMEIA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO PARA “REFORMA E AMPLIAÇÃO DE SEU PRÉDIO”, CONFORME ESPECIFICA

ANDERSON APARECIDO SPOSITO, Presidente da Câmara Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

Artigo 1º - Fica nomeada Comissão de Fiscalização da Obra da Câmara Municipal de Descalvado para “Reforma e Ampliação de seu Prédio”, assim constituída:

Vereador Argeu Donizett Reschini, Presidente;

Arquiteto José Ricardo Jordão;

Arquiteta Daiane Vanessa Pratta;

Dra. Alessandra Antonini Perez, Servidora do Legislativo;

Diego Luis Mendonça Lastosa, Servidor do Legislativo.

Artigo 2º - São atribuições da referida Comissão:

I - reunir-se com a empresa contratada, antes do início da obra, para esclarecimentos dos procedimentos a serem seguidos durante o andamento dos trabalhos;

II - acompanhar as obras e fiscalizá-las;

III - elaborar laudos;

IV - exarar pareceres acerca das obras;

V - realizar medições na obra e aprová-las, para, posteriormente, o Legislativo proceder ao pagamento dos serviços executados à empresa contratada;

VI - opinar sobre a liberação de pagamento à empresa contratada;

VII - servir de elo entre o Poder Legislativo e os representantes da empresa contratada;

VIII - esclarecer prontamente, no máximo, dentro de 05 (cinco) dias úteis, as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada, através de correspondência protocolada;

IX - expedir, por escrito, devidamente registradas no diário ou protocoladas, as determinações e comunicações dirigidas à contratada, determinando as providências necessárias para correção de falhas observadas;

X - relatar, em tempo hábil, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços, em relação a terceiros;

XI - rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retificação, sempre por escrito e devidamente protocolado;

XII - exigir da contratada o cumprimento integral dos serviços contratados;

XIII - emitir parecer para a liberação das faturas atreladas a análise e aceitação dos serviços contratados;

XIV - aprovação e o recebimento dos projetos complementares;

XV - dar permanente assistência às obras, na interpretação e solução de qualquer problema surgido;

XVI - fiscalizar e acompanhar a execução dos trabalhos contratados, bem como inspecionar, testar e aprovar ou reprovar os materiais que venham a ser ou estejam sendo utilizados pela contratada;

XVII - aprovar, rejeitar e/ou sustar serviços que estiverem em desacordo com os projetos, especificações e demais estipulações previstas no Edital e seus anexos, bem como no contrato celebrado entre a Câmara Municipal e a empresa contratada;

XVIII - exercer a fiscalização dos pagamentos dos salários e contribuições dos empregados da contratada, incluídas as relativas aos recolhimentos de **INSS** e **FGTS**, se aplicada à presente contratação.

XIX - após a conclusão da obra, realizar vistoria geral na mesma, anotando-se todos os defeitos e falhas encontradas, se existentes, para que de imediato sejam reparados pela empresa contratada, devendo, ainda, nesta vistoria, ser verificado o atendimento dos projetos, plantas, especificações e demais elementos que nortearam as obras e serviços durante a execução.

XX - lavrar o termo de recebimento definitivo da obra.

XXI - praticar todos os atos inerentes ao bom andamento da execução das obras e serviços.

Artigo 3º - Este Ato entra em vigor a partir desta data, produzindo seus efeitos até o término da obra.

Plenário “Vereador Mário Joaquim Filla”, em 19 de novembro de 2014.

ANDERSON APARECIDO SPOSITO
Presidente

Registrado e publicado na Diretoria Geral da Câmara Municipal, em 19/11/2014.

Diego Luis Mendonça Lastosa, Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2014

Remaneja recursos do orçamento vigente do Legislativo de 2014

O Presidente da Câmara Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Ficam remanejadas as seguintes dotações orçamentárias da Câmara Municipal de Descalvado, aprovada na Lei Orçamentária anual do Município para o exercício de 2014:

3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil.....	R\$ 118.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R\$ 28.000,00
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação	R\$ 3.000,00
TOTAL	R\$ 149.000,00

Art. 2º - Os remanejamentos constantes do Art. 1º correrão por conta da redução parcial das seguintes dotações de seu Orçamento:

3.1.90.01.00	Aposentadorias, Reserva Remun.	R\$ 21.500,00
3.1.90.05.00	Outros Benef. Previdenciários	R\$ 2.950,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R\$ 2.100,00
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria	R\$ 970,00
3.3.90.36.00	Outros Servo Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.990,00
3.3.90.39.00	Outros Servo Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 7.200,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações.....	R\$ 98.700,00
4.4.90.52.00	Equip. Material Permanente.....	R\$ 13.590,00
TOTAL	R\$ 149.000,00

Art. 3º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica na abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos

de despesas impostos na Lei Orçamentária Anual e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário “Vereador Mário Joaquim Filla”, em 24 de novembro de 2014.

Anderson Aparecido Sposito
Presidente

Registrado e publicado na Diretoria Geral da Câmara Municipal, em 24/11/14.

Diego Luis Mendonça Lastosa, Diretor Geral



CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2014

Autoria: Mesa da Câmara

CONCEDE, A PEDIDO, LICENÇA AO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO-SP, DR. PAULO CESAR MARTINS GUERRA, PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES PELO PERÍODO DE 30 (TRINTA) DIAS, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O Presidente da Câmara Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que foi aprovado e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedida licença ao Vice-Prefeito do Município de Descalvado, Dr. Paulo Cesar Martins Guerra, com fundamento nos artigos 18, inciso XVII, 68 e 69, inciso III, todos da Lei Orgânica do Município, para tratar de interesses particulares pelo período de 30 (trinta) dias, consoante Requerimento de sua autoria protocolizado nesta Casa de Leis em 28 de outubro de 2014 sob o nº 016111.

Art. 2º - O período da licença ocorrerá do dia 01 a 30 do mês de dezembro do corrente ano.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação.

Plenário “Vereador Mário Joaquim Filla”, em 10 de novembro de 2014.

Anderson Aparecido Sposito
Presidente

Registrado e publicado na Diretoria Geral da Câmara Municipal, em 10/11/2014

Diego Luis Mendonça Lastosa, Diretor Geral

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO.

Paulo Cesar Martins Guerra, brasileiro, casado, médico com consultório nesta cidade à Rua Maria Grassie, nº405, endereço indicado para receber correspondências, inscrito no CRM/SP nº 43799, na qualidade de Vice-Prefeito deste Município vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência e Edilidade solicitar a essa Egrégia Casa Legislativa, licença para tratar de interesses particulares pelo período de 30 (trinta) dias, como lhe faculta o Art. 69, III da Lei Orgânica, competindo a esse Legislativo, nos termos do artigo 18, inciso XVII da mesma Lei Orgânica Municipal a concessão da licença.

Informo que o período da licença ocorrerá entre os dias 01 à 30 do mês de dezembro do corrente ano.

Solicito urgência na deliberação sobre o pedido de concessão de licença de ausência considerando a ocorrência de prévio agendamento de compromissos a serem exercidos por este Vice-Prefeito no período licenciado.

Nestes termos,
P. Deferimento.

Descalvado/SP, 28 de outubro de 2014

Paulo Cesar Martins Guerra
Vice-Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

Em 11 de novembro de 2014.

OFÍCIO Nº 344/2014
Ref: publicação Ato da Mesa 11/2014

Excelentíssimos(as) Senhores(as):

Por ordem do Presidente desta Casa, encaminhamos a Vossas Excelências o Ato da Mesa nº 11/2014, que dispõe sobre o horário de funcionamento do protocolo da Câmara Municipal de Descalvado, das 12:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, (documento anexo), para publicação no Jornal Oficial do Município edição de novembro, a fim de atender ao princípio constitucional da publicidade.

Agradecemos-lhes a atenção dispensada, e reiteramos, no ensejo, nossos protestos de elevada estima e apreço.

Diego Luis Mendonça Lastosa
Diretor Geral

À
**ILUSTRE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO/SP**

ATO DA MESA Nº 11/2014

**DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO
PROTOCOLO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVA-
DO, ESTADO DE SÃO PAULO, CONFORME ESPECIFICA.**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber:

Artigo 1º - O horário de funcionamento do Protocolo da Câmara Municipal de Descalvado, SP, é das 12:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

§1º - Não serão aceitos documentos protocolados fora do horário disposto no *Caput* deste Artigo.

§2º - Este Artigo não altera disposição contida no Artigo 101 do Regimento Interno Cameral.

Artigo 2º - Este Ato entra em vigor na presente data.

Plenário “Vereador Mário Joaquim Filla”, em 06 de novembro de 2014.

ANDERSON APARECIDO SPOSITO
Presidente

JOSÉ AUGUSTO CAVALCANTE NAVAS
1º Secretário

ARGEU DONIZETTI RESCHINI
2º Secretário

*Registrado e publicado na Diretoria Geral da Câmara Mu-
nicipal, em 06/11/2014*

Diego Luis Mendonça Lastosa, Diretor Geral

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

Administração:
Henrique Fernando do Nascimento

Responsável:
Jaqueline Samara Fonseca

Digitação, CTP e Impressão: **Gráfica Tribuna de Descalvado Ltda.**

Rua Orderigo Gabrielli, 763 - Fone (19) 3583-1661
Fone/Fax (19) 3583-2350 - Descalvado/SP